

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



UFRJ

EMANOEL BORGES CANDAL

**Sentidos da Educação Física no neoliberalismo: corpos
precarizados na barbárie e produções da ONU-UNESCO na
segunda década do século XXI.**

RIO DE JANEIRO

2020

EMANOEL BORGES CANDAL

Sentidos da Educação Física no neoliberalismo: corpos precarizados na barbárie e produções da ONU-UNESCO na segunda década do século XXI.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação.

Orientador: Marcelo Paula de Melo

RIO DE JANEIRO

2020

CIP - Catalogação na Publicação

CC216s Candal, Emanoel Borges
Sentidos da Educação Física no neoliberalismo: corpos precarizados na barbárie e produções da ONU UNESCO na segunda década do século XXI. / Emanoel Borges Candal. -- Rio de Janeiro, 2020.
134 f.

Orientador: Marcelo Paula de Melo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. Educação Física. 2. Precarização do trabalho. 3. Neoliberalismo. 4. Organismos internacionais. I. Melo, Marcelo Paula de, orient. II. Título.



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A dissertação “**SENTIDOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO NEOLIBERALISMO: CORPOS PRECARIZADOS NA BARBÁRIE E PRODUÇÕES DA ONU-UNESCO NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XII**”.

Mestrando: Emanuel Borges Candal

Orientado pelo: **Prof. Dr. Marcelo Paulo de Melo**

E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, 31 de Julho de 2020

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr(a). Marcelo Paula de Melo (UFRJ) - Presidente

Prof(a). Dr(a). Bruno Gawryszewski (UFRJ)

Prof(a). Dr(a). Sonia Maria Rummert (UFF)

À minha mãe e à sua história e a todos os trabalhadores precarizados, em especial àqueles que em cima das bicicletas hoje não usufruem do prazer pleno sequestrado pelo trabalho nesta sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a todos os trabalhadores e trabalhadoras, em especial àqueles que, pelas suas condições materiais diárias, não têm acesso à universidade mas a sustentam em seu cotidiano e financiaram direta e indiretamente este estudo. São por (e com) estas pessoas que a produção de conhecimento deve se estruturar e a partir de seu potencial essencialmente humano também se estender em escuta e reconhecimento da verdadeira potência revolucionária coletiva para além dos encastelamentos das paredes laboratoriais à serviço de quem se deve combater. Aos que em elo de tempo, fizeram desse país um lugar um pouco melhor e traçaram uma história que não deixaremos apagar por ser a nossa história. Por me fazerem, também, existir.

À minha mãe, Delma Borges Teixeira, que com todos os árduos esforços de mãe solo nunca deixou de lado minha formação, ainda que com os estudos parados na educação básica e em profundo esforço para ter seu próprio dinheiro em quentinhas, vendas e empregos precarizados, sempre batalhou desde sempre pela qualidade da minha educação e teve como sonho realizado meu ingresso ao Colégio Pedro II. Sonho este que com orgulho conta e reconta seus pensamentos, histórias e lembrança criadas ao passar pelas paredes do colégio: “um dia meu filho vai estudar aqui!”. Agradeço também por nunca ter deixado morrer minha identidade, a lembrando a cada dia em cada fase de vida. Obrigado, mãe! Deu certo.

Ao meu tio Jorge Borges Sá Freire por me ser pai. Por seu carinho à sua forma às condições materiais que me propiciaram seguir. Por ser acompanhante nos sonhos das diferentes fases da vida e que de diferentes formas também me foram centrais à formação. Pela missão que por minha avó lhe foi dada e já se cumpriu em suporte e afeto. Obrigado, tio-pai.

À minha tia Olga Borges Sá Freire pelos colos nas noites de choro quando criança, por dividir seu espaço e acompanhar todo o meu crescimento de perto. Por também ter sido fundamental na minha formação. Obrigado, tia.

Ao meu tio Tião (Titião) por se preocupar com meu futuro e pelo suporte em todos os momentos críticos que aconteceram e pelo compartilhamento das felicidades e conquistas.

À tia Cida pelo carinho que demonstra, pela preocupação de cada detalhe e por estar próxima nos momentos ruins e nas comemorações das coisas boas.

À minha irmã Camila Candal por atender o pedido de meu pai. Por também compartilhar orgulho e as histórias que eu não pude ter. Por reafirmar e me contar minha identidade e sobre quem eu sou.

Ao Colégio Pedro II e todos os docentes, técnicos e funcionários que constroem esta instituição, tantas vidas e futuros sem temer. A cada um que passou na minha trajetória, incentivaram e fomentaram a reflexão crítica apontando para a derrubada de um mundo de injustiças e pela construção de um mundo de solidariedade, igualitário passando fundamentalmente pela defesa da escola pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada pela/para a classe trabalhadora. A cada amigo (em especial Victor, Ramon e Gabriel Pereira), amiga (em especial Deborah) e a cada aula e lembranças de pátio, conversa e corredor que ainda estão guardados no coração. Deste colégio historicamente atacado, perseguido, mas que jamais se calou pelo orgulho e firmeza de seus estudantes que carregam consigo o mundo no peito e o defendem com armas e escudos. Dos livros aos punhos cerrados. Que mais e mais crianças, jovens e adultos possam gritar com bravura: Tudo!

Aos meus camaradas e referências que me forjaram e forjam na luta diariamente pela admiração e pela disposição de todos os dias caminharmos juntos nas nossas trincheiras. Aqueles que são hoje quadros e pessoas fundamentais para a construção de um novo mundo e para a emancipação. Que fazem através da práxis inspiração para muitos e que nos faz lembrar o sentido da luta e daquilo que queremos como humanidade só sendo o que são. Vera Salim, Rian Rodrigues, Pedro Freire, Julia Leite, Tales (in memoriam), Leila Salim, Igor Andrade (Iguinho), Gabriel Marques, Diego Obina, Maurício, Alex Nem, Joyce Pitz (com agradecimento especial, de muito carinho, por ter sido minha companheira durante a imensa parte da minha recente trajetória acadêmica e pessoal e por ter sido fundamental para a minha construção e formação militante e humana), Leila Pitz (também estendo o agradecimento ao pai destas duas últimas, Enzo Pitz, pelo carinho e acolhimento quando por lá estive), Lilian, Larinha, Gabriel Khalil, Gabriela Gomes, Lucas Nascimento (Caxias), Henrique Auxêncio, Lumiar, Letícia Alves, Julia Kimi e tantos (as) camaradas que não fogem da raia à troco de nada. Viva a história do Coletivo

Marxista. Viva o CAEFD. Com tudo, sem cansar! Tudo o que fizemos não foi pouco e continuamos fazendo pra botar fogo no sistema que mata o povo sofredor.

Ao MEEF, à ExNEEF e a toda a juventude que constrói uma Educação Física e um outro futuro no lado certo da história. A todos os aprendizados, construções, organizações, sorrisos, ódios, disposição e gritos que fazem tremer este país e que se consolidam na história como movimento e entidade fundamentais para um novo amanhecer. Para que os corpos possam fazer da revolta pela ginga, pelo samba, pelo jogo, outra vida. De punhos cerrados, com seriedade, colocando na parede aqueles que não podem com a juventude. Não podem em qualidade e não podem em luta. Não podem pela poesia e pelo que se vive fora e dentro das paredes das universidades por todo este país a cada encontro, a cada espaço, a cada brilho nos olhos pautando com firmeza a materialidade de outra sociedade. A cada rua ocupada, a cada centro de cidade parada, a cada dar as mãos junto aos trabalhadores, construímos a alma de uma sociedade que os corpos rompem os grilhões. Construímos nesta temporariamente quando nos encontramos, nos formando profundamente em cada dia com a certeza espalhada pelo Brasil quando vamos embora que cada camarada ergue junto a definitiva todo dia. Viva o MEEF! Viva a ExNEEF! Viva a juventude revolucionária!

Ao Partido Comunista Brasileiro pela acolhida e pela luta de tantos e tantas militantes que fizeram e fazem a história desse país melhor.

Aos camaradas do COLEMARX pela acolhida, pela formação, pelos debates e pela seriedade na luta pela educação pública e pela emancipação humana.

Às camaradas Hellen Balbinotti, Camila Putzke e Maria Carol que compartilharam profunda angústia, tensão, expectativa, mas também muita alegria durante todo este processo. As melhores concorrentes pela vaga possível. Da entrada no mestrado aos já iniciados cursos de doutorado para algumas. Professoras, militantes, pesquisadoras e mulheres firmes na luta por um outro mundo que levam com carinho aos seus estudantes e aos outros que os cercam. Obrigado por serem parceiras fundamentais do início ao fim. Mesmo distantes pela dinâmica da vida, saber que sempre existiu uma âncora ali perto foi importante. Que nos encontremos cada vez mais nas lutas acadêmicas, do trabalho, nas ruas e bares. #VaiResist(li)ência, rs. Vocês são também minhas referências.

Aos camaradas do GEPOLES que combatem firmemente no caos por uma outra EEFD, por uma outra Educação Física e pelo direito ao lazer. Pelo real direito de todas e todos se movimentarem e sorrir. Grupo que me acolheu ainda em seu início e que traz felicidade a cada ingressante, a cada debate e cada pesquisa.

Aos professores, ainda da graduação, que me marcaram pela complexa luta diária em um local de gigantes tensionamentos, mas que são resistência e a cada dia fazem do prédio da EEFD um lugar melhor. Que defendem com todas as unhas e dentes diariamente contra todos os ataques a identidade do professor e a escola pública. Viva Aureliano, Renato Sarti, Michele Fonseca, Marcelo Melo, Paulo Peres, Vinícius Ruas, Renato Mendonça, Laís Bernardes e os indispensáveis projetos e trabalhos de cada um. Sigam firmes, camaradas!

Ao time de várzea Pelada da Esquerda Futebol Clube que nos campos e quadras também encontra luta e rasga com suor e esforço as engessadas contradições do futebol e as lacunas para uma outra forma de jogar e de viver.

A todos os grupos, pessoas, mestras e mestres da cultura popular que não deixam apagar os conhecimentos do corpo, outras formas de viver, de dizer e de se organizar pelo movimento. Obrigado pelo brilho nos olhos por cada estudo que me motiva e me direciona em meu sentido pedagógico e papel como professor. Por me ensinarem a andar e sonhar também nas frestas.

Ao meu orientador Marcelo Melo pelo carinho, pelo aprendizado mútuo e por deixar compartilhar as aflições e dificuldades diárias. Desde minha graduação, figura fundamental em toda minha caminhada. Por muitas trajetórias boêmias (que estão faltando), acadêmicas e de luta nos mais variados espaços.

Ao Bruno G e à professora Sônia Rummert, por terem aceitado caminhar em conjunto, neste trabalho. Ambos fundamentais de formas e intensidades diferentes nesta trajetória. G já presente em diversos agradecimentos até aqui descritos. Na troca de passes perto em campo às lutas e à admiração. Sônia professora que marcou justo em um processo de seleção de mestrado só a conhecendo até então através de sua escrita fundamental para as reflexões na educação brasileira. Indicando-a como orientadora, foi parte da banca de avaliação na UFF, minha primeira arguição nesta caminhada. Marcou pela seriedade e responsabilidade, mas também pelo olhar e acolhimento carinhoso tipicamente docente e humano. Obrigado pelo esforço da leitura, pelas indicações e pelas críticas. Obrigado pelo carinho, professor@s.

Aos/Às que hoje constroem em luta, em compartilhar, em olhar, afeto, ódio, risadas, churrascos, músicas, bebidas, noites e bares, amizade e amor, mas que por interdição de uma sociedade que é preciso ser destruída diariamente, só elxs saberão.

..

“Quando o Sol
Se derramar em toda sua essência
Desafiando o poder da ciência
Pra combater o mal
E o mar
Com suas águas bravias
Levar consigo o pó dos nossos dias
Vai ser um bom sinal
Os palácios vão desabar
Sob a força de um temporal
E os ventos vão sufocar o barulho infernal
Os homens vão se rebelar
Dessa farsa descomunal
Vai voltar tudo ao seu lugar
Afinal

Vai resplandecer
Uma chuva de prata do céu vai descer, la la la
O esplendor da mata vai renascer
E o ar de novo vai ser natural
Vai florir
Cada grande cidade o mato vai cobrir, ô, ô
Das ruínas um novo povo vai surgir
E vai cantar afinal

As pragas e as ervas daninhas
As armas e os homens de mal
Vão desaparecer nas cinzas de um carnaval”

(João Nogueira/Paulo César Pinheiro)

RESUMO

CANDAL, Emanuel Borges. **Sentidos da Educação Física no neoliberalismo: corpos precarizados na barbárie e produções da ONU-UNESCO na segunda década do século XXI.** Rio de Janeiro, 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

O presente trabalho tem como objetivo identificar as possíveis relações das expressões do neoliberalismo, no século XXI, no campo da Educação Física, considerando-o como espaço de disputa e de consolidação dos diferentes interesses e projetos de classe em jogo na sociedade capitalista. Em especial, utilizando-se da análise documental de produções do sistema ONU-UNESCO, na segunda década do presente século, pretendemos, com maior foco, observar expressões de elementos, como precarização da vida e do trabalho, desemprego, desresponsabilização do Estado na garantia de direitos e crise nos documentos direcionados ao campo em estudo. Esses documentos materializam o projeto político neoliberal, através de inúmeras ações, como. Foram analisados especificamente os seguintes documentos: “Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte” (UNESCO, 2015) e o documento final da “VI Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários da Educação Física e do Esporte” (UNESCO, 2017) em diálogo com outras produções, neste século, deste organismo internacional e estudos anteriores sobre o mesmo no campo. A análise possibilitou concluir que existem profundos esforços de adequação do campo em consonância às características vivenciadas hoje, com o acirramento da crise e a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Além disso, foi possível identificar diferenças e semelhanças em relação às produções anteriores, apontando aumento qualitativo e quantitativo de produções para o campo, na segunda década do século XXI.

Palavras-chave: Educação Física; Precarização do trabalho; Neoliberalismo; Organismos Internacionais

ABSTRACT

CANDAL, Emanuel Borges. **Senses of Physical Education in neoliberalism: precarious bodies in barbarism and UN-UNESCO productions in the second decade of the 21st century.** Rio de Janeiro, 2020. Dissertation (Master in Education) - Faculty of Education, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The present work aims to identify the possible relations of the expressions of neoliberalism in the 21st century through the field of Physical Education, which is also a space for dispute and consolidation of the different interests and class projects at stake in capitalist society. In particular, using the documentary analysis of productions of the UN-UNESCO system in the second decade of the present century, it was intended with greater focus to observe expressions of elements such as: precarious life and work, unemployment, the State's lack of responsibility in guaranteeing rights and crisis in the documents directed to the field, materializing the neoliberal political project through actions such as: public-private partnerships and the educational role of Physical Education in the capitalist frameworks for the naturalization of this social relationship and its contradictions. The documents specifically analyzed were: "International Charter of Physical Education, Physical Activity and Sport" (UNESCO, 2015) and the final document of the "VI International Conference of Ministers and Senior Officials of Physical Education and Sport" (UNESCO, 2017) in dialogue with other productions in this century by this international organization and previous studies on it in the field. The analysis made it possible to conclude that there are deep efforts to adapt the field in line with the characteristics experienced today with the worsening of the crisis and the precariousness of work in contemporary capitalism, in addition to identifying differences and similarities in relation to previous productions, pointing to a qualitative and quantitative increase of productions for the field in the second decade of the 21st century.

Keywords: Physical Education; Precarious work; Neoliberalism; International Organizations

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS:

BM – Banco Mundial

CIGEPS - Comitê Intergovernamental de Educação Física e Esporte

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

DIESPORTE – Diagnóstico Nacional do Esporte

EF – Educação Física

EFQ – Educação Física de Qualidade (referente ao documento: Diretrizes em Educação Física de Qualidade: para gestores de políticas)

ExNEEF – Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física

FMI - Fundo Monetário Internacional

FIFA – Federação Internacional de Futebol

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

ICSSPE - Conselho Internacional de Ciências do Desporto e Educação Física

IFI – Instituição Fiscal Independente

INTERPOL – Organização Internacional de Polícia Criminal

GEPOLES – Grupo de Estudos de Políticas Públicas em Educação Física, Esporte e Lazer

LGBTs - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros

LIE – Lei de Incentivo ao Esporte

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MINEPS – Conferência Internacional de Ministros e Altos funcionários da Educação Física e do Esporte

MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

ONGs – Organizações Não Governamentais

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

RJ – Rio de Janeiro

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SP – São Paulo

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNOSDP - Escritório das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Paz

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A INTENSIFICAÇÃO BRUTA DA EXPROPRIAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	30
CAPÍTULO II: ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A EDUCAÇÃO FÍSICA: SENTIDOS E PROJETOS	54
CAPÍTULO III: PRODUÇÕES DA UNESCO NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI: CORPOS RESILIENTES EDUCADOS NA/PARA A BARBÁRIE	65
3.1 Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte.....	65
3.2 VI Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários da Educação Física e do Esporte (VI MINEPS)	106
CONCLUSÃO.....	123
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

As intenções para a construção desta dissertação surgem como continuidade do trabalho de conclusão de curso em Educação Física pela UFRJ intitulado: “O Projeto Neoliberal e a Educação Física Esportivizante no Alto do Pódio: os planos de governo dos candidatos a prefeito do Rio de Janeiro e suas relações com a V MINEPS (UNESCO)” (CANDAL, 2017). Pretendemos dar prosseguimento na análise dos documentos, posicionamentos e produções posteriores indissociáveis ao analisado, à época, no interior do Grupo de Estudos em Educação Física e Lazer (GEPOLES/UFRJ).

A ideia para o trabalho surge também de inquietações sobre o papel e a identidade da Educação Física hoje e na história. Inquietações que foram abrasadas pelos espaços de formação para além das limitadas salas de aula. Surge, ainda, pela observação e participação nos debates e lutas construídas pelo/no Movimento Estudantil da Educação Física (MEEF), em especial através da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF), entidade da qual, com muito orgulho, carinho, esperança e luta, fiz parte ao longo de dois anos como coordenador nacional. Surge pelos espaços diários do CAEFD/UFRJ (Centro Acadêmico dos Estudantes de Educação Física da UFRJ) que fundamentalmente me construíram como professor, militante e humano junto a diversos outros projetos de extensão e pessoas fundamentais para este avanço e questionamentos que vão da formação de professores à sociedade.

Ao longo da trajetória de estudo e escrita deste trabalho, a materialidade da profissão docente, os processos de contradição, o cansaço, o posicionamento e militância político-pedagógicos diária mediada pelo cotidiano escolar privado foram centrais. Ao mesmo tempo em que me tiravam brutalmente as possibilidades qualitativas e de tempo para as necessárias reflexões debruçadas a este trabalho, também me davam ânimo junto ao afeto pedagógico não romantizado para quem de fato se deve o afeto, para construí-lo como fortalecimento daquilo que se precisa fortalecer, mesmo como força destruidora daquilo que se precisa destruir, no campo da Educação Física, na educação básica e fora dela, no campo da educação, nesta sociedade e na vida. Na certeza de que outras formas de se viver são possíveis, na

observação com brilho nos olhos de quem todo dia ressignifica o caos em poesia, mas o guarda como força potente do ódio de classe de diferentes formas.

É também por acreditar e lutar para que todo ser humano tenha direito às práticas corporais, à sua própria criatividade, a vivenciar seu corpo de variadas formas, a sorrir, vivenciar o mundo, a natureza, e possa se humanizar sem interdição, também pelo movimento que este trabalho e a prática pedagógica se realizam.

Por esperar um cotidiano em que a Cultura Corporal seja admirada, entendida, refletida, produzida e vivenciada como direito pleno em todos os lugares, para além das frestas (sem jamais esquecer-las), é que esta escrita fez sentido.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as relações entre as transformações, características e estratégias do capitalismo contemporâneo materializadas pelas ações burguesas junto aos sentidos e os programas e ações políticas encaminhadas pela Organização das Nações Unidas, através de sua Agência Especial para a Educação, Ciência e Cultura (ONU-UNESCO), no campo da Educação Física (EF).

Em especial, pretendemos nos aprofundar na análise de documentos norteadores para políticas indicadas a diversos países, na segunda década do século XXI. Documentos estes construídos em encontros mundiais com a presença de representantes de diversas entidades ligadas às temáticas da Educação Física e Lazer e ministros de variadas nações.

O sentido e a prática pedagógica da Educação Física, em âmbito escolar ou em outros espaços de atuação, se expressam com profundas polêmicas e são frutos das disputas históricas e seus possíveis embates e adesões, conscientes ou não, aos projetos políticos de determinada época.

Na contemporaneidade, a partir de sua relação social estruturada e reforçada cotidianamente de diferentes formas, as práticas corporais e a EF também trazem indícios importantes dos interesses e dilemas das classes fundamentais no âmbito da sociedade capitalista. Ou seja, as práticas corporais e o campo da Educação Física, considerados historicamente, também irão evidenciar a dinâmica da luta de classes atualmente.

Podemos perceber, ainda hoje, como ideário dominante da área um forte discurso que tem como características centrais no entendimento da EF elementos

tratados como fins em si mesmos pela técnica dos movimentos, sem historicidade e com profundo teor biologicista.

A concepção apresentada parece se distanciar da reflexão profunda acerca do contexto político e histórico, em que as mais variadas práticas corporais são forjadas e os sentidos da EF se estruturam. Ao ser reivindicada afastada de seus contextos e do compasso da história, na realidade, se aproxima de determinados projetos, sustentando-os e difundindo-os, através da prática diária de professores e pela própria vivência das práticas corporais, nos mais variados espaços. Caso não as reflita, podem reforçar elementos centrais do capital, seja no âmbito ideológico, seja em ações relacionadas às questões político-econômicas diretamente através de políticas públicas, parcerias público-privadas, entre outras.

Sustentadas por um frequente discurso essencialmente positivo sem análise dos direcionamentos pedagógicos presentes nas práticas corporais ou políticas relacionadas, é comum perceber diversos setores público e/ou privados investirem ideologicamente e financeiramente no campo da EF, através de ações sociais, projetos, propagandas, entre outras formas.

Sendo assim, é importante reafirmar que as práticas corporais se estruturaram e ainda se estruturam pelas disputas de classes concretas de determinado tempo e acompanham seu desenvolvimento expressando cenários político-históricos.

Podemos citar, em especial, as práticas corporais de origem afro e dos povos originários em toda América Latina, sendo possível perceber, em suas origens e transformações, as características da formação social dos países diversos deste continente. É o caso da capoeira, do jongo, do samba, do coco de roda, das brincadeiras populares e das práticas corporais ressignificadas que, ao passar por variados processos, podem assumir caráter popular, expressando as disputas sociais, mesmo sem deixar de ser campo de lutas desiguais (SIMAS, 2019). Estas manifestações podem exemplificar claramente as disputas políticas dos interesses em conflito. Dessa forma, também assumem características contraditórias, sendo produtos da sociedade em que estão inseridas, ora reforçando características da ordem hegemônica, ora se contrapondo de formas diretas ou indiretas às mesmas.

Em síntese, partimos do entendimento de que as práticas corporais, como produtos da ação humana, são expressões que caracterizam a formação social de determinado país, se articulam através dos processos históricos locais na dinâmica

político-econômica mundial e externarão os conflitos e as contradições da sociedade em que ela se materializa. A partir do exposto, temos como ponto de partida a concepção de EF enquanto campo de intervenção pedagógica, que tem como objeto central a Cultura Corporal e seus elementos. Cabe destacar que entendemos a Cultura Corporal como o conjunto das práticas corporais produzidas ao longo da história, a saber: as danças, lutas, jogos, esportes, brincadeiras, ginásticas etc (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Este sentido de Educação Física apresentado busca não somente entender o movimento humano como expressão meramente técnica, rigidamente biológica ou cultural de forma “apolítica”, a partir de espetacularizada representação dos povos. Pretende, na verdade, entender que tais movimentos surgem a partir de reais demandas e interesses, não podendo ser deslocados de suas particularidades. Portanto, é necessária a análise da totalidade para entendimento de seus variados significados em essência, não ocultando a materialidade do modo de produção atual, em que estão inseridos objetivamente, como discutido acima.

Por isso, é importante analisar as mudanças forçadas de um sistema que tem em sua essência as crises e que, cotidianamente, às custas da grande massa de trabalhadores, se mantém em pé. Tentaremos sistematizar, em especial, ao longo do trabalho, algumas expressões do capitalismo no século XXI e suas influências e determinações para o campo da Educação Física.

Hoje o projeto neoliberal, como estratégia de sobrevivência para o sistema econômico vigente, vem demonstrando evidências de falência graves. Tais indícios não somente estão presentes em análises críticas que visam a superação do próprio capital, mas também são expressos nas tentativas de reorientação e avaliação feitas por organismos intrínsecos ao próprio funcionamento da sociedade burguesa, como os diferentes relatórios¹ de entidades como Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco

1 Dentre eles, podemos citar um artigo publicado em 2016 com o título “Neoliberalism: Oversold?” pelo FMI; os diferentes relatórios da OCDE sobre a situação econômica do Brasil e outros países (justificadores de reformas em direitos sociais, inclusive), além das declarações e dados divulgados pela ONU sobre crescimento da miséria em escala global. É importante, porém, analisar que tais documentos não apontam de forma alguma para a superação do capitalismo e pela emancipação, mas sim levanta dados e propõem caminhos de mais neoliberalismo ou de alternativas dentro da ordem para a sustentação do capitalismo, servindo estes documentos como balizadores para as próprias ações da burguesia, como a pacificação da luta de classes e apontamentos da necessidade de agir para evitar o caos (também problemático à ordem dominante estabelecida).

Mundial (BM), Organização das Nações Unidas (ONU) etc. Esses relatórios ilustram, com dados, a brutal desigualdade, a concentração de renda cada vez maior, os impactos ambientais, entre outras questões.

O conjunto de reformas político-econômicas e sua intensificação atual orientada pelas ações burguesas, em especial através dos organismos internacionais, são fatores importantes para análise, que atingem os países periféricos de capitalismo dependente na divisão internacional do trabalho.

A abrupta concentração de riquezas, a flexibilização intensa dos direitos trabalhistas, o crescente desemprego e os processos de naturalização do aumento da expropriação romantizados por discursos de “meritocracia” e “liberdade” nos trazem elementos para pensarmos a fase atual do capital (FONTES, 2017). Conseqüentemente, também nos faz avaliar se há possíveis adequações do campo da Educação Física com essas questões.

Partindo das reflexões apresentadas, buscamos entender as expressões do projeto dominante e interesses de classe no campo da EF. Neste trabalho, analisamos de forma mais direta as indicações da UNESCO para o campo, tanto do ponto de vista pedagógico, quanto de suas indicações para políticas públicas que envolvam as práticas corporais.

Sendo assim, percebendo o lugar que ocupam as práticas corporais na história e tomando a EF como disciplina curricular obrigatória, nas escolas, que tem como responsabilidade central o trato destas práticas, podemos perceber a importância dos conteúdos escolhidos, a perspectiva pedagógica fincada, o norteamento de sociedade e o sentido que se atribui ao campo nos mais variados documentos e discursos, sobretudo os direcionados às políticas educacionais.

A organização da burguesia mundial demandou uma consolidação institucional particular, a partir da Segunda Guerra Mundial. Os organismos internacionais intergovernamentais de diversos tipos - em especial as gêmeas de Bretton Woods² e as diversas agências que compõe o sistema ONU expressam essa particularidade.

2 A expressão “gêmeas de Bretton Woods” é utilizada para se referir ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BM), ambos criados nas conferências realizadas na cidade de Bretton Woods (EUA). Tendo início em 1944, estabeleceu estratégias de reconstrução do capitalismo mundial pós guerra, definindo assim um sistema de regras e instituições para regulação da política econômica em escala global.

Os organismos internacionais, neste sentido, são pilares para a proposição de políticas em diversos campos, inclusive no campo educacional. Além de serem importantes difusores ideológicos dentro dos marcos hegemônicos.

A Educação Física, por sua vez, como pertencente a este processo educativo nos marcos capitalista atuais, não fica de fora destas indicações e também é fruto de variadas produções por parte destas organizações.

Melo (2011) ressalta o trabalho realizado especialmente pelo conjunto ONU-UNESCO na transição para o século XXI, principalmente através de seu órgão interno denominado “Escritório das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Paz” (UNOSDP) o autor também fala sobre a materialização de campanhas, especialmente sobre o esporte, e suas contribuições para as tentativas de apagamento da percepção da expropriação capitalista, a partir de políticas salvadoras e moralizantes, quase sempre atribuindo ao indivíduo e a seu comportamento as problemáticas sociais de caráter estrutural. Como afirma o autor:

Outro elemento relevante é a ação dos principais sujeitos políticos do campo esportivo em nosso tempo relacionando os esportes com programas estatais ou privados de (supostas) melhorias de condições de vida em diversas áreas, como saúde, educação assistência à infância e adolescência e etc. Além do envolvimento pessoal de atletas, tanto com suas fundações prestadoras de ações sociais de diversas ordens, como na condição de Embaixadores da ONU/UNICEF e a participação em campanhas de variadas naturezas, as próprias organizações do esporte de alto rendimento como as Confederações e Comitês Internacionais e seus congêneres nas diversas formações sociais se fazem presentes. A participação em campanhas de Jogo Limpo (Fair Play), contra o trabalho infantil, contra uso de drogas, contra violência entre povos tem sido comum nos campos, quadras, piscinas e afins. Sempre com forte cunho moralizante e com grau de consciência política que impossibilita qualquer vinculação das campanhas com a natureza exploratória da sociedade capitalista, tal envolvimento do campo do esporte em geral é parte relevante da nova pedagogia da hegemonia burguesa na atualidade (MELO, 2011, p. 161).

Chama atenção, no discurso materializado nos documentos e nas ações destes organismos, forte aspecto pacificador e filantrópico, além de uma objetividade nas ações do campo da EF no sentido “salvacionista” de aspectos sociais precários que a própria dinâmica capitalista apresenta, em essência.

Outro apontamento que chama atenção na passagem anterior feita pelo autor é a centralidade das ações nos esportes, subalternizando outras práticas corporais e, principalmente, naturalizando disputas de projetos políticos, colocando este elemento da Cultura Corporal (o esporte) como fim dentro de si mesmo, reforçando-o nos

marcos dominantes e o espetacularizando. Ao longo deste trabalho, analisamos se estas características ainda são permanentes nas produções e nas ações da ONU-UNESCO.

Como exemplo de espaço real de discussão e encaminhamento referente à EF por parte deste organismo internacional (ONU-UNESCO), podemos citar a Conferência de Ministros e Alto Funcionários da EF e do esporte (MINEPS). Com edições em 1976 (Montreal, Canadá), 1988 (Moscou, URSS), 1999 (Punta del Este, Uruguai), 2004 (Atenas, Grécia), 2013 (Berlim, Alemanha), tendo sua mais recente versão em 2017 (Kazan, Rússia). A conferência é uma das maiores ações políticas envolvendo diversos países que se debruçam sobre a EF a nível internacional.

A MINEPS é um encontro mundial de autoridades e organizações ligadas ao campo para debater e atualizar questões pertinentes ao que eles definem como “Educação Física e Esportes”, englobando direcionamentos no prisma das políticas públicas em EF fora do espaço escolar e dentro dele. Trazendo, assim, no seio de seus documentos alguns sentidos, indicações e posicionamentos político-pedagógicos. Na apresentação da conferência, encontramos as seguintes informações:

A MINEPS é a única plataforma global deste tipo no mundo. Os resultados da MINEPS não só ajudam a estabelecer a direção geral do programa de educação física e esporte da UNESCO, como também norteiam a implantação de políticas e práticas efetivas por governos no mundo todo (UNESCO, 2013, p. 1).

Podemos citar também a “Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte” que teve, em 2015, atualização de sua primeira (e única até o ano citado) versão publicada em 1978, além de variados diagnósticos sobre a EF em países subdesenvolvidos de variados organismos que parecem demonstrar intensificação de produções no campo nos últimos anos.

Outro constante movimento estabelecido por parte da ONU, no campo da EF, é a direção mais constante de suas produções a países periféricos no capitalismo mundial. Como exemplo, podemos citar o escrito: “Esporte para o desenvolvimento e a paz: informativo da ONU no Brasil” (UNESCO, 2016), além de outros documentos destinados à África, Haiti e América Latina como um todo. Vale destacar que estes não serão frutos de análise neste trabalho, mas são expressões fundamentais do movimento de produção deste organismo.

Partindo destas constatações já realizadas, refletimos, a partir da totalidade do movimento do real da sociedade capitalista, sobre o ciclo de produções da UNESCO-ONU na segunda década do século XXI para a EF a nível global. Mais especificamente, realizamos uma análise dos documentos: “Carta Internacional da Educação Física e do Esporte” (2015) e da “VI MINEPS” (2017), dialogando com a análise da V MINEPS (2013), embrionariamente realizada por Candal (2017). Dessa forma, atualizamos as análises anteriores, feitas por Melo (2011) e Penna (2011), articulando tais produções com as estruturas e modificações do cenário político nas novas configurações neoliberais mais marcantes da segunda década do século XXI.

A escolha de tais documentos citados se dá pela relevância que ocupam no cenário internacional para o campo e sua indissociabilidade entre si, sendo pilares de reivindicações deste organismo internacional, além de se relacionarem com outros aspectos mais gerais, tais como as Metas de Desenvolvimento do Milênio, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, os megaeventos, dentre outros.

Ao longo do trabalho, refletimos sobre perguntas norteadoras desta pesquisa, que são explicitadas abaixo:

- 1) É possível identificar apontamentos nos documentos da ONU-UNESCO para o campo da EF que se relacione com a estruturação neoliberal atual, em especial questões como reforma do Estado, as novas configurações do mundo do trabalho, a flexibilização e as ações de tentativa de naturalização da precariedade?
- 2) Há mudanças significativas na atualização dos documentos em relação ao conteúdo e intensificação de produções? Se sim, quais são as mudanças e os possíveis motivos para tal?
- 3) A partir de qual entendimento de EF estão estruturados os documentos?

Observamos, com maior atenção, os seguintes aspectos nos documentos: a) possíveis contribuições e relações entre o campo da EF e a reforma do Estado, características do neoliberalismo e mundo do trabalho em sua dinâmica atual, em especial observando se há considerações em relação aos países periféricos; b) justificativas das indicações para as políticas mundiais no campo da EF e o norteamento pedagógico empregado nos documentos; c) possíveis indicações de

políticas/programas de EF no eixo educacional para os países e seus sentidos político-pedagógicos.

Tal pesquisa permitirá fortalecer os questionamentos na EF não somente em relação às suas práticas pedagógicas, mas também estabelecer se há aproximações das políticas do campo com o projeto neoliberal no conturbado contexto político atual de profunda crise do capital. Além disso, tecemos considerações acerca do pensamento sobre as práticas corporais justificado pelo discurso salvacionista, inclusive por setores que questionam a ordem social hegemônica.

Reafirmamos a necessidade de uma análise classista na concepção e prática pedagógica da EF, que, por sua vez, está inserida em uma sociedade dividida em classes com interesses opostos e inconciliáveis (MARX, 2017). Tal sociedade expressa, portanto, contradições e lutas, desde seu conteúdo ministrado nos espaços variados de aula até em ações políticas maiores, não sendo possível sua análise específica como campo sem a reflexão sobre a sociedade em que está inserida e a molda.

Utilizamos, ao longo deste trabalho, a fundamentação político-teórica marxista não de forma meramente instrumental, mas como posicionamento para análise da estrutura social, em especial entendendo-o a partir de alguns princípios fundamentais. Entre eles, reconhecemos a dinâmica das modificações do capitalismo e seu caráter não linear, trazendo consigo profundas contradições, a partir de sua estrutura básica de funcionamento, através da exploração, expropriação, crises e campo da luta de classes na contemporaneidade.

Para isso, abordamos nosso objeto específico (a EF, seus sentidos pedagógicos e a produção dos organismos internacionais), considerando a sua inserção em uma sociedade com opostos interesses de classes, e com a consciência das mediações e da importante análise da totalidade que constitui as disputas e materializações do mesmo.

Buscamos a essência do objeto pesquisado entendendo-o pertencente ao movimento do real da sociedade burguesa para além das aparências. Netto (2011) traz a centralidade da busca pela essência do objeto ao analisar o objetivo do pesquisador. Para o autor:

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa

aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável-, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. O objeto da pesquisa tem, insista-se, uma existência objetiva, que independe da consciência do pesquisador. Mas o objeto de Marx é a sociedade burguesa-um sistema de relações construído pelos homens, "o produto da ação recíproca dos homens" (Marx, 2009, p. 244). Isto significa que a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto. Por isso mesmo, a pesquisa - e a teoria que dela resulta - da sociedade exclui qualquer pretensão de "neutralidade", geralmente identificada com "objetividade" (acerca do debate que, sobre a "objetividade", se acumulou nas ciências sociais e na tradição marxista, cf. Lówy, 1975, p. 11-36) (NETTO, 2011, p. 23).

O autor traz reflexões sobre a concepção de teoria para Marx, sendo ela a "reprodução, no plano de pensamento, do movimento real do objeto" (p. 25). Porém não se refere a uma reprodução no sentido mecânico e espelhado da realidade, diretamente atribuindo o papel ao pesquisador de mero sujeito passivo na própria pesquisa. Pelo contrário, Marx atribui o papel do sujeito pesquisador como essencialmente ativo, pois só nesta postura em sua relação com o objeto é que há uma real apreensão para além das aparências. Dessa forma, é possível a extração da estrutura e dinâmica processual do objeto a partir de seus conhecimentos, críticas, revisões e criatividade, percebendo e sistematizando, portanto, as conexões estabelecidas entre os variados constituintes do objeto e o dinâmico movimento do real que está inserido (NETTO, 2011, p. 25).

É importante afirmar que tal concepção não expressa distanciamento do entendimento de que há uma razão e verdade das aparências postas, entendendo o objeto inserido em uma real sociedade com interesses e estruturação político-econômica definida, não atribuindo ao autor a imaginação individual arbitrária de uma qualquer realidade subjetiva que o objeto possa estar inserido.

Assim é possível perceber também que, em absoluta hipótese, a perspectiva citada tira do autor sua relação pessoal e subjetiva com o objeto. Pelo contrário, o define (tanto o autor, quanto o objeto) não alheio à sociedade existente como a realidade material socialmente esclarecida de determinado modo de produção que ocorre para além do querer autoral e de sua percepção individual da realidade.

Podemos afirmar que nos nortearmos na relação entre objeto X pesquisador, objetivando a extração das características essenciais do objeto, a partir daquilo que o próprio expressa, entendendo-o inserido em uma sociedade que exterioriza também através dele em seus marcos centrais de estruturação do ponto de vista político, econômico, ideológico etc.

Entendemos também que a produção de conhecimento, em especial na universidade pública, deve se relacionar com as demandas da classe trabalhadora que a sustenta com sua força de trabalho e que, por outro lado, é amplamente expropriada do acesso ao conhecimento de diferentes formas. Assim, buscamos dialogar com as reais situações cotidianamente vividas, almejando apontamentos e possíveis contribuições (entendendo as amplas limitações de um trabalho acadêmico por si só) para nossa própria classe na busca à emancipação e superação, mesmo que a partir de um objeto específico, de um cruel sistema baseado na expropriação que se dá de diferentes formas cotidianamente.

Para a efetivação da pesquisa e reflexão, os instrumentos e as técnicas também são fundamentais, pois materializarão ao pesquisador a análise específica. O pesquisador deve se apropriar desses elementos, entendendo as vastas possibilidades produzidas. Netto (2011) explica tal questão:

Neste processo, os instrumentos e também as técnicas de pesquisa são os mais variados, desde a análise documental até as formas mais diversas de observação, recolha de dados, quantificação etc. Esses instrumentos e técnicas são meios de que se vale o pesquisador para "apoderar-se da matéria", mas não devem ser identificados com o método: instrumentos e técnicas similares podem servir (e de fato servem), em escala variada, a concepções metodológicas diferentes. Cabe observar que, no mais de um século decorrido após a morte de Marx, as ciências sociais desenvolveram um enorme acervo de instrumentos/ técnicas de pesquisa, com alcances diferenciados - e todo pesquisador deve esforçar-se por conhecer este acervo, apropriar-se dele e dominar a sua utilização (NETTO, 2011, p. 25-26).

Para maior especificidade em relação à forma de análise dos documentos da EF produzidos pela UNESCO já citados, realizamos na técnica da pesquisa uma análise documental. Pretendemos, assim, depurar os sentidos ocultos e não ocultos presentes nos papéis, relacionando-os com os movimentos políticos não neutros da dinâmica da luta de classes.

Evangelista (2012) traz importantes contribuições sobre tal metodologia:

Trata-se do papel posto para os intelectuais: encontrar o sentido dos documentos e com eles construir conhecimentos que permitam não apenas o entendimento da fonte, mas dos projetos históricos ali presentes e das perspectivas que - não raro obliteradas no texto - estão em litígio e em disputa pelo conceito, pelo que define o mundo, pelo que constitui a história (EVANGELISTA, 2012, p. 7).

A autora também alerta, de forma contundente, sobre a importância que deve ser dada não somente para aquilo que foi escrito, mas também para o que não está posto, como podemos identificar no seguinte trecho: "... o que a fonte silencia pode ser mais importante do que o que proclama, razão pela qual nosso esforço deve ser o de apreender o que está dito e o que não está" (EVANGELISTA, 2012, p. 10).

Sendo assim, abordamos, no primeiro capítulo, as características do neoliberalismo, em especial as novas configurações do mundo do trabalho, no século XXI, com o acirramento dos processos de precarização da classe trabalhadora. Para tanto, nos baseamos, principalmente, em autores como Virgínia Fontes, José Paulo Netto, Sonia Maria Rummert, Ricardo Antunes e Perry Anderson.

Em seguida, avançamos ao capítulo II, apresentando brevemente a história da organização dos organismos internacionais, sua relação com a educação e, finalmente, como é organizada a EF nestes espaços, em especial no sistema ONU-UNESCO. Neste capítulo, usaremos os seguintes autores: Roberto Leher, Kátia Lima e Marcelo Melo.

No capítulo III, analisamos parte das produções da segunda década do século XXI da ONU-UNESCO a partir, especialmente, dos documentos: "Carta Internacional da EF e do Esporte" e "VI Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários pela EF e o Esporte" (VI MINEPS) dialogando com outras produções, atentando-se para as modificações, materializações e sentidos pedagógicos nos marcos neoliberais presentes ou não nestas produções, apontando as possíveis relações ente o campo e o capitalismo contemporâneo.

Nesta parte do trabalho, dialogamos com autores já citados sobre o neoliberalismo, além de autores específicos do campo da EF. Debateremos sobre polêmicas que possam surgir na estruturação dos documentos analisados, a partir da compreensão de uma EF crítica, analisando, assim, essas novas produções, em conjunto com os debates já existentes de Adriana Penna e Marcelo Melo, e fatos e dados materiais associados às temáticas que surgiram no decorrer da análise.

Para finalizar o trabalho, buscamos responder às perguntas apresentadas nesta introdução, em especial sobre as aproximações entre o neoliberalismo e o campo em estudo, além de apontar uma alternativa à perspectiva de Educação Física presente nos documentos analisados. Discutimos as práticas corporais como possíveis espaços de resistência e instrumentos de organização política contra hegemônica, além de reivindicar integralmente o corpo e o lazer como direitos e elementos fundamentais da luta revolucionária contra a retirada diária destes por parte da estrutura social capitalista.

CAPÍTULO I: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A INTENSIFICAÇÃO BRUTA DA EXPROPRIAÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

*O crioulo no morro está invocado
O crioulo no morro está no miserê
Desce o morro, não encontra trabalho
(então volta pro baralho)
Nem encontra o feijão pra comer*

*Se subires lá no morro
E ver o crioulo zangado
Podes crer que o irmãozinho
Se acha desempregado (...)*

(Casquinha)

O capitalismo contemporâneo vem expressando evidências cada vez mais significativas sobre sua característica extremamente efetiva de elevar, em larga escala, o nível de expropriação e exploração da força de trabalho e da natureza. Faz isso com supostas expressões de liberdade, mas com índices humanitários cada vez mais preocupantes.

A precarização da vida, a desregulamentação e flexibilização do trabalho, altas taxas de desemprego, a informalidade e um aumento significativo do totalitarismo em nível mundial são características que podem ser percebidas (NETTO, 2012).

É também perceptível um aspecto importante em meio a tantos indícios de extrema pauperização, como os discursos de romantização destas condições de precariedade estruturados, a partir de uma lógica meritocrática e distante da totalidade. Estes são acompanhados da justificativa de características meramente individuais, atribuindo o difícil momento do capitalismo à postura dos trabalhadores ou ao âmbito “natural” da própria engrenagem produtiva mundial. Com isso, busca-se dificultar a associação direta, pelas maiorias populares e minorias políticas, de suas difíceis condições de vida, com as premissas básicas do projeto neoliberal e ao próprio modo de produção capitalista.

É possível perceber o avanço de espaços motivacionais, proposta de caminhos para o empreendedorismo e exaltação de exceções que ascenderam socialmente, por meio do trabalho e da vida precária, colocando-os como exemplos de postura e de julgamento moral ao restante da população.

Fontes (2017) alerta para o estratégico e complexo processo educativo a que os trabalhadores são submetidos, onde por trás ocorre o aumento da concentração de riqueza e controle e, conseqüentemente, desigualdade e desemprego. Tal processo tenta naturalizar assim as retiradas de direitos de forma passiva e quase automática por parte do próprio trabalhador com a urgência legítima de atender às suas necessidades materiais imediatas de existência.

A autora, assim, demonstra como a subordinação direta ao capital pelo trabalhador se consolida como engrenagem que visa evitar maiores problemas conflituosos a partir da naturalização da informalidade e dos discursos relacionados ao empreendedorismo e outras formas de sustento precários sem direitos básicos garantidos. Como afirma Fontes:

Os Estados capitalistas realizaram um duplo movimento: reduziram sua intervenção na reprodução da força de trabalho *empregada*, ampliando a contenção da massa crescente de trabalhadores desempregados, preparando-os para a subordinação *direta* ao capital. Isso envolve assumir, de maneira mais incisiva, processos educativos elaborados pelo patronato, como o empreendedorismo e, sobretudo, apoiar resolutamente o empresariado no disciplinamento de uma força de trabalho para a qual o desemprego tornou-se condição normal (e não apenas mais ameaça disciplinadora) (FONTES, 2017, p. 49).

O neoliberalismo, a partir de sua forma aparente de estrutura do mundo do trabalho, parece apontar para a pacificação da luta de classes por meio da distância estabelecida, por exemplo, na relação patrão x trabalhador, no aguçamento da competição entre os próprios trabalhadores (diminuindo sua própria noção enquanto classe) e na própria estratégia de diminuir a capacidade de percepção de detenção dos meios de produção e do próprio processo produtivo. Por outro lado, as contradições também se acirram.

Embora tenhamos características específicas deste momento histórico, é importante observar que estamos diante de brusca potencialização das relações capitalistas e da extração de mais-valia (não de sua supressão realizada pelo avanço tecnológico ou características estruturais outras de sociedade). Fontes (2017) ilustra tais questões exemplificando o processo que irá chamar de uberização, tendo como referência os motoristas de aplicativo com pouca ou nenhuma garantia que arcam com todas as conseqüências de seu próprio trabalho para grandes e distantes monopólios. Para a autora:

Longe de reduzir a importância da propriedade capitalista, *ao contrário*, estamos diante de sua potencialização. Trata-se de expandi-la ainda mais, no mesmo compasso em que à grande massa deve restar apenas a propriedade direta de *coisas* somente conversíveis em capital na forma de maquinaria gratuitamente oferecida ao capital, através da intermediação de um polo conector, que ativa a extração de valor. Os proprietários dessas coisas (no caso, automóveis) são facilmente expropriáveis. O próprio desgaste dos automóveis – sem falar da saúde dos motoristas – fica inteiramente a cargo dos trabalhadores. Imaginando livrar-se desse custo, os motoristas passaram a alugar automóveis. Devem, portanto, pagar o aluguel a outro proprietário da ferramenta automóvel, entregando parcela do mais-valor que produzem e continuando a encaminhar ao Uber a parcela pré-fixada como valorização do valor resultante de seu trabalho. A empresa distancia-se da vida concreta e faz questão de ignorar as condições de vida dos trabalhadores, assegurando-se um custo próximo de zero para maquinaria, matéria-prima (combustíveis, reparos, renovação da frota) e da própria força de trabalho (FONTES, 2017, p.57).

Esta forma de ganho diário, entretanto, é largamente difundida por um discurso positivo, apesar da evidente exploração e altíssimos lucros para as empresas gestoras do serviço. Visto como garantidor de liberdade e autonomia proporcionadas ao trabalhador pelo mesmo poder fazer sua própria carga horária (relativizando jornadas extremamente extenuantes acima das estabelecidas em leis trabalhistas); não ter aparentemente um patrão em rédea (embora controlado passo a passo por meio dos aplicativos e submetido a regras rígidas); e depender exclusivamente de sua própria vontade, diferenciação aos demais e mérito (contribuindo para a responsabilização individual das condições de vida e para o acirramento da competição entre trabalhadores).

É possível perceber também que tal lógica tem se ampliado e não se resume somente a serviços de transporte, mas se expande para os mais variados setores da sociedade, inclusive na Educação.

No sentido de ilustrar essa expansão, podemos observar a proposta realizada em Ribeirão Preto (SP), em 2017, feita em gestão do PSDB, para o campo da educação. Um trecho da matéria do jornal Estado de São Paulo resume a medida:

Um projeto da prefeitura de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, quer criar um sistema de trabalho que foi apelidado pelos servidores de “Uber da Educação” ou “Professor Delivery”. A ideia é pagar por aulas avulsas a docentes, sem ligação com o município, sempre que faltarem profissionais na rede municipal de ensino.

O professor não teria vínculo empregatício com a prefeitura e o acionamento se daria por aplicativos, mensagens de celular ou redes sociais. Após receber a chamada, o professor teria apenas 30 minutos para responder se aceita a

tarefa e uma hora para chegar à escola –caso contrário, outro seria acionado no seu lugar.

Mesmo sem chegar oficialmente à Câmara da cidade, o projeto já foi parar no Legislativo neste mês. Um grupo de professores distribuiu aos vereadores cópia da proposta preliminar e reivindicou que a ideia seja barrada. Um dos argumentos é de que o projeto seria inconstitucional (MOREIRA, 2017).

Na Educação Física, por exemplo, é possível citar o programa “Brasil em movimento” (BRASIL, 2019a) e o anúncio de empresas internacionais ligadas ao campo dos exercícios físicos operando nos mesmos marcos da uberização, como o caso da empresa norte-americana “Magic Fitness”. Esta anunciou sua chegada ao Brasil, em meio à pandemia de coronavírus, como podemos identificar na reportagem abaixo do sítio virtual Valor:

(...) para os profissionais de educação física ficou bem difícil manter a renda, já que as academias seguem fechadas há mais de dois meses e nem todos os alunos mantêm a rotina de treinos remotos. Pensando em profissionalizar o mercado brasileiro de aulas com personal trainer, a americana **Magic Fitness chega ao Brasil com proposta de aulas personalizadas por R\$ 35 e uma nova alternativa de renda para os profissionais dessa área. (...)**

(...) De largada, a empresa tem **2 mil vagas para profissionais de educação física autônomos que, por meio de sua plataforma possam dar aulas a alunos do mundo todo.** Com investimento de R\$ 6 milhões na plataforma e 10 mil aulas em português, **a empresa se tornou, em abril, responsável pelos atendimentos on-line de alunos do Gympass, plano corporativo de atividades físicas. (...)**

Fundada nos Estados Unidos, a Magic Fitness já intermediou 35 mil aulas. A proposta é profissionalizar a relação aluno-professor com um novo formato de aulas on-line individuais. Com isso, dar oportunidade de renda para os professores que são, em sua maioria, autônomos (...) (BERTÃO, 2020).

Dando prosseguimento às características destas relações de trabalho, é possível identificar que o empregador ao tomar outras configurações nas relações de trabalho, como o caso do Uber, além de outras formas flexíveis (como contratos temporários, terceirizações etc) não se apresenta como empregador nos marcos “clássicos”, flexibilizando assim as responsabilidades do patrão e passando os gastos do próprio trabalho para o trabalhador, também o responsabilizando por acidentes, avarias nos instrumentos de trabalho (em vários casos do próprio trabalhador ou alugados por ele mesmo), dentre outros.

Assim, é possível perceber a brutal retirada das já mínimas seguranças com as quais o trabalhador contava, a larga expansão da informalidade no trabalho e o incentivo ao empreendedorismo na prática se estruturando como processo de manobra de direitos historicamente conquistados. Há uma glamourização do indivíduo

resiliente que passa por cima de todas as precariedades postas e as naturaliza, desresponsabilizando o Estado e o capital da mínima garantia de direitos e da regulação nas relações trabalhistas.

Uma das formas de propagandear a resiliência se dá pela exemplificação de exceções como regra, conforme abordamos anteriormente, colocando a culpa total de condições sub-humanas à postura e forma de encarar a precariedade daqueles que não conseguiram alcançar melhores situações. Isso contribui ainda mais para a naturalização das expropriações. Em entrevista à *Época Negócios*, Eloi D'Ávila, fundador da bilionária empresa de viagens FlyTour, relata sua dificuldade para chegar no atual posto:

(...) Considerando que em uma empresa o caminho para o sucesso é feito de muitos altos e baixos e que é necessário fazer ajustes constantes, exatamente o que Thomas Edison viveu, a **resiliência** é fundamental para que o empreendedor continue apostando no seu sonho. Eloi D'Ávila, fundador da Flytour, sabe muito bem o que isso significa. Empreendedor há 42 anos em um país em que a maior parte das empresas fecha após quatro, ele já testemunhou diferentes crises econômicas e mudanças tecnológicas. Não só isso: teve uma infância difícil, fugiu de casa aos 8 anos, morou na rua, passou fome e foi recolhido três vezes pelo Juizado de Menores (...) (*EPOCA NEGÓCIOS*, 2016, **grifos meus**).

No trecho, é possível perceber a romantização de uma intensa precariedade que vai da estruturação familiar até a fome, passando por direitos básicos, como a moradia, com o agravante de se relacionar com a infância. A estratégia de exemplificar uma exceção como se todos, a depender exclusivamente de suas ações individuais, conseguissem alçar voos bilionários, não leva em conta um país que vive profundas crises e níveis de exploração gigantescas pela sua posição no capitalismo mundial. Também desconsidera as reais possibilidades de alcance destas condições pela massa de trabalhadores.

Continuando a entrevista, D'Ávila usa a Copa do Mundo do Brasil (2014) como exemplo de resiliência e afirma:

Um exemplo de resiliência para Eloi foi a Copa do Mundo no Brasil. Havia quem temesse um fracasso durante o evento, mas passou longe disso, e todos os turistas foram muito bem tratados. Tanto a Copa quanto as Olimpíadas foram um exemplo para os brasileiros de que é possível dobrar o número de turistas no país nos próximos 10 anos (*ÉPOCA NEGÓCIOS*, 2016).

É importante lembrarmos que os megaeventos esportivos (incluindo a Copa do Mundo 2014 e os Jogos Olímpicos 2016), no Brasil, em contraste ao excelente tratamento dado aos turistas, trouxe à classe trabalhadora um avanço assustador da violência (inclusive estatal), da miséria e do acirramento das desigualdades, em especial territorial. No Rio de Janeiro, podemos citar diversas violações, com destaque às remoções. Até 2015, um ano após a Copa do Mundo citada pelo empresário, mais de 22 mil famílias haviam sido removidas de suas próprias casas em nome das obras, da especulação imobiliária e do turismo (COMITÊ POUPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS, 2015).

Retomando a discussão em relação à naturalização e romantização da precariedade. Tais condições, mesmo com tantos esforços para a efetivação destes processos, também expressam profundos perigos à ordem estabelecida pelas contradições que abrem, exigindo, assim, o aprofundamento da relação educativa para a naturalização do nível de expropriação estabelecido. Rummert, Algebaile e Ventura (2013) apontam algumas características deste processo e evidenciam a centralidade do fator educacional na tentativa de apassivar a classe trabalhadora diante dos ataques que sofre pela dinâmica capitalista neoliberal. Trazem as autoras:

(...) A permanente expansão e consolidação do capital-imperialismo exige a internacionalização das políticas públicas, dos processos de gestão, das regras e normas necessárias para fazer funcionar os sistemas de produção e de consumo em todo o território que atinge ou pretende atingir, de forma integrada e coadunada às necessidades do sistema produtivo total que ele próprio engendra. Assim, a ênfase na fundamental importância da educação para a contemporaneidade capitalista constitui, na realidade, o somatório de demandas quanto à produtividade da força de trabalho que não é linear, mas fortemente marcada por um caráter seletivo e fragmentário. A tais demandas somam-se as cada vez mais intensas necessidades de controle social, derivadas diretamente da intensificação da expropriação. Tal controle busca efetivar-se tanto pela obtenção do consentimento ativo dos governados, visando a torná-los copartícipes dos processos de expropriação (...)
(RUMMERT, ALGEBAILLE e VENTURA, 2013, p. 719).

A coparticipação citada para ser efetivada precisa, portanto, se estruturar em um intenso nível de aceitação e crença neste determinado funcionamento social. Assim, a educação, em especial a educação básica formal, cumpre importante papel na internalização deste modelo de vida para as próximas gerações e é alterada também a partir desta dinâmica. As diferentes reformas curriculares, a estruturação da educação, a percepção da mesma enquanto produto, o sentido e objetivo da escola

nos variados segmentos de ensino são ações que, atualmente, vêm sendo enfatizadas e evidenciam se relacionar com os marcos neoliberais.

Como percebemos, as contradições se expressam com maior ênfase nas crises do capitalismo. Tais contradições, no entanto, não necessariamente são educativas rumo a um processo revolucionário organizado e com a consciência de classe estruturada pelo rompimento do atual modo de produção. Pelo contrário, sem o trabalho revolucionário realizado pelas organizações de trabalhadores e suas variadas frentes de atuação, a crise pode caminhar para maior legitimidade das estratégias capitalista, pela difusão da rivalidade e competição entre os próprios trabalhadores, na perseguição das minorias e na criminalização dos movimentos sociais e toda forma de questionamento do *status quo*, sendo estes culpabilizados pela causa da difícil situação de vida.

Dentre as formas de sustentação do capital para a manutenção da estrutura de classes explorada e exploradora, podemos citar: o aumento da jornada de trabalho e o rebaixamento de salários diretamente ou indiretamente; o aumento do exército de reserva e da população relativa (sendo estas articuladas diretamente à forçada desvalorização do custo do trabalho de imigrantes, negros, etc sustentada pelas próprias condições ideológicas xenofóbicas e racistas que se expressam na sociedade ou pelas diferenças significativas de desenvolvimento entre países, atraindo trabalhadores a se submeterem a trabalhos com maiores jornadas e mais baratos para a produção de países desenvolvidos); as tentativas de barateamento dos maquinários, matéria prima e/ou tecnologias para a queda do custo de produção; expansão do mercado para escoamento dos produtos realizados; e o capital financeiro e sua dinâmica de juros (IASI, 2016).

Tais características não são fixas e se expressam de diferentes formas, a partir das demandas e condições possíveis do movimento do capital mundial e de sua época histórica.

O neoliberalismo como estratégia paliativa de contenção da crise sistêmica parece escancarar consequências sociais graves, em especial o alto índice de desemprego mundial, a flexibilização de direitos sólidos conquistados historicamente, o avanço das formas de expropriação e a informalidade nas relações de trabalho. Netto (2012) também expressa tais características e explica:

No que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríplice mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal). Se esta última transferiu ao grande capital parcelas expressivas de riquezas públicas, especial mas não exclusivamente nos países periféricos, a “desregulamentação” liquidou as proteções comercial alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital financeiro a mais radical liberdade de movimento, propiciando, entre outras consequências, os ataques especulativos contra economias nacionais. Quanto à “flexibilização”, embora dirigida principalmente para liquidar direitos laborais conquistados a duras penas pelos vendedores da força de trabalho, ela também afetou padrões de produção consolidados na vigência do taylorismo fordista. É inquestionável que a “desregulamentação” que o grande capital vem implementando hipertrofia as atividades de natureza financeira (seja resultado da superacumulação, seja da especulação desenfreada), cada vez mais autonomizadas de controles estatal nacionais e dotadas, graças às tecnologias da comunicação, de extraordinária mobilidade espaço temporal. Simultaneamente, a produção segmentada, horizontalizada e descentralizada — a “fábrica difusa” —, que é fomentada em vários ramos, propicia uma “mobilidade” (ou “desterritorialização”) dos polos produtivos, encadeados agora em lábeis redes supranacionais, passíveis de rápida reconversão (NETTO, 2012, p. 417).

Netto continua identificando a radicalidade das transformações no mercado de trabalho nos marcos das novas configurações do acirramento da precariedade:

Ao mesmo tempo, os novos processos produtivos têm implicado uma extraordinária economia de trabalho vivo, elevando brutalmente a composição orgânica do capital; resultado direto na sociedade capitalista: *o crescimento exponencial da força de trabalho excedentária em face dos interesses do capital* — com os economistas burgueses (que se recusam a admitir que se trata do exército industrial de reserva próprio do tardo capitalismo) descobrindo... o “desemprego estrutural”! De fato, o chamado “mercado de trabalho” vem sendo radicalmente reestruturado — e todas as “inovações” levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da “informalidade” (NETTO, 2012, p. 417).

Referente à questão do desemprego e à informalidade, os dados são alarmantes e demonstram um movimento global destas características sociais atuais. A própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou em relatório publicado em 2018 que a porcentagem de 61% da força de trabalho mundial está em informalidade. Esses números também expressam as diferenças entre regiões centrais e periféricas do capitalismo, apontando que 93% da informalidade estava em países “em desenvolvimento” e “emergentes” à época. A maior porcentagem está no continente africano, onde o trabalho informal atinge 85,8% da população trabalhadora (OIT, 2018).

No Brasil, a informalidade cresceu, no ano de 2017, e atingiu recorde desde 2012, superando a casa de 40% de trabalhadores, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) (IBGE, 2019).

A desocupação também bate recordes no país. É possível identificar, contudo, um número expressivo de pessoas que retornaram ao trabalho absorvidas pelo movimento de informalidade, trabalhando por conta própria, para empresas em oportunidades dispersas ao longo do ano e em aplicativos e outras ferramentas semelhantes (IBGE, 2019).

Tais fatos, no entanto, são evidências materiais de um momento que abre lacunas maiores para os questionamentos da ordem social posta. Para ilustrar, é possível citar os diversos levantes ocorridos na América Latina, nesta segunda década do século XXI, tomando grande expressividade em 2019 com os levantes de Chile e Equador, por exemplo, e outros questionamentos diretos sobre as configurações do mundo do trabalho pelos trabalhadores sem vínculo formal, em especial entregadores de aplicativos e afins.

Podemos citar diversos casos ligados a este último exemplo (entregadores), demonstrando o compasso vivo das lutas sociais neste momento de intensa precarização. É o caso das reivindicações que ocorreram por parte de motoristas de aplicativo com as novas sanções da empresa Uber na França, aumentando a contribuição por corrida. Nesse caso, houve o reconhecimento de vínculo empregatício e atribuição de algumas leis trabalhistas, após os protestos (YARNOZ, 2016).

“Quem dá essas informações é Sayah Baaroun, líder do principal sindicato desses trabalhadores, na maioria jovens de bairros desfavorecidos que compraram carros a prazo ou os alugam para trabalhar para a plataforma em tempo integral ou parcial.

“Explico muito fácil: 70 horas de trabalho por semana (o limite legal na França é de 35 horas) por 1.000 euros limpos por mês (o salário mínimo é de 1.466 euros)”, diz Baaroun na porta do Ministério dos Transportes, onde na segunda-feira o secretário de Estado Alain Vidalies o convocou, assim como os representantes Uber na França, para tentar mediar o conflito.

A poucos metros do líder sindical, os gritos de “Fora Uber!” e os gestos ameaçadores de alguns manifestantes permitem que Grégoire Kopp, o encarregado de comunicação da plataforma, diga apenas algumas palavras: “Estamos felizes de estar aqui”, rodeado de policiais para protegê-lo. (...)” (YARNOZ, 2016).

Outros exemplos, no próprio país mencionado, envolvendo também entregadores de comidas por aplicativo podem ser dados, espalhando-se por outros locais no mundo por diversos motivos e estopins.

Um momento em que se expressa mais um elemento fundamental de acirramento destas contradições é a grande pandemia mundial de coronavírus, em 2020, quando a necessidade do trabalho para sobrevivência é direta e a “liberdade” se resume na escolha da grande potencialidade de ser infectado ao sair para trabalhar ou na garantia da subsistência mínima geral. Isso gera o dilema pessoal entre “morrer de fome” ou “de vírus”, além de expressar diversos outros elementos cernes do capitalismo, da produção, direitos e desigualdades.

Em tempos de quarentena, é possível perceber que quem está preso, no seu sentido mais profundo, são aqueles que estão nas ruas em trabalho devido à informalidade e ao desemprego, sem acenos de garantias efetivas da saúde dos trabalhadores por parte das plataformas. Além disso, encontram-se presos na busca de sobreviver a um projeto de sociedade perverso estruturado pela burguesia e de um mundo que precisa ser derrubado.

Para em tela percebermos o nível de descompromisso trabalhista, da intensa exploração e do trato das empresas deste modelo com seus trabalhadores, podemos citar um caso brasileiro, que ocorreu em 2019, culminando na morte do entregador Thiago de Jesus Dias.

(...) o entregador Thiago de Jesus Dias, 33, que tinha a missão de levar um vinho para seus clientes. Thiago trabalhava para o Rappi, aplicativo de compras e entregas de produtos.

O entregador chegou ao endereço já reclamando de forte dor de cabeça e sentindo muito frio. Seu quadro de saúde se agravou rapidamente, lembra Ana Luísa Ferreira Pinto, advogada na área de direitos humanos. “Ele nem chegou a entrar no prédio. Caiu no chão, estava com o corpo enrijecido e reclamava do frio”, disse a advogada.

Ali, na calçada, Ana e seus amigos agasalharam Thiago com cobertores, deram água e prestaram o primeiro atendimento à vítima. Ainda consciente, ele entregou seu celular para Ana. Pediu que ela avisasse o Rappi que estava passando mal e não faria as próximas entregas programadas.

A advogada avisou. E recebeu a seguinte orientação. “Entramos em contato com a Rappi que, sem qualquer sensibilidade, nos pediu para que déssemos baixa no pedido para que eles conseguissem avisar os próximos clientes que não receberiam seus produtos no horário previsto”, disse (MAIA, 2019).

Apesar do chocante relato e de fatos semelhantes já terem ocorrido em outros lugares pelo mundo, é possível perceber por variados meios os diversos esforços educativos para a naturalização da exploração e pacificação da luta de classes. O empreendedorismo, o individualismo, a criatividade, a meritocracia e a suposta “liberdade” no trabalho informal, para além dos padrões “rígidos” e burocratizados da

legislação trabalhista podem aparecer como grandes trunfos sedutores no discurso para a distorção da realidade de desemprego e de aumento da exploração e lucro pelo grande capital. Este concentra cada vez mais as riquezas, em escala mundial, e submete forçadamente a classe trabalhadora ao maior nível de indignidade.

É a busca pela diferenciação aos demais e pela renda justificada com a quantidade de trabalho realizado que norteiam o pensamento da meritocracia. A reclamação do desemprego é criminalizada e os discursos, como “não ganha dinheiro quem não quer”, “se quiser, consegue”, “é só se esforçar”, “invista, seja criativo e terá bons resultados”, “seja seu próprio patrão” ou a palavra de ordem assumida pelo próprio governo federal encabeçado por Michel Temer (MDB) em 2016: “Não fale em crise, trabalhe!”, são alguns chavões repetidos e difundidos no cotidiano.

Por trás dos discursos meritocráticos, a realidade concreta da flexibilidade no trabalho é o encobrimento da maior exploração, da pouca ou nenhuma garantia de direitos fundamentais, como: a aposentadoria, a expansão da jornada máxima de trabalho, a redução do salário mínimo, a responsabilização e aumento de custos do trabalhador em relação aos seus meios de trabalho arcando com todos ou vários possíveis gastos, além de quase nenhum ou nenhum compromisso por parte do empregador com possíveis acidentes de trabalho ou com a saúde do trabalhador (ANTUNES, 2018).

Diferente do que podemos identificar nas narrativas hegemônicas, a concentração de riquezas se dá de forma ainda mais significativa para grandes grupos empresariais de escala internacional. A liberdade vendida para este tipo de trabalho também cai por terra, quando vemos que há um controle rígido direto nas atividades de diferentes formas. Seja no monitoramento da atividade, seja pelas necessidades diárias do trabalhador que não tem outra escolha a não ser a submissão a condições precárias.

Fontes (2017), ainda usando como exemplo o Uber, demonstra as gigantescas corporações por trás da plataforma e evidencia a concentração da propriedade da atividade que supostamente significaria renda a partir do único e exclusivo trabalho individual.

Seguem algumas características da empresa Uber, lembrando que ela aqui figura apenas como um exemplo. Uber não é proprietária direta das ferramentas e meios de produção (o automóvel, o celular), mas controla ferreamente a propriedade da capacidade de agenciar, de tornar viável a

junção entre meios de produção, força de trabalho e mercado consumidor, sem intermediação de um “emprego”. A empresa detém, juntamente com outras grandes empresas ou proprietários, a propriedade dos recursos sociais de produção.

Trata-se de uma coligação íntima (pornográfica) entre as formas mais concentradas da propriedade, que viabilizam o controle econômico do processo na parte que lhes interessa, o controle da extração, a captura do mais-valor e sua circulação de volta à propriedade. A defesa da propriedade intelectual da criação de um processo (a conexão) une-se estreitamente a investidores que, detentores de quantias de dinheiro monumentais, precisam transformá-las em capital, isto é, investi-las em processos de extração de valor. Tais investidores podem ser provenientes de setores variados: fundos de investimento de risco como Benchmark ou First Round Capital, grandes conglomerados financeiros, como Goldman Sachs ou empresas como Amazon ou Google, sem falar em acordos com operadoras de cartão de crédito, com montadoras ou empresas de alugueis de automóveis. Somente a escala atingida pela *propriedade dos recursos sociais* de produção permite acoplar uma plataforma de busca a uma tecnologia móvel de cartão de crédito e a um localizador, que asseguram a estreita dependência do trabalhador, pois do cartão depende sua própria remuneração e o localizador denuncia todos os seus percursos, uma vez acionado o celular (conexão principal). E é através do cartão que serão extraídos diretamente entre 20 e 25% de toda a remuneração do trabalhador. A taxa de extração de valor é férrea, assim como o regime de trabalho (FONTES, 2017, p. 56).

As formas de reorganização do capitalismo também se expressam neste atual momento neoliberal. A relação trabalhador X patrão típica da produção fabril que se dispersa é, em diversos momentos, de forma oportunista colocada como fim da centralidade do trabalho na sociedade, fim da luta de classes e como superação das análises político-econômicas críticas ao capitalismo.

Na realidade, vemos que as formas de organização e exploração do capitalismo sofreram sim modificações, mas a sociedade é estruturada ainda em seus marcos, pois o rompimento com as bases e a exploração de classe não foram superadas globalmente no percurso histórico até aqui. Logo, a propriedade capitalista e seu funcionamento são fundamentais nas análises sociais.

O processo de uberização demonstra esta questão e evidencia como o discurso de fluidez, de ruptura com os processos burocráticos engessados e lineares de tempos passados. Na realidade, longe de expressarem a superação da sociedade capitalista, potencializam os grandes lucros e contornam os direitos sociais duramente conquistados. Virginia Fontes traz à luz tais questões para reflexão a partir da materialidade:

Os interesses comuns a tais grandes proprietários não se limitam aos lucros diretos do empreendimento, mas se estendem às maneiras de contornar a legislação e os impostos, implantando sofisticadas redes jurídicas

internacionais e utilizando-se de paraísos fiscais (La Tribune, 23/10/2015). Ademais, é fundamental contar com a livre circulação internacional do lucro, além do estabelecimento de uma defesa política comum com o empresariado dos diferentes países quanto à subordinação de trabalhadores sem direitos e, se possível, com uma intensa difusão através de educação (escolar, pública e/ou privada e não escolar) e da mídia proprietária das vantagens do empreendedorismo, aliado ao fim inelutável do “trabalho”. Isso sem falar de intrincadas imposições legais estabelecidas através de tratados internacionais, que limitam o raio de ação das lutas dos trabalhadores em cada país. Quanto aos impostos do trabalho e da própria atividade, estes serão pagos diretamente pelo trabalhador (taxas de circulação, permissões etc.) (FONTES, 2017, p. 57).

A partir das características anteriormente apresentadas, a autora reafirma:

Longe de reduzir a importância da propriedade capitalista, *ao contrário*, estamos diante de sua potencialização. Trata-se de expandi-la ainda mais, no mesmo compasso em que à grande massa deve restar apenas a propriedade direta de *coisas* somente conversíveis em capital na forma de maquinaria gratuitamente oferecida ao capital, através da intermediação de um polo conector, que ativa a extração de valor. Os proprietários dessas coisas (no caso, automóveis) são facilmente expropriáveis. O próprio desgaste dos automóveis – sem falar da saúde dos motoristas – fica inteiramente a cargo dos trabalhadores. Imaginando livrar-se desse custo, os motoristas passaram a alugar automóveis. Devem, portanto, pagar o aluguel a outro proprietário da ferramenta automóvel, entregando parcela do mais-valor que produzem e continuando a encaminhar ao Uber a parcela pré-fixada como valorização do valor resultante de seu trabalho. A empresa distancia-se da vida concreta e faz questão de ignorar as condições de vida dos trabalhadores, assegurando-se um custo próximo de zero para maquinaria, matéria-prima (combustíveis, reparos, renovação da frota) e da própria força de trabalho (FONTES, 2017, p. 57).

Em relação à centralização do comando sobre os trabalhadores e sua exploração não dispersa, a autora continua. Por outro lado, é possível identificar a análise da descentralização na garantia de direitos básicos.

Há uma centralização *absoluta e internacional* do comando sobre os trabalhadores e redução dos custos do processo de valorização do valor. *Aparentemente*, há apenas um aplicativo de computador a conectar motoristas e usuários. Isso é falso, pois, entre eles, há um credenciamento (para os motoristas e usuários), um cartão de crédito e um rastreador do movimento do motorista, todos totalmente arbitrários e autocráticos. Somente envolvem direitos para os proprietários do capital, escassas garantias para os usuários e nenhum direito para o trabalhador, salvo o de receber parcela do que produziu. Redução de custos não quer dizer sua inexistência: a centralização a esse nível exige intensa coordenação internacional da administração e gestão, além da partilha do lucro entre os demais proprietários dos recursos sociais de produção. (...) contraparte dessa centralização é uma enorme *descentralização do processo de trabalho*. Para além do credenciamento e do localizador, não há controle direto próximo aos trabalhadores: apenas a pura necessidade deve movê-los ao trabalho. Não há jornada de trabalho combinada ou obrigatória, nem limites para ela, tampouco dias de repouso remunerado. Estes se sabem trabalhadores, mas

não se consideram como tal, mas como prestadores de um serviço casual, mesmo se movidos pela mais dramática necessidade. De fato, eles não têm um emprego, mas uma conexão direta de entrega do mais-valor aos proprietários capazes de lhes impor um processo de produção de valor pré-estabelecido. Não são os poros do tempo livre que tais proprietários procuram obturar, como nos processos fabris, que realizam estrito controle do tempo de trabalho. Aqui, trata-se de lidar com novas escalas, ampliando o volume de valor, através de fornecedores massivos de mais-valor. Qualquer tempo disponibilizado pelo trabalhador singular é tempo de lucro (FONTES, 2017, p. 57).

A dispersão da relação trabalhador X empregado, o discurso da reprodução do capital financeiro por ele mesmo (logo a não necessidade do trabalho) e a formação de variadas classificações de atuação com trabalhadores em intensos níveis de pauperização contribuem para maior dificuldade na consciência de classes e na organização e reivindicação de melhores condições de vida da classe.

O processo de alienação em relação à estrutura produtiva e perante o próprio trabalho também se intensifica, pois não há vivência ou mesmo proximidade com os mecanismos de produção. Porém a extração de mais-valor continua sendo fundante da relação e é agudizada, ao passo em que os custos de produção diminuem bruscamente e os custos com o trabalhador praticamente inexistem, sendo em muitos casos assumidos pelo próprio trabalhador.

A diferenciação entre emprego e trabalho nas diferentes análises sobre as transformações sociais atuais também se torna fundamental, para que o ponto crítico ao capitalismo não seja perdido de vista, ou seja, tido como superado. A linearidade estereotipada como da sociedade capitalista nas relações de trabalho (patrão, trabalhador, contrato, direitos, produção, jornada de trabalho, assinatura de ponto clássica, fábrica etc), ao se modificarem (como se mostra na aparência) no compasso das naturais transformações históricas e tecnológicas, não representam a superação da sociedade capitalista dividida em classes.

Hoje, vivenciamos uma redução significativa do emprego tradicional/formal (concebido por contratos e direitos) em escala mundial, não significando, assim, o fim do trabalho, pois o mesmo, apropriado pelo capital enquanto venda de força de trabalho por parte do trabalhador, mesmo nas novas configurações que o mascaram nestes marcos, continua sendo o pilar central das relações e vem sendo cada vez mais precarizado, justamente pela desregulamentação e flexibilização. Assim, o que vemos é mais expropriação (FONTES, 2017).

Não é, portanto, a supressão das relações capitalistas e das análises sobre a propriedade privada que vivemos na contemporaneidade. É, na verdade, mais e mais capitalismo, maior concentração e exploração da forma mais brutal. Fontes (2017) explicita alguns pontos-chaves sobre a atual forma neoliberal e deixa evidente a não superação do modo de produção capitalista. Pelo contrário, revela a sua maior intensidade.

→→ A confusão entre emprego (contrato/direitos) e trabalho (venda da força de trabalho) alimenta a suposição de um fim do “trabalho”, como se o capitalismo não repousasse sobre a extração de mais-valor. A chantagem imposta pelo capital encontra eco em variadas tendências teóricas;

→→ acresce a essa confusão a suposição de que o capital “financeiro” pode reproduzir-se sem a valorização do valor propiciado pelos processos de trabalho. Esquecem-se de que ele integra a concentração exacerbada da propriedade das condições sociais de produção, que essa concentração é a maior impulsionadora da extração de valor sob quaisquer condições. Longe de acabar com o trabalho, a atuação desse polo concentrado reduz o emprego com contratos e direitos a alguns setores dos trabalhadores, e impulsiona firmemente a extensão de formas de sujeição direta dos trabalhadores a processos apenas aparentemente abstratos. A tecnológica “plataforma de conexão” é, de fato, uma empresa e um enorme conglomerado de recursos sociais de produção;

→→ a superposição de modalidades díspares de subordinação do trabalho ao capital exacerba a fragmentação efetiva da massa de trabalhadores, seccionados entre os com-direitos, os com algum-direito, os com poucos-direitos, os quase-sem-direitos e os sem-direitos que, precisando defender seu lugar específico na hierarquia de direitos, dessolidariza o conjunto de maneira profunda. Outra tendência forte é a dessolidarização intergeracional: conservam-se os direitos dos mais velhos, enquanto são praticamente suprimidos os direitos dos novos ingressantes no mercado de trabalho;

→→ Ao crescer a distância entre os proprietários dos recursos sociais de produção (ocultos sob *holdings*, conselhos de acionistas, plataformas digitais, entidades sem fins lucrativas, etc.), cresce a dificuldade dos trabalhadores, já segmentados, a enxergarem seu processo de sujeição – e sua atividade criativa, o trabalho – como um processo coletivo;

→→ essa fragmentação estimula a reatualização das segmentações pré-existentes entre trabalhadores (nacionalidades, cor de pele e racismos, sexismos diversos etc.) que, novamente de maneira confusa, é apresentada por tendências teóricas diversas como “novas tensões” ou “novos” movimentos. Aqui, consciente ou inconscientemente, voluntária ou involuntariamente, ocorre um processo intelectual – e prático – de apagamento das classes sociais, nutrido ainda por uma mercantil-filantropia que recebe recursos das entidades capitalistas internacionais e das pontas mais concentradas do capital (...) (FONTES, 2017, p. 64).

A autora continua elencando mais características importantes para entendimento dos processos de naturalização das condições brutais neoliberais para os trabalhadores:

→→ há uma espécie de aceitação tácita do capitalismo como insuperável numa vasta gama de movimentos e partidos, inclusive dentre muitos que se

autoproclamam de esquerda. Desse ponto de vista, ser de esquerda parece significar certa devoção para “minorar” as difíceis condições de vida de alguns setores sociais. Esse tipo de atitude adota a postura da filantropia mercantilizada e banaliza a suposição do fim do trabalho e das classes sociais, supostamente substituídas pela pobreza, excluídos, vulneráveis etc.; →→ ocorre intensa rapinagem burguesa expropriando conquistas populares ancoradas no Estado, através de um hiperativismo empresarial legiferante, produzindo leis (e arbitragens privadas) destinadas a reduzir direitos da grande maioria da população, composta por trabalhadores, ao mesmo tempo em que promove sucessivas legalizações (ajustes) adequando práticas ilegais postas em ação em ampla escala pelo empresariado. A essa rapinagem acrescenta-se a privatização de empresas e serviços públicos, ao lado da intensificação da captura dos recursos organizativos populares pelo grande capital: estímulo aos fundos de pensão privados e de investimento, como compensação à fragilização imposta aos sistemas públicos de previdência; →→ insegurança social crescente, pelo aumento da concorrência predatória no interior da classe trabalhadora, com estímulo legal. Ao se intensificarem políticas de Estado para conter as massas trabalhadoras, aumenta simultaneamente a violência – aberta e simbólica – contra os setores populares. Processos de militarização da vida social disseminam-se (FONTES, 2017, p. 64-65).

Com esses elementos apresentados, podemos refletir sobre algumas características que se apresentam atualmente. O conjunto de reformas amplamente difundidas, em especial no campo trabalhista e dos direitos sociais de maneira geral têm sido reforçadas como naturais ao processo de recuperação econômica e ganham extrema centralidade na conjuntura político-econômica. Tais reformas se dão com intensidade nos países periféricos do capital, mas também se acirram em polos centrais como a Europa. Não são poucos os casos de ações, por parte dos Estados, que vêm estruturando reformas em diferentes frentes sociais, em especial desde o início dos anos 1990, parecendo ocorrer com maior intensidade nos ataques aos direitos e no avanço da repressão aos movimentos contrários nesta segunda década do século XXI com a ascensão, inclusive, de setores de extrema direita em escala global.

Para ilustrar, é possível observar dados estatísticos atuais que expressam esta desigualdade entre os países, com baixa flutuação na diminuição (quando houve) e significativo aumento ou manutenção ao longo do tempo. Em relatório divulgado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é possível perceber que de 1820 até o ano de 2010, a desigualdade entre os países foi de um índice de 16 (em 1820) para 54, passando sempre por uma crescente, tendo apenas diminuição de 1 ponto de 1950 a 1960, e agora de 1990 (taxa 56) até a primeira década de 2000 com diminuição de 2 pontos (taxa 54) (CARNEIRO, 2014).

Outro elemento relevante para análise são as propostas de solução colocadas por este e outros organismos diretamente ligados à sustentação do capitalismo mundial. Em relatório econômico recente também da OCDE sobre o Brasil, é possível observar a constatação de ampla desigualdade no país, altas taxas de desemprego e pouca produtividade no trabalho.

No relatório, os dados estatísticos são utilizados para corroborar a urgência do acirramento das reformas sociais que estão sendo tocadas nas últimas décadas por diversos governos. Tais medidas são expressas, por exemplo, nas reformas trabalhista e da previdência, além de outras medidas como o congelamento de gastos públicos, revisão do incentivo à industrialização e diminuição das tarifas para empresas internacionais que atuem ou venham a atuar em solo brasileiro. É possível observar no trecho abaixo a identificação de principais problemáticas e as recomendações para solução:

Principais questões: Os resultados orçamentais deterioraram-se substancialmente desde 2014, refletindo principalmente os aumentos nos gastos. Um excedente primário de cerca de 2% do PIB é necessário para estabilizar a dívida pública no médio prazo.

Principais recomendações: Implementar o ajuste fiscal planejado por meio de cortes permanentes nos gastos. Aumentar gradualmente a idade de aposentadoria. Indexar as aposentadorias aos preços ao consumidor, não ao salário mínimo.

Principais questões: As políticas de apoio à indústria geraram rendas substanciais sem efeitos sobre o investimento ou a produtividade.

Principais recomendações: Diminuir as políticas de apoio industrial voltadas a setores e localidades específicas, inclusive incentivos fiscais. Avaliar os programas existentes.

Principais questões: Elevadas barreiras ao comércio internacional reduzem os benefícios da integração à economia global.

Principais recomendações: Reduzir as tarifas e diminuir as exigências de conteúdo nacional (OCDE, 2018 p.3.).

O relatório continua afirmando em outras oportunidades a centralidade das reformas, analisando os riscos políticos para a projeção de crescimento e outras questões, caso não sejam efetivadas. É possível observar abaixo:

Entre os riscos relativos a essas projeções está a incapacidade de implantar as reformas planejadas, por exemplo, o muito necessário ajuste fiscal. Se o novo teto de gastos não for seguido, uma dinâmica fiscal insustentável poderia reduzir a confiança e disparar a volta da recessão. Em particular, a implantação bem-sucedida da reforma previdenciária, sem a qual a regra de gastos não será cumprida no médio prazo, será a prova dos nove para a capacidade das autoridades de implantar mais reformas estruturais (OCDE, 2018, p.15).

Em seguida, analisa positivamente as reformas estruturadas até o momento de publicação do relatório:

Desde 2016, as seguintes reformas foram implantadas:

- Estabelecimento de um teto para os gastos públicos, exigindo o congelamento do crescimento dos gastos primários federais pelos próximos 20 anos.
- Uma instituição fiscal independente (IFI) foi estabelecida e começou a produzir relatórios mensais de alta qualidade.
- Uma reforma do mercado financeiro alinhará as taxas de empréstimos diretos às taxas de mercado dentro de, no máximo, 5 anos. Essa reforma melhorará a igualdade no que tange às condições de concorrência para os participantes no mercado e facilitará o desenvolvimento de mercados financeiros privados de longo prazo por meio de uma nova taxa de juros de longo prazo baseada no mercado, chamada TLP.
- A concorrência no setor de petróleo e gás ficou fortalecida. Regras de conteúdo nacional foram reduzidas no setor e a empresa estatal Petrobrás não precisa mais participar de todos os projetos de perfuração offshore.
- A reforma trabalhista retirou obstáculos a um crescimento mais forte do emprego formal. A reforma permitiu que acordos entre empresas e trabalhadores prevaleçam sobre a lei, o que dá base legal para a prática permanente e reduz as incertezas legais. Ao mesmo tempo, os direitos essenciais dos funcionários permaneceram não negociáveis.
- A reforma na educação foi aprovada em 2016. A reforma reduziu o número de matérias obrigatórias, dando mais opções e mais espaço de personalização do conteúdo letivo para estudantes com menos inclinação acadêmica. É provável que isso reduza as taxas de abandono escolar.
- Uma nova lei de imigração foi aprovada em 2017. A nova lei otimiza o processo de pedido de visto de trabalho e permite que os trabalhadores que já estão no país mudem de emprego sem pedir novo visto.
- Os ativos fiscais foram incluídos nas informações de registro de crédito e podem ser usados pelas empresas como garantia de empréstimo.
- O Brasil pediu adesão ao Código de Liberalização para o Movimento de Capitais e ao Código de Liberalização de Operações Correntes Invisíveis da OCDE. Outras propostas de reforma estão sendo discutidas no momento, a saber:
 - Uma ampla reforma da previdência social foi submetida ao Congresso, mas ainda não foi votada. Espera-se que uma nova proposta de reforma menos ambiciosa seja submetida ao Congresso em futuro próximo. A proposta de reforma original, da forma como foi enviada ao Congresso, definiu a idade mínima de 65 anos para aposentadoria e elevou o tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos, com uma norma de transição para quem estiver próximo de se aposentar. As regras para as mulheres convergiram gradualmente na direção das regras para os homens, ao longo de 20 anos. Para os que recebem mais do que o salário mínimo de aposentado, mais anos de contribuição seriam exigidos para atingir as taxas atuais de reposição. As pensões por morte seriam reduzidas e propôs-se a possibilidade de pensões mínimas por morte abaixo do salário mínimo.
 - Um pacote extenso de privatizações de empresas estatais foi anunciado.
 - Uma reforma de falências com a intenção de acelerar os processos de insolvência foi elaborada.
 - A intenção da proposta de aperfeiçoamento dos registros de crédito é reduzir o spread das taxas de juros. A proposta expandirá a cobertura de informações positivas nos registros de crédito - por exemplo, histórico de pagamento de contas de serviços - a menos que o indivíduo opte por não apresentar essa informação.
 - Os planos para a reforma tributária estão sendo discutidos no momento (OCDE, 2018, p.10-11).

Conclui estabelecendo as principais mensagens do relatório, dentre elas é possível observar “esperançosa” análise de que tais medidas, em especial a reforma trabalhista como também destacada no trecho acima, surtiriam efeitos positivos no sentido da diminuição do desemprego com a possibilidade inclusive de inserção dos trabalhadores no mercado formal. Podemos identificar na seguinte passagem:

(...) Maior integração com a economia global elevaria o crescimento potencial e a produtividade por meio de maior concorrência e ganhos de eficiência, e ajudaria a compartilhar os ganhos do comércio internacional. Também criaria mais empregos com maior produtividade e melhores salários e permitiria que mais trabalhadores entrassem no setor formal (OCDE, 2018, p.12).

Parece, no entanto, que os dados da realidade vêm demonstram o contrário, já que as taxas de desemprego subiram substancialmente em 2019, não atendendo as expectativas expressas, conforme apontado a seguir:

A taxa de desemprego no Brasil subiu para 12,4% no trimestre encerrado em fevereiro, atingindo **13,1 milhões de pessoas**, segundo dados divulgados nesta sexta-feira (29) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o instituto, a alta representa a entrada de 892 mil pessoas na população desocupada. (...) Com o desemprego em alta, diversas cidades do país têm visto a formação de grandes filas de trabalhadores em busca de uma vaga de trabalho nas últimas semanas. (...) No Rio de Janeiro, filas de candidatos a uma das 150 vagas de auxiliar de serviços gerais se estenderam por dois quarteirões (NAIME, 2019).

Outro dado alarmante é o número de pessoas desalentadas (que desistiram de procurar emprego pelo alto custo de transporte etc), alcançando taxas recordes e evidenciando uma situação ainda mais preocupante, como vemos abaixo:

Desalento também é o maior da série: O número de pessoas desalentadas – **trabalhadores que desistiram de procurar emprego** –, que chegou a 4,9 milhões, também é recorde da série do IBGE, repetindo o registrado nos três meses anteriores (setembro a novembro), mas uma alta de 275 mil pessoas em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O percentual de desalentados, de 4,4%, é o mesmo registrado nos três meses anteriores, também recorde (NAIME, 2019).

Diferente das estimativas, também é possível observar que a formalidade no trabalho não cresceu significativamente até então desde a aprovação da reforma trabalhista (julho de 2017), tendo uma estabilidade no número de trabalhadores informais em 2019, embora tenha crescido expressivamente a informalidade em

relação ao mesmo período do ano anterior (2018), como é possível observar no seguinte trecho da notícia: “O número de trabalhadores por conta própria ficou estável em relação aos três meses anteriores, em 23,8 milhões. Mas frente aos mesmos meses do ano passado, houve uma alta de 2,8%, equivalente a 644 mil pessoas.” (NAIME, 2019).

Sendo assim, é possível perceber uma evidente contradição entre as análises pautadas na melhora das questões sociais caso as reformas e as ações recomendadas fossem efetivadas e a realidade concreta. Fica claro a não efetividade, em especial da reforma trabalhista, no ataque ao desemprego, por exemplo. Gerando assim pressões por significativos setores da burguesia pelas evidentes contradições expostas e pelo aumento cada vez maior da insatisfação da massa de trabalhadores.

É possível identificar a constatação da não efetividade da reforma citada e das pressões que se estabelece por mais ações a partir do trecho abaixo de um grande veículo de notícias do país ligado diretamente aos próprios setores empresariais:

Aprovada a toque de caixa pelo Congresso, a **reforma trabalhista** completa um ano neste domingo, 11. Neste período, o total de desempregados teve redução mínima – são **12 milhões de desocupados**, o que coloca em xeque o argumento de que era necessário modernizar a **CLT** para manter e gerar empregos no país. O que se viu foi a ampliação do trabalho autônomo, intermitente, temporário e terceirizado.

A reforma trabalhista não gerou os empregos que seus defensores prometiam. A comparação dos últimos dados disponíveis da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que houve um aumento da informalidade de 2017 para 2018.

O total de trabalhadores por conta própria no trimestre encerrado em setembro era de 23,5 milhões de pessoas, um aumento de 2,55% em relação a igual período de 2017. Isso significa que 585 mil pessoas passaram a trabalhar por conta própria, sem as garantias que o emprego com carteira assinada oferece, como contribuição patronal para a Previdência, depósito do FGTS, férias e 13º salário.

O número de empregados do setor privado sem carteira assinada cresceu 5,51%: 601 mil pessoas passaram a prestar serviços para empresas sem carteira, totalizando 11,5 milhões de pessoas nessa situação (FUTEMA, 2019).

Tais reformas criaram modalidades de emprego ainda mais precários, com garantias pífiyas aos trabalhadores em meio a grande desemprego e substancial enfraquecimento das formas de organização e luta por direitos da classe ao atacar também os sindicatos, em especial pelo alto índice de informalidade e outras ações referentes ao financiamento destas entidades.

A constatação da enorme desigualdade por parte da OCDE e das questões sociais que afetam o status quo não se baliza, portanto, pela sensibilidade humana a partir das problemáticas questões apresentadas, já que as soluções propostas reforçam as desigualdades. Na realidade, vemos o apontamento para a perspectiva de salvamento do capital e, conseqüentemente, para a intensificação da exploração dos trabalhadores, como foi possível observar nas soluções propostas contidas no relatório apresentado se concretizando.

Trata-se de má ciência, charlatanismo pseudointelectual. Menos do que apontar um erro dos analistas burgueses - na medida em que sequer suas previsões realizaram-se - cumpre deixar claro que estamos diante de uma luta por realização por interesses de classe da burguesia, a saber: elevação da taxa de lucro por meio de aumento da exploração sobre o trabalho e outras formas diretas e indiretas de precarização da classe trabalhadora.

Com isso, se faz central que não desvinculemos essas medidas da dinâmica de classes no mundo em que se estrutura a sociedade capitalista e a relação de exploração que se intensifica em momento de agudização da crise. É importante atentarmos que os organismos internacionais estão intrinsecamente ligados às políticas desenvolvidas nos países periféricos, que, por sua vez, ocupam lugares na divisão internacional do trabalho e cumprem papéis importantes para a sustentação do capitalismo mundial. Papéis que são redutos de grande exploração e de expropriações cada vez mais intensas às populações trabalhadoras, embora em muitas vezes estas sejam propagandeadas como única solução e/ou com discurso legitimador de mais e mais expropriação (como o caso dos variados cortes em gastos públicos).

A tentativa de apagamento da característica de subordinação realizada, por exemplo, pelas supostas “políticas de desenvolvimento” são marcos presentes nestes países, como é o caso de políticas regionais que tratam de aspectos da estrutura local ou de compensações sociais por diversos meios (entre eles, podemos citar as próprias práticas corporais, como veremos adiante).

Tais ações, por mais importantes que sejam, se não atreladas a uma análise sobre as relações do movimento mundial capitalista e da divisão internacional do trabalho, lidam com profundos limites e tensionamentos. Neste sentido, se dá a

necessidade da supressão das relações de produção envolvidas na dinâmica entre países centrais e periféricos (MARINI, 1990).

É importante chamar atenção para o ciclo que se forma nas relações de subordinação do desenvolvimento dos países dependentes aos interesses e sustentação aos países centrais e do sistema capitalista como um todo. É um apontamento fundamental, pois traz reflexões para os tempos atuais sobre a necessidade do atraso e do alto índice de expropriação, flexibilidade nas leis trabalhistas, baixa regulação da produção, dispersas leis e fiscalizações ambientais, nesses locais. Abrindo, assim, espaço material para reprodução e avanço da exploração como sustento do capital, em especial com o acirramento de tais condições estabelecidas para países periféricos nas crises estruturais que se consolidam.

A dependência também não está alheia às novas mediações e demandas traçadas nas modificações estratégicas do capitalismo, como é o caso do neoliberalismo. Embora não haja de forma alguma rompimento significativo por meio da estruturação burguesa nas relações de dependência, novas colocações e características se expressarão de diferentes formas, embora mantendo as desigualdades e os papéis estratégicos de subordinação das nações na dinâmica da reprodução social. Tais processos de alteração podem ser percebidos de forma mais evidente, em especial, nas crises mais agudas do sistema capitalista, mas não deixam de acontecer em outros momentos. Sendo assim, as modificações do capital vividas atualmente, de forma alguma se expressam como evidências de transformações de suas bases de reprodução (MARINI, 1990).

Ao passo em que lidamos com políticas que se apresentam como avanços e se estabelecem na esperança salvacionista e com o discurso da utilização da tecnologia, por exemplo, para melhora de questões sociais, é possível perceber, por outro lado, fortes contradições. Estas se apresentam pelos limites essenciais às relações da divisão internacional do trabalho/lugar político-econômico que os países periféricos ocupam, não rompendo, portanto, com a estruturação do capitalismo mundial, sequer focalizando a análise nesta origem.

Pelo contrário, o aparecimento de medidas e ações estatais e/ou empresariais que se apresentam como solucionadores de específico problema, tendem a reforçar

e reproduzir a lógica de boas ações no sentido moral e distanciar a análise crítica ao movimento real do capitalismo mundial globalizado que lucra com as desigualdades.

Importante destacar as recorrentes ações, em diversos campos sociais, que assumem caráter “compensatório” tendo em seus eixos estruturais as ações filantrópicas e discursos para o desenvolvimento de países com alto índice de desigualdade e pobreza propagandeadas como ações salvadoras de males sociais típicos da dinâmica de exploração do capitalismo.

Para finalizar, tomando a discussão sobre a consolidação do projeto neoliberal, Perry Anderson resalta a proporção que o neoliberalismo ganha sendo defendido e tomando ramificações políticas em larga escala por setores de diferentes prismas. Em análise histórica-econômica, o autor traz a implementação do projeto neoliberal demonstrando larga efetivação com diferentes faces em diversos países. Em síntese, como estratégia de sobrevivência ao capital economicamente como amansador dos índices da crise estrutural do capitalismo demonstra mais e mais falir. Sendo assim, aumenta arduamente o nível de expropriação da classe trabalhadora para garantir a continuidade do sistema. Por outro lado, se enraíza fortemente como ideário dominante de diferentes formas, conforme podemos observar em conclusão abaixo:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje (ANDERSON, 1995, p. 12).

O neoliberalismo, trazido por Perry Anderson como estratégia de sobrevivência e resposta à crise intrínseca ao capital, assume hoje característica ainda mais acirrada no sentido das expropriações em suas consequências societárias. Suas formas de extração de mais-valia têm demonstrado cada vez maior desumanidade e tentativa de difusão de uma ideologia individualizante na classe trabalhadora, manobrando direitos historicamente conquistados com aparentemente bonitas sustentações do discurso de “liberdade”, onde na realidade parece demonstrar tentativas de desvio dos focos das reais origens e pretensões de naturalização da precariedade. A luta de classes, no entanto, está viva como acompanhamos, ao longo da história, e ainda

acompanharemos cotidianamente. As contradições, sufocamentos e respostas abrasadas se acirram em incendiar legítimo de um sistema que nos coloca na fila do abate para garantir o lucro acima da vida.

CAPÍTULO II: ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A EDUCAÇÃO FÍSICA: SENTIDOS E PROJETOS

*“Apreendeu-se a liberdade
Combatendo em Guararapes
Entre flechas e tacapes
Facas, fuzis e canhões
Brasileiros irmanados
Sem senhores, sem senzala
E a Senhora dos Prazeres
Transformando pedra em bala
Bom Nassau já foi embora
Fez-se a revolução
E a festa da Pitomba é a reconstituição*

*Jangadas ao mar pra buscar lagosta
Pra levar pra festa em Jaboatão
Vamos preparar lindos mamulengos
Pra comemorar a libertação*

*E lá vem maracatu, bumba-meu-boi, vaquejada
Cantorias e fandangos
Maculelê, marujada
Cirandeiro, cirandeiro
Sua hora é chegada
Vem cantar esta ciranda
Pois a roda está formada*

*Cirandeiro
Cirandeiro, Ó
A pedra do seu anel
Brilha mais do que o sol”*

(Martinho da Vila)

Os organismos internacionais são sujeitos políticos coletivos importantes para a consolidação do projeto discutido no capítulo anterior. A importância dos organismos internacionais tem sido cada vez maior no que diz respeito aos encaminhamentos para as políticas mundiais dentro da ordem dominante capitalista, com ampla hegemonia interna de poder por parte das potências do capitalismo central.

João Marcio Pereira (citado por MELO, 2011), aborda o caráter desses organismos que fornecem aparentemente relação de democracia e bem comum,

porém com ampla força política de países como EUA e os pertencentes ao continente europeu. Sobre isso, salienta que:

O caráter multilateral que possuem não fornece uma noção direta de intervenção dos países centrais nos países periféricos do capitalismo, malgrado a insuspeita e amplamente documentada assimetria nas tomadas de posições no interior dessas organizações (PEREIRA apud MELO, 2011, p. 20).

Essas organizações não somente cumprem papel de formulação e indicação das políticas, mas também de produção de relatórios e constatações do movimento capitalista que norteiam as possíveis ações futuras e as avaliam. Melo (2011) afirma:

A ação dos Organismos Internacionais como divulgadores e sistematizadores de políticas em consonância com os ideais burgueses não deve ser desconsiderada. A partir da aura de voz neutra e autorizada como suposto representante de um bem comum, da melhoria das condições de vida global, seus documentos, pesquisas, pronunciamentos são importantes indicadores da direção que o conjunto da classe burguesa tem traçado para um projeto societário em consonância com seus interesses de classe, tanto em médio como em longo prazo. Os Organismos Internacionais, sobretudo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Sistema ONU, na condição de intelectuais orgânicos coletivos do conjunto da classe burguesa, buscam ser porta-vozes da pluralidade de interesses do bloco no poder (MELO, 2011. p. 21).

Especificamente sobre a UNESCO, Lima (2006), traça um panorama histórico sobre o contexto de sua criação, conforme podemos observar abaixo.

Ao final da década de 1940, o tema do desenvolvimento aparece como problema mundial. É neste momento que são criadas a CEPAL e a UNESCO, na qualidade de organismos integrantes da Organização das Nações Unidas. A primeira instituiu-se com o objetivo de implementar e acompanhar políticas econômicas e sociais na América Latina. A segunda com suas ações voltadas especificamente para as áreas de educação, ciência e cultura. A criação destes organismos é atravessada por dimensões econômicas — pela necessidade da crescente expansão do capital — e também por dimensões políticas e culturais — no sentido de garantir a segurança e a legitimidade necessárias a esta expansão (LIMA, 2006, p. 2).

Assim, os organismos trazidos na citação anterior cumprem papéis norteados por ações que supostamente asfaltariam os caminhos dos países “subdesenvolvidos” rumo ao desenvolvimento, a partir do processo de adaptação da periferia do mundo ao projeto dominante de industrialização. Assim, garantem a divisão internacional do trabalho em diferentes prismas, em especial os ideológicos, através da educação, da

ciência e da cultura, como o caso direto da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), fundada em 1946 que centraliza sua atuação, em especial no campo da educação, das ciências humanas e sociais, cultura, ciências naturais, comunicação e informação.

Outros organismos aparecem como centrais e em relação indissociável entre eles para a consolidação da organização social nos marcos capitalistas, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, conforme podemos observar abaixo, intimamente ligados à reafirmação do fortalecimento do capitalismo à nível global:

O Banco Mundial/BM e o Fundo Monetário Internacional/FMI nascem também na década de 1940 com a finalidade de articulação de uma nova ordem mundial no pós-guerra, no sentido de garantir estabilidade econômica e segurança ao movimento internacional do capital. A história destas organizações está ligada ao aspecto financeiro, ao fornecimento de empréstimos aos países periféricos, mas, sobretudo, ao controle econômico, cultural e político que exercem a partir da exigência de cumprimento de condicionalidades, sob a aparência de assessorias técnicas. A cada empréstimo, o país tomador está mergulhado em condicionalidades que expressam a ingerência do BM e do FMI nas políticas macroeconômicas e nas políticas setoriais dos países devedores, inclusive com “condicionalidades cruzadas” — ou seja, a articulação entre os vários organismos (BID, BM e FMI) para concessão dos empréstimos (LIMA, 2006, p. 3).

A preocupação com a segurança para a ordem dominante também aparece com centralidade nos objetivos destas organizações. Em um mundo pós-guerra, as formas de expansão da exploração e domínio territorial, apesar dos frequentes e contínuos conflitos bélicos em toda a periferia do globo que nunca deixaram de existir, se vestiam também de novas configurações. Para estas, os organismos internacionais e o discurso de desenvolvimento e paz são pilares. O caráter educativo e de formação “cidadã” é uma condição estruturante. Leher (1999) traz a reflexão a seguir:

O reconhecimento de que a educação poderia ser um instrumento importante na segurança data pelo menos do período da Guerra Fria, em especial na formulação da doutrina da contra-insurgência. Ao invés da tradicional concentração de forças e armamentos para avançar contra linhas inimigas identificadas, esta doutrina preconiza operações militares localizadas,

operadas direta ou indiretamente pela CIA e pelos Boas Verdes, associadas à intensa propaganda ideológica. As doutrinas, formas e métodos de propaganda foram desenvolvidos a partir da Agência de Desenvolvimento Internacional do Departamento de Estado (Usaid). Nesta orientação, o apoio da população local é tido como uma condição importante, como o fracasso da ação dos Estados Unidos na Baía dos Porcos tornara patente. Por isso, a ênfase nas ações educativas e, no caso das populações indígenas, a relevância conferida às missões religiosas, como as desenvolvidas em diversos países periféricos pela Sociedade Internacional de Lingüística e pelos Tradutores da Bíblia Wycliffe (LEHER, 1999, p. 20).

As entidades privadas cumpriram e cumprem um papel importante nessas ações contra insurgentes encaminhadas como estratégia de dominação, em especial pelo Estado norte-americano.

O programa educacional e, mais especificamente, as ações de propaganda da Aliança para o Progresso, foram direcionados para este fim. Como assinalado por Berle, um dos mais próximos colaboradores de Nelson Rockefeller e importante conselheiro de Kennedy e Johnson, “na América Latina o campo de batalha é pelo controle da mente do pequeno núcleo de intelectuais, dos educados e dos semieducados. A estratégia é conseguir a dominação através dos processos educacionais”. No que concerne à universidade, face ao convenientemente proclamado risco da proliferação “da doutrina marxista no sistema educacional e no pensamento econômico da América Latina”, o controle, prossegue Berle, terá de ser clandestino, por meio de instituições privadas (Fundação Ford, Rockefeller, Olin, etc.) e por intercâmbio de universidades dos Estados Unidos, especialmente Georgetown, Los Angeles, Berkeley, Columbia e Stanford. Toda esta engenharia social tem como meta evitar a influência comunista e o surgimento de uma nova Cuba na região. O presidente da Fundação Ford, McGeorge Bundy, nos anos 50 e 60, orgulhava-se de que a Ford era mais ágil do que o governo na identificação e solução dos problemas colocados diante dos Estados Unidos. (LEHER, 1999. p. 20)

Porém os fatos históricos fortalecem a necessidade de utilização cada vez mais apropriada dos organismos internacionais de forma coordenada e institucional. O autor descreve abaixo este movimento de relação entre o empresariado e estas entidades tendo em tela o Banco Mundial, conforme podemos observar:

Os dias de glória da contra-insurgência tornaram-se mais opacos no final da década de 1960. Por um lado, o desastre iminente no Vietnã, conjugado às transformações nos países periféricos, como o processo de descolonização e ao fortalecimento do “Movimento dos Países Não-Alinhados”, exigiu mudanças na política externa norte-americana diante das exigências da Guerra Fria. O crescente sentimento anti-Estados Unidos nos países periféricos é apreendido como uma ameaça à supremacia deste país, colocando em risco os objetivos estratégicos do establishment econômico e político. Por outro lado, as manifestações da crise estrutural do capitalismo começam a assumir feições cada vez mais nítidas nos anos 1970, uma situação que logo produziria um aumento da tensão social nos países periféricos e na relação destes com Washington. A consideração simultânea

desses fatores provocou mudanças na orientação tática do Departamento de Estado. Cresceu, então, a preferência por ações indiretas, mediadas por organismos multilaterais. É neste contexto que Robert S. McNamara deixa o Departamento de Defesa para presidir o Banco Mundial. A partir deste novo quadro, a educação é cada vez melhor situada na escala de prioridades do Banco (LEHER, 1999, p. 21).

São vários os exemplos mais recentes possíveis de serem citados no sentido da segurança internacional ao sistema político-econômico vigente que estes organismos realizam, evidenciando a continuidade destas ações. Uma ilustração material são as diferentes missões de paz, como no Haiti, através da MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti) em 2004 e protagonizadas por exércitos de diferentes países e a ONU, atribuindo toda e qualquer ação dos povos em extrema precariedade que eclodem em insurgências e descontrole (em especial produtos de revolta e das condições estabelecidas pelo domínio do capital internacional e local), ao caráter comportamental da população, escanteando essencialmente as condições político-econômicas estruturantes a partir de um discurso com elementos profundamente morais e na lógica do domínio pacificador para garantia da segurança do status quo capitalista travestido de bondade e salvação.

Sendo assim, os diferentes organismos internacionais citados, apesar de terem posições específicas sobre determinadas temáticas e encaminhamentos ligados às suas tarefas mais centrais, compartilham como laço as ações articuladas à sustentação capitalista e não divergem em rompimento profundo com esta essencialidade. Tal questão é possível observar na passagem seguinte sobre episódio de divergência entre a UNESCO e o BM, chegando ao final com indicações que revelam as mesmas orientações fundamentais:

Um marco dos debates sobre a educação, no início da década de 1990, foi a Conferência Mundial de Educação para Todos, organizada pela UNESCO, pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e pelo BM, em Jomtien – Tailândia. O seu lema “educação para todos”, articula-se à conjuntura política e econômica que marca o início da década, diante dos reordenamentos internacionais do capital (3). Os vários organismos que constituíram a comissão organizadora do evento expressaram concepções diferenciadas sobre a relação entre educação e desenvolvimento econômico e social, assim como sobre a implementação de uma política de universalização da educação básica. Contudo, tais divergências, principalmente entre UNESCO e BM, não expressaram rupturas profundas na posição destes organismos, na medida em que ambos partem de vários pontos em comum: a mesma concepção da necessidade de integração dos países periféricos na dinâmica

global do capital; a utilização da mesma lógica que concebe a educação como mola propulsora do desenvolvimento/crescimento econômico subordinado às diretrizes dos países centrais; o estímulo à diversificação das fontes de financiamento da educação, especialmente da educação superior, expressa na necessidade de gerar o impulso do setor privado e dos organismos não-governamentais (ONGs) como agentes ativos no terreno educativo tanto nas decisões como na implementação. Esse conceito se insere numa proposta de diversificação da oferta educativa, a fim de introduzir a concorrência no terreno educativo (concorrência esta considerada como mecanismo chave da qualidade) (UNESCO, UNICEF, P NUD e Banco Mundial, 1990, p.137) (LIMA, 2006, p. 3-4).

Nos marcos educativos e nas diferentes ações da ONU-UNESCO, o campo específico da EF não fica de fora e é construído ao longo da história com diversos direcionamentos associados a interesses mais profundos no âmbito da sociedade.

Uma expressão do projeto político dominante na EF, sobretudo pelo esporte, é possível ser percebida em ações que vão na direção do exposto anteriormente sobre a expansão territorial capitalista e para as ações de segurança para o sistema econômico vigente. A missão de paz no Haiti, novamente, pode ser um exemplo: a relação com o futebol entre os dois países foi fruto de ação deste organismo internacional em parceria com o governo brasileiro em 2004. Podemos observar um exemplo no trecho da reportagem abaixo:

O jogo de futebol Brasil e Haiti, que acontecerá no próximo dia 18 de agosto em Porto Príncipe, às 16h30 (horário brasileiro), está sendo considerado pela UNESCO no Brasil (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) uma das mais importantes iniciativas do governo brasileiro no âmbito da Década Internacional por uma Cultura de Paz e Não-Violência para as Crianças do mundo (2001-2010). "A iniciativa proposta pelo presidente Lula demonstra não apenas que o governo brasileiro desempenha um papel de protagonismo internacional como também é uma nação preocupada em transmitir mensagens de paz a outros países", afirma Jorge Werthein, Representante da UNESCO no Brasil. A idéia do jogo foi do presidente Luis Inácio Lula da Silva, que estará em Porto Príncipe para assistir à partida. O objetivo do jogo é promover a paz no país, que tem hoje uma missão da ONU trabalhando em seu território. A missão, com soldados de vários países, está atuando sob o comando do exército brasileiro, que enviou ao Haiti um contingente de 970 soldados (ASCOM/UNESCO, 2014).

Outros documentos destinados aos países periféricos no sentido de fortalecer, elencar e elaborar novas iniciativas nestes locais, como o caso do: "Esporte para o Desenvolvimento e a Paz. Informativo da ONU no Brasil" (ONU, 2016), tendo eles como marco norteamentos documentais como a própria Carta Internacional e as diferentes MINEPS, demonstram a articulação do campo às sínteses anteriores sobre o papel e ação deste organismo, em especial nos países periféricos.

Para entendermos melhor a estruturação da EF neste espaço, é necessário apresentarmos um comitê fundamental na consolidação do campo internamente na UNESCO. O Comitê Intergovernamental de Educação Física e Esporte (CIGEPE), criado em 1978 - mesmo ano da primeira versão da Carta Internacional da Educação Física e do Esporte, e, dois anos depois de um marco fundamental para a estruturação institucional do campo da EF na UNESCO, a I MINEPE ocorrida em 1976 (Paris) - é o principal espaço de formulação e organização das políticas destinadas à EF.

Esse comitê, segundo sua descrição em site oficial, tem o seguinte objetivo e organização:

O Comitê Intergovernamental de Educação Física e Esporte (CIGEPE) foi criado em 1978 para promover o papel e o valor do esporte e sua relevância para as políticas públicas. O CIGEPE é composto por representantes especialistas no campo da educação física e do esporte de 18 Estados Membros da UNESCO, cada um eleito para um mandato de quatro anos. Os membros consultivos, compreendendo agências das Nações Unidas, principais federações esportivas, ONGs, fornecem apoio técnico e consultoria ao Comitê (UNESCO).

Neste mesmo local de descrição, é possível perceber a consolidação do comitê como plataforma para cooperação de objetivos estratégicos da ordem dominante, além de parceria direta com outros organismos, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Podemos observar abaixo:

Desde a sessão extraordinária de 2019, o papel do CIGEPE como plataforma para a coerência das políticas foi reforçado. A estreita cooperação estabelecida entre a UNESCO e os principais parceiros das Nações Unidas, como o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (ONU DESA), o Escritório das Nações Unidas em Genebra (UNOG), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outros, é fundamental para garantir que este Comitê contribua efetivamente para uma estrutura global fortalecida sobre Esporte para o Desenvolvimento e a Paz, dentro da estrutura abrangente da Agenda 2030 (UNESCO).

O CIGEPE conta também atualmente com 26 membros consultivos classificados em permanentes e 16 designados. Dentre os membros permanentes, podemos citar o Comitê Olímpico Internacional (COI), a própria OIT, além de outras entidades e divisões internas do próprio sistema ONU. Nos designados, é possível observar a forte presença de federações e confederações esportivas, além de organizações não governamentais e institutos com atuação internacional.

A partir da sua criação em 1978, as produções e eventos associados ao campo da Educação Física se intensificam, porém um dado chama atenção: o aumento de ações para o campo, em especial no final do século XX e início do século XXI, momento de aprofundamento neoliberal. Melo (2011) ressalta tal questão discutindo tanto a diminuição nos intervalos das produções e eventos, como também a organicidade e qualificação destes:

(...) Trazendo esse debate para as ações concretas no âmbito da Educação Física e Esportes por parte dos Organismos Internacionais é possível afirmar que a década final do século XX marcou um momento em que essa ação se tornou mais orgânica e qualificada. Com vistas a conferir maior organicidade às intervenções políticas no campo dos esportes, a UNESCO realizou num intervalo de cinco anos (1999 e 2004) duas conferências intergovernamentais (MINEPS) com a participação dos Ministros de Esportes de diferentes países, chanceladas pela ONU/UNESCO e Banco Mundial. Essas conferências intergovernamentais eram decenais até então- 1ª edição em 1976 e a 2ª Edição em 1988- tornando-se quinquenais na virada do século XXI (MELO, 2011, p. 23).

Conforme veremos adiante, este movimento de redução temporal entre as produções continua acontecendo, além de esforços qualitativos para os encaminhamentos ao campo ao longo do século XXI, em especial em sua segunda década.

O CIGEPS hoje cumpre papel fundamental para a realização das MINEPS e é elo da relação permanente de acompanhamento e articulação entre o organismo internacional que está incluído e o campo da EF. Diversas sessões e relatórios publicados em seu sítio virtual demonstram tal questão com encontros com o conselho consultivo permanente, com a secretaria geral da UNESCO, reuniões de grupo de trabalho para revisão do estatuto do comitê (ação realizada em 2018), além de sessões ordinárias, plenárias e extraordinárias de diferentes prismas e temáticas.

Chama atenção a ação realizada em 28-29 de março de 2019 em Genebra, Suíça, onde se encaminha o documento chamado “Aplicación del Plan de Acción de Kazan” (CIGEPS, 2019) estabelecendo concretamente o acompanhamento e descrição das ações materiais indicadas no documento da VI MINEPS (2017), tanto do ponto de vista das ações do próprio comitê, do sistema ONU, como da implementação e projetos em variados países.

O CIGEPS conta com eleições bienais. A próxima eleição para o biênio 2020-2021 ocorrerá na próxima sessão ordinária que está prevista para os dias 28, 29 e 30

de setembro de 2020 na OIT em Genebra-Suíça. Nesta mesma sessão também serão lançados os preparativos para a realização da VII MINEPS, além de consulta aos Estados membros sobre estratégias de médio e longo prazo da UNESCO para 2022-2029, programa orçamentário, e, por fim, contará com sessão especial sobre “inovação, habilidades e esporte”. Esta última, terá como um dos principais debatedores do painel “Mr Srinivas Reddy” representante da OIT (UNESCO, 2020).

Tal presença e temática fortalecem a relação entre o mundo do trabalho como discutido anteriormente e o campo da EF como setor estratégico para difusão de valores dentro da ordem dominante.

Sendo assim, é importante ressaltar que os trabalhos do CIGEPS são contínuos em associação e em referência aos documentos analisados no próximo capítulo e produzem elevado grau de relação com estratégias político-econômicas da ordem dominante, como será possível observar posteriormente.

Outra entidade fundamental para a organização da EF nos marcos estruturantes do capital é o Conselho Internacional de Ciência do Esporte e Educação Física (ICSSPE). Este tem fundação em 1958 em Paris (França) e tem sede hoje em Berlim (Alemanha).

O conselho é constituído de variadas organizações governamentais, membros individuais, organizações não governamentais, institutos de pesquisa e outras organizações internacionais ligadas ao campo da EF. O ICSSPE é associado formal à UNESCO, atuando como órgão consultivo permanente dessa entidade, realizando, inclusive, eventos e pesquisas regulares em nome dela. Também é reconhecida pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), atuando em conjunto com este e colaborador da Organização Mundial da Saúde.

Seu caráter profundamente ligado às relações mercantis é descrito no próprio site do conselho, conforme podemos observar abaixo propagandeando sobre as possíveis parcerias que realizam e as vantagens dessas relações:

Para apoiar seu compromisso mundial, o Conselho estabelece contatos com afiliadas comerciais com o objetivo de contribuir em conjunto para um desenvolvimento responsável e sustentável da sociedade. Uma parceria com o ICSSPE fornece visibilidade e uma estreita associação com federações e instituições esportivas de todo o mundo. Ele vincula parceiros do setor corporativo a uma organização que vem contribuindo para o desenvolvimento sustentável de nossa sociedade global há décadas, contando com tradição e inovação e respondendo a milhões de pessoas em sua rede exclusiva.

O ICSSPE promove as missões de seus parceiros e as envolve em projetos científicos e de comunicação por meio da rede. Ele se preocupa com a melhor apresentação empreendedora de seus parceiros em conexão com as atividades da rede (ICSSPE).

Sua organização política é descrita da seguinte forma:

A Assembléia Geral se reúne a cada 2 anos e suas decisões são vinculativas para todos os órgãos e membros do ICSSPE.

O Conselho Executivo, eleito pela Assembléia Geral, representa publicamente o ICSSPE e controla seus negócios por meio das atividades da equipe do Escritório Executivo. Também é responsável pela administração da organização, com foco na governança. O Conselho Executivo se reúne anualmente.

O Comitê de Desenvolvimento, que é o direcionamento estratégico e científico do ICSSPE, é formado por representantes de organizações membros internacionais, universidades e membros individuais (ICSSPE).

Fazem atualmente parte do comitê de desenvolvimento as seguintes instituições e pessoas: Association Internationale des Ecoles Supérieures d'Education Physique, Fédération Internationale d'Education Physique, Associação Internacional de Instalações Esportivas e de Lazer, Associação para a Filosofia do Esporte, Associação Internacional de Educação Física e Esporte para Meninas e Mulheres, Conselho Internacional de Excelência em Coaching, Federação Internacional de Atividade Física Adaptada, Comitê Paralímpico Internacional, Sociedade Internacional para Educação Física Comparada e Esporte, Sociedade Internacional para o Avanço da Cinantropometria, Sociedade Internacional para a História da Educação Física e Esporte, Associação Internacional de Sociologia do Esporte, Federação Internacional de Esportes Universitários, Associação Internacional do Esporte para Todos e WomenSport International; Universidades: Deutsche Sporthochschule Köln Universidade do Gana e Universidade do Cabo Ocidental; E membros individuais: Jens Sejer Andersen Wolfgang Baumann, Dr. Pedro Ferreira Guedes de Carvalho, Detlef Dumon, Dra. Maria Beatriz Rocha Ferreira, Dr. Keith Gilbert, Prof. Dr. Anneliese Goslin, Dr. Dr hc Herbert Haag, Katrin Koenen, Dr Darlene Kluka, Prof. Rosa López de D'Amico, Dr. Kathryn Ludwig, Dr. John Nauright e Dr. Karin AE Volkwein-Caplan³. Este comitê atualmente presidido pela Dra. Maria Dinold e Dra. Anneliese Goslin.

³ É possível perceber em pesquisa dos nomes citados, diversos deles envolvidos diretamente com instituições privadas ou sendo gestores, revelando assim os interesses pessoais diretos que o ICSSPE representa, em especial com sua íntima relação com a UNESCO e a MINEPS.

O ICSSPE aparece na VI MINEPS (UNESCO, 2017) em algumas oportunidades. Tanto na lista de participantes com sua nominata específica, mas também tendo o site para consulta dos ministros da conferência ao longo dos trabalhos hospedado em seu sítio, conforme podemos observar no grifo do trecho abaixo:

Toda la información aportada por los miembros de los grupos de trabajo de las tres esferas políticas principales está disponible en el espacio virtual de trabajo de MINEPS VI: <https://www.icsspe.org/user/login>, usuario: mineps, contraseña: unesco. Se han traducido al francés los menús de este sitio web y la versión en francés de los contenidos recogidos se ha publicado siempre que ha sido posible (UNESCO, 2017, p. 22).

Consta no site do conselho sua participação direta na organização da VI MINEPS, conforme podemos constatar em seu próprio site: “O ICSSPE foi convidado pela UNESCO a co-moderar as atividades preparatórias do Comitê de Programa do MINEPS VI”.

Sendo assim, há uma complexa atuação burguesa organizada no campo da EF que vêm pensando políticas e estratégias para o mundo, sobretudo neste momento neoliberal. As relações entre UNESCO e ICSSPE, em conjunto com a clareza da relação mercantil deste último, demonstra o posicionamento e a lógica em que opera a organização.

Os estreitamentos com outros espaços orgânicos do capital, como o Banco Mundial e a Organização Internacional do Trabalho, expressam, junto ao histórico de construção destas organizações, a EF sendo também um campo de utilização burguesa a partir de seus interesses de classe político-econômicos.

**CAPÍTULO III: PRODUÇÕES DA UNESCO NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO
XXI: CORPOS DESEMPREGADOS E RESILIENTES EDUCADOS NA/PARA A
BARBÁRIE.**

*“Em virtude do tempo hoje não há futebol
Veio uma chuva de vento, e levou pra bem longe o Sol
O que se vai fazer na tarde sem lazer
E uma noite tão feia
E eu, esperei Lua cheia
E eu, esperei Lua cheia*

*Quem pensou em passar o final de semana
Deitado na areia de Copacabana, também se enganou
É! Quem pensou no pagode do para quem pode
Já viu que não pode ficou na saudade, o tempo fechou
Bem cedo anuviou o céu escureceu*

*O dia se zangou então choveu, choveu
Temporal baixou e a cidade se alagou
Temporal baixou e a cidade se alagou
Em virtude do tempo!”*

(Mauro Diniz/Ratinho)

Nesta parte do trabalho iremos analisar as produções da UNESCO na segunda década do século XXI, em especial os documentos “Carta Internacional da Educação Física, atividade física e esporte” e o documento final da VI MINEPS, depurando seus sentidos, apresentando a estruturação dos documentos, o espaço em que foram construídos, as organizações e interesses presentes, além das relações que se constituem tanto no âmbito dos apontamentos da materialização das propostas, quanto no âmbito dos sentidos de EF. Dialogaremos com as discussões realizadas anteriormente, em especial sobre a fase atual do neoliberalismo e suas caracterizações, tentando desnudar as possíveis materializações da estratégia político-econômica neoliberal no campo específico da EF.

3.1 Carta Internacional da Educação Física, da atividade física e do Esporte (2015):

A Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte teve sua primeira em 1978, como citado anteriormente. Sua atualização em 2015 conta com 11 páginas e é estruturada a partir de um preâmbulo inicial com 13 tópicos encaminhando, considerando, reafirmando, sublinhando e conclamando – para utilizar expressões presentes no texto - alguns direcionamentos e posições onde serão fincados os 12 artigos temáticos posteriores do documento. Estes artigos são:

- 1- “A prática da educação física, da atividade física e do esporte é um direito fundamental de todos.”;
- 2- “A educação física, a atividade física e o esporte podem proporcionar uma ampla gama de benefícios às pessoas, às comunidades e à sociedade em geral.”;
- 3- “Todas as partes interessadas devem participar da criação de uma visão estratégica que identifique as opções e as prioridades políticas.”;
- 4- “Os programas de educação física, atividade física e esporte devem estimular a participação ao longo da vida”.
- 5- “Todas as partes interessadas devem assegurar que suas atividades sejam sustentáveis, nos planos econômico, social e ambiental”.
- 6- “A pesquisa, as evidências e a avaliação são aspectos indispensáveis para o desenvolvimento da educação física, da atividade física e do esporte”.
- 7- “O ensino, o treinamento e a administração da educação física, da atividade física e do esporte devem ser realizados por pessoal qualificado”.
- 8- “Espaços, instalações e equipamentos adequados e seguros são indispensáveis para a prática da educação física, da atividade física e do esporte de qualidade”.
- 9- “Segurança e gestão de risco são condições necessárias para uma oferta de qualidade”.
- 10- “A proteção e a promoção da integridade e de valores éticos da educação física, da atividade física e do esporte devem ser uma preocupação constante para todos”.
- 11- “A educação física, a atividade física e o esporte podem desempenhar um papel importante na realização de objetivos relacionados ao desenvolvimento, à paz e a situações de pós-conflito ou pós-desastre”.

12- “A cooperação internacional é um pré-requisito para ampliar o alcance e os efeitos da educação física, da atividade física e do esporte.”

É importante considerar também que este documento vem sendo citado como necessário já em produções anteriores, como é o caso da V MINEPS, em Berlim, 2013. É possível identificar, portanto, relações de linearidade e indissociabilidade entre as produções, conforme o trecho abaixo da V MINEPS pode expressar. Podemos identificar este direcionamento no item 19 da parte inicial do documento da conferência citada quando realiza uma convocação à Diretora Geral da UNESCO para que realize “uma revisão da Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da UNESCO, que reflita nossas conclusões e recomendações. (ONU-UNESCO, 2013. p. 2)

Partindo então especificamente para a Carta, é possível identificar em seu preâmbulo nos quatro primeiros tópicos reconhecimentos que dizem respeito à questão da diversidade, direitos humanos, igualdade e dignidade, dialogando com produções já ocorridas que norteiam as ações do organismo internacional ONU. São eles:

1. *Recordando* que, na Carta das Nações Unidas, os povos proclamaram sua fé nos direitos humanos fundamentais, bem como na dignidade e no valor da pessoa humana, e afirmaram sua determinação de promover o progresso social e melhores condições de vida,
2. *Recordando* que, pelos termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, todas as pessoas são titulares de todos os direitos e liberdades nela estabelecidos, sem qualquer tipo de discriminação com base em raça, cor, sexo, idioma, religião, convicção política ou opinião, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra,
3. *Consciente* de que uma das condições para o exercício dos direitos humanos consiste em que as pessoas sejam livres para desenvolver e preservar seu bem-estar e suas aptidões físicas, psicológicas e sociais,
4. *Ressaltando* que os recursos, a autoridade e a responsabilidade da educação física, da atividade física e do esporte devem ser alocados sem qualquer tipo de discriminação, seja ela com base em sexo, idade, deficiência ou qualquer outra, a fim de superar a exclusão de grupos vulneráveis ou marginalizados (UNESCO, 2015a. p. 1).

Como observamos anteriormente no capítulo I através dos dados de intensificação da precarização da vida e do trabalho, há um distanciamento significativo destas fundamentais condições de dignidade norteadas nos tópicos

apresentados em relação a materialidade social, embora sejam estes apontamentos fundamentais.

Há, contudo, a necessidade de questionar se há possibilidade concreta de alcance de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e garantidora de direitos no atual modo de produção, discussão inexistente nas produções da ONU-UNESCO.

Fontes (1996) traz algumas reflexões sobre o compasso da história capitalista e a apropriação dos discursos de inclusão e igualdade:

Os temas que englobam o que atualmente se denomina exclusão social foram analisados, ao longo deste século, sobretudo através de alguns de seus aspectos ou implicações. Em sua maioria, as análises encaravam-na como forma passageira de um desequilíbrio ou como uma disfunção social ou, ainda, como inadaptação individual. Temas, por exemplo, como a marginalidade — e seu correlato, as modalidades "corretivas", em geral realizadas através de intervenção social (filantropia e assistência social) — foram muitas vezes associados a uma inadequação de certos grupos ou indivíduos à vida social, como resultado de deficiências ou limitações a serem superadas pelo sistema educacional ou, ainda, através de acompanhamentos diversos (assistentes sociais, psicólogos, sociólogos etc.) (FONTES, 1996, p. 2).

No mesmo artigo, a autora discute, pelo processo histórico do capitalismo mundial, os passos de inclusão forçada X exclusão, em que o primeiro termo se refere aos processos de colonização e trabalho forçado, bem como a inserção da massa de trabalhadores na dinâmica fabril em plena ascensão industrial, não dando escolhas de formas de organização de sociedade e vida para além da ordem posta pela burguesia, gerando assim a entrada nos marcos colocados ou a opção de margem da sociedade pela nova forma social que se estruturava e se naturalizava em termos mundiais .

A expansão do capitalismo conviveu com todas as formas mencionadas de segregação e de exclusão. Ao generalizar-se e universalizar-se a mercantilização da vida social, consolidou-se um espaço de pertencimento comum - o próprio mercado -, para cuja formação contribuíram procedimentos de inclusão forçada e de exclusão interna que se tornaram, de alguma forma, "naturalizados" (FONTES, 1996, p. 19).

É a partir da análise histórica do significado das formulações do capital que Fontes (1996) continua analisando os processos de inclusão X exclusão relacionadas à internacionalização, em escala global, das relações sociais capitalistas. Assim, nos faz refletir sobre o oportunismo com pautas históricas que só são reivindicadas e

defendidas ao entrar no dinamismo do mercado, no qual podemos identificar com fatos bem presentes na atualidade seja por propagandas por mera representatividade (e apenas isso), seja pela justificativa de gestão de serviços públicos por Organizações não governamentais messiânicas, seja pelo empreendedorismo voltado às minorias mais afetadas pela crise do capital. A autora, no trecho abaixo, afirma:

Outrossim, a categoria de exclusão adquiriu importância midiática, uma vez que o recuo contemporâneo das formas de regulação estatal assegura maior visibilidade para as ações empreendidas por associações diversas, de cunho humanitário ou outros, visando a minorar os efeitos da precarização do trabalho. Ainda nesse nível, a "miséria do mundo" encontra-se exposta cotidianamente, pela extensão das redes informativas. A sociedade do espetáculo transforma sua própria miséria em grande cena (FONTES, 1996. p. 15).

Em dados materiais, é possível perceber um profundo afastamento desses indicativos com o crescimento das desigualdades, em nível mundial, como é possível identificar na reportagem abaixo:

(...) As desigualdades aumentaram profundamente no mundo desde a década de 1980, em particular nos Estados Unidos, de acordo com um estudo coordenado por vários economistas, que se mostram preocupados com o possível agravamento da situação até 2050 (...) Europa, África, Ásia e o continente americano, "as desigualdades aumentaram em quase todas as regiões do mundo", afirma o "relatório sobre a desigualdade global", que compara de maneira inédita a distribuição da riqueza a nível mundial e sua evolução em quase quatro décadas (...) De acordo com o estudo, que teve como principais coordenadores Lucas Chancel, da Paris School of Economics, e Thomas Piketty, autor do best-seller "O Capital no século XXI", a parte da riqueza nacional nas mãos de 10% dos contribuintes mais ricos passou de 21% a 46% na Rússia e de 27% a 41% na China, entre 1980 e 2016. Nos Estados Unidos e Canadá, este índice passou de 34% a 47%, enquanto na Europa foi registrado um aumento mais moderado (de 33% a 37%) (...) "No Oriente Médio, na África subsaariana e no Brasil, as desigualdades permaneceram relativamente estáveis, mas a níveis muito elevados", afirma o documento. Em 2016, o pódio das regiões e países menos igualitários era formado por Brasil (55% da renda nacional nas mãos do 1% mais rico), Índia (55%) e Oriente Médio (61%), que perfila segundo os autores um "horizonte de desigualdades" em escala mundial (AFP, 2017).

No Brasil, esse movimento também se acirra junto à crise, marcando recorde histórico de pessoas em situação de extrema pobreza, como é possível constatar na reportagem de divulgação de dados de pesquisa do IBGE:

Recordes de pessoas em situação de extrema pobreza e dos índices de desigualdade. Estes são os resultados de quatro anos seguidos de crise

econômica no Brasil, apontados em um estudo divulgado nesta quarta-feira (6) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2018, chegou a **13,5 milhões o número de brasileiros vivendo abaixo da linha da extrema pobreza** – 4,5 milhões a mais que em 2014, quando o país vivia sob os patamares mais baixos de desemprego. É o maior contingente de pessoas nesta condição na série histórica do estudo, iniciada em 2012 (...)

(...) O IBGE enfatizou que 13,5 milhões de pessoas são um contingente maior que toda a população de países como Bélgica, Portugal, Grécia, entre outros (SILVEIRA, 2019).

É possível citar também o acirramento da perseguição às minorias políticas em escala mundial, o avanço do conservadorismo e a naturalização dos processos de exclusão a partir da culpabilização desses grupos. O encarceramento negro em massa, assassinatos e violência crescentes a pessoas LGBTQs, aumento da violência urbana (em especial periférica), entre outros conflitos geopolíticos, evidenciam o avanço conservador.

Portanto, em um sistema estruturado com tais características, a preocupação com a inclusão se torna fundamental, porém a dissociação à necessidade estrutural da exclusão é no mínimo oportunista se não colocada em xeque.

Nos quatro tópicos do preâmbulo citado, há de se chamar atenção também para o tópico 3: “*Consciente* de que uma das condições para o exercício dos direitos humanos consiste em que as pessoas sejam livres para desenvolver e preservar seu bem-estar e suas aptidões físicas, psicológicas e sociais” (UNESCO, 2015a. p. 1).

Se faz necessário questionar o sentido de liberdade expresso, em que podemos observar, em especial com o aumento da informalidade no mundo do trabalho, profunda submissão à busca de condições básicas de existência e aumento significativo das horas de trabalho diárias. A impossibilidade de realizar uma quarentena, durante a pandemia da COVID-19 em diversos países, e o impacto disso nas contaminações e mortes indica que, para imensa parcela da população mundial, a precarização da existência e a informalidade de inserção no mundo do trabalho pode converter-se numa sentença de morte. Neste cenário radicalizado, podemos pensar o acesso real e incentivo às práticas corporais de forma consciente e sistemática e ao próprio direito à saúde de forma plena, seja diariamente na vida do trabalhador em tempos anteriores à pandemia, seja, sobretudo, neste momento.

Os índices de desigualdade já expressos neste trabalho, as duplas ou triplas jornadas, entre outros fatores associados à renda e às condições mínimas de dedicação ao próprio bem-estar que vão desde tempo/condições de deslocamento,

intensidade do trabalho e vários outros fatores a depender da especificidade de vida do indivíduo excluem objetivamente tal liberdade.

Netto (2016) traz liberdade em Marx e reflete materialmente sobre seu sentido. Diz ele:

Para Marx, liberdade é a possibilidade de escolha entre alternativas concretas (...) por que nós não vamos neste fim de semana para Paris? Não vamos porque não queremos? (...) 1444 reais a ida e volta pela Air France, fora das promoções, mais cinco dias em hotel em Paris (...) Portanto, essa liberdade de ir para Paris só é real para certas pessoas. Fora isso, não é liberdade, pois não há opção de escolher entre duas alternativas concretas (...) (NETTO, 2016).

Tomando liberdade como a possibilidade de escolha entre duas alternativas concretas, pensando na vida de um trabalhador ou trabalhadora na informalidade, com ganho irrisório por demanda, traz à luz a necessidade real de conceituação de liberdade no documento e a real possibilidade neste modo de produção para a preservação e desenvolvimento do bem-estar e as aptidões físicas, psicológicas e sociais.

Dando prosseguimento na análise dos preâmbulos do documento, elencamos os próximos quatro tópicos. São eles:

5. *Reconhecendo* que a diversidade cultural da educação física, da atividade física e do esporte pertence ao patrimônio imaterial da humanidade e inclui o jogo físico, a recreação, a dança, assim como os esportes e jogos organizados, informais, competitivos, tradicionais e indígenas,
6. *Reconhecendo também* que a educação física, a atividade física e o esporte podem trazer diversos benefícios individuais e sociais, como a saúde, o desenvolvimento social e econômico, o empoderamento dos jovens, a reconciliação e a paz,
7. *Ressaltando* que a oferta da educação física, da atividade física e do esporte de qualidade é essencial para a plena realização do seu potencial na promoção de valores como o jogo limpo (*fair play*), a igualdade, a integridade, a excelência, o compromisso, a coragem, o trabalho em equipe, o respeito pelas regras e leis, a lealdade, o respeito por si próprio e pelos demais participantes, o espírito de comunidade e solidariedade, bem como a diversão e a alegria,
8. *Sublinhando* que, para alcançar uma educação física, uma atividade física e um esporte de boa qualidade todas as equipes envolvidas, tanto as profissionais quanto as voluntárias, devem ter acesso à formação, à supervisão e à consultoria adequadas (UNESCO, 2015a, p. 1).

É possível observar o direcionamento do foco a partir de então ao campo da Educação Física. No primeiro tópico, se leva em consideração de forma mais ampla

os conteúdos pertencentes ao campo de estudo da Educação Física, embora não haja utilização de termos como “práticas corporais” ou “Cultura Corporal”, mesmo que vazias de seus significados políticos, o texto avança no sentido da compreensão da Educação Física em seu conjunto de práticas corporais, sua diversidade e sua relação como patrimônio da humanidade, incluindo de forma mais significativa as danças e outros elementos.

Candal (2017) observa, através da análise da V MINEPS (2013), forte apelo esportivizante na conceituação da Educação Física. Embora tal ampliação não seja em um sentido de totalidade e possa continuar dentro dos marcos ideológicos dominantes, porém também com a contribuição de outras práticas corporais, é uma diferença que se pode observar em ambos os documentos. Documentos estes subsequentes na ordem cronológica de produção, apesar de diferentes em seus processos de construção e intencionalidade.

As considerações 6, 7, 9 e 10 figuram em marcos próximos, já que versam a partir do reconhecimento e destaque da Educação Física e do esporte como potentes na expressão da formação de valores ideológicos e em suas capacidades articuladas a fatores sociais e econômicas. São elas:

6. *Reconhecendo também* que a educação física, a atividade física e o esporte podem trazer diversos benefícios individuais e sociais, como a saúde, o desenvolvimento social e econômico, o empoderamento dos jovens, a reconciliação e a paz,

7. *Ressaltando* que a oferta da educação física, da atividade física e do esporte de qualidade é essencial para a plena realização do seu potencial na promoção de valores como o jogo limpo (*fair play*), a igualdade, a integridade, a excelência, o compromisso, a coragem, o trabalho em equipe, o respeito pelas regras e leis, a lealdade, o respeito por si próprio e pelos demais participantes, o espírito de comunidade e solidariedade, bem como a diversão e a alegria (...)

9. *Sublinhando também* que as primeiras experiências de jogo com os pais e cuidadores, assim como uma educação física de qualidade, são vias essenciais para as crianças adquirirem as habilidades, as atitudes, os valores, os conhecimentos, a compreensão e a apreciação, todos aspectos necessários para a participação ao longo da vida na atividade física, no esporte e na sociedade em geral,

10. *Insistindo* que a educação física, a atividade física e o esporte devem buscar promover uma maior comunhão entre as pessoas, a solidariedade, o respeito mútuo e o entendimento, assim como o respeito total pela integridade e pela dignidade dos seres humanos (UNESCO, 2015a, p.1-2).

Nestes tópicos é possível perceber forte relação a um aspecto salvacionista e de difusão ideológica no cerne da sociedade dominante com conceitos aparentemente neutros, dispersos e com pouca precisão, como o caso de “habilidades”, “atitudes”,

“valores” e “conhecimentos” através da Educação Física e das práticas corporais como um todo. Se expressa seu caráter educativo ideologicamente com tais direcionamentos.

Melo (2011) reflete sobre essas características de educação para internalização da ordem dominante através da Educação Física, tendo como exemplo o elemento esporte e seu papel estratégico de inserção no sistema escolar. Nas palavras do autor:

(...) o conjunto da classe burguesa começa a vislumbrar o possível papel pedagógico do esporte na busca de educar politicamente a classe trabalhadora nos marcos do projeto capitalista, passando a incorporar as principais características que marcam essa sociedade (capitalista). A entrada em massa dos esportes nas sessões de Educação Física no sistema escolar, bem como sua maior presença no momento de não trabalho, na condição de ouvintes/espectadores, ou como praticantes, foi parte central desse processo ao longo do século XX. A garantia de que as novas gerações vivenciariam o esporte já desde criança via sistema escolar ampliava seu potencial de educador da sociabilidade demandada pelas novas relações sociais (MELO, 2011, p. 42).

Para refletirmos sobre o tópico 7, no qual diretamente se cita o respeito pelas regras e leis, o autor citado traz aparatos significativos também para reflexão. Melo (2011) debate sobre a utilização das características esportivas e seu papel ideológico utilizado pela classe burguesa da seguinte forma:

Um puritanismo moralizante enfatizando sua suposta contribuição pedagógica devido à observância de regras a que todos estariam sujeitos, bem como a disputar respeitando as mesmas, apenas indica um quadro em que pré-condições prévias de disputas entre as equipes não são consideradas, desde que a competição seja sob as mesmas regras. Um coroamento das relações sociais que perduram na sociedade capitalista, as quais diferentes classes e frações de classe irão se deparar no conjunto de suas vidas (MELO, 2011, p. 44).

Penna (2011) também reflete, em mesmo sentido, sobre a necessidade de um aprofundamento crítico e negação de um imediatismo de visão positiva aos esportes, afirmando que:

Negar o imediatismo produzido pelo esporte que aliena e unidimensionaliza o ser humano, significa denunciar o seu caráter de simulacro da neutralidade política e ideológica, que se propaga como templo da inclusão social, da diversidade cultural, étnica, racial etc. Negar este imediatismo significa também, denunciar os ideólogos da suposta liberdade burguesa que só existe quando vinculada à propriedade privada (PENNA, 2011, p. 160).

Tal característica de esvaziamento de contextos sobre as desigualdades e, em especial, seus fatores fundamentais originários, além do vago emprego de conceitos comportamentais e positivos da Educação Física, acompanham todo o documento. Finalizando os tópicos do preâmbulo, temos os seguintes trechos:

11. *Considerando* que a cooperação entre as partes interessadas, em todos os âmbitos, é o pré-requisito para a proteção da integridade e dos possíveis benefícios da educação física, da atividade física e do esporte contra as ameaças representadas pela discriminação, pelo racismo, pela homofobia, pelo assédio e pela intimidação, pela dopagem, pela manipulação, pelo treinamento excessivo de crianças pequenas, pela exploração sexual, pelo tráfico de pessoas, assim como pela violência,

12. *Consciente* de que a educação física, a atividade física e o esporte podem ser enriquecidos quando praticados de modo responsável em um ambiente natural, e que isso inspira respeito pelos recursos da Terra e contribui para um maior empenho em conservá-los e utilizá-los para o bem da humanidade,

13. *Proclama* esta Carta Internacional, com o propósito de colocar a educação física, a atividade física e o esporte a serviço do desenvolvimento humano, instando todos e, em especial, governos, organizações intergovernamentais, organizações esportivas, entidades não governamentais, círculos empresariais, mídia, educadores, pesquisadores, profissionais e voluntários do esporte, participantes e seu pessoal de apoio, árbitros, famílias, bem como espectadores, a aderirem a ela e a disseminá-la, a fim de que seus princípios se tornem realidade para todos os seres humanos (p. 2).

No tópico 11, temos uma suposta contribuição articulada de forma indissociável à cooperação como pré-requisito para se alcançar os possíveis benefícios da educação física, da atividade física e do esporte nos mais variados campos sociais. A presença da palavra “possíveis” é de fato fundamental, pois revela a mínima consideração de não necessariamente haver efeito direto entre causa e efeito do uso da EF para a efetividade positiva. Porém também não considera a possibilidade do efeito contrário de reforço a valores opostos aos apresentados, ainda mais no cerne de sua operação nesta sociedade que tem como princípio fundamental a dominação de classe e o lucro.

O tópico 11, em diálogo direto com o tópico 13, revela a “desconsideração” de toda e qualquer diferença e oposição de interesses políticos entre todos os atores citados. Atores estes com essencialidades básicas variadas, em campos de interesse de classes antagônicas. Em especial, podemos observar a citação aos trabalhadores e os círculos empresariais.

Sendo assim, o objetivo de desenvolvimento humano é colocado apenas possível se expresso como resultante das ações conjuntas, caso haja adesão por

parte destes variados grupos citados na passagem do tópico 13. A passagem também afirma existirem interesses de disseminação e princípios da Educação Física, atividade física e o esporte cristalizados como se fossem únicos e consensuados, apontando para uma falsa lógica de ausência do caráter político dos interesses diversos e das lutas concretas neste campo. O trecho demonstra, ainda, a tentativa de universalização, apassivando e partindo da concepção de neutralidade falseada nas condições reais do capitalismo, o que se coloca imediatamente em contradição ao uso do campo da EF e da Cultura Corporal a partir dos interesses de classe, conforme veremos mais adiante.

Um exemplo material que pode ser citado como impossibilidade do caminho conjunto norteado em um mesmo objetivo independente dos setores envolvidos na estruturação das políticas, pode ser dado a partir da Lei de Incentivo ao Esporte no Brasil (LIE) (Lei nº. 11.438/2006) (Lei que figura nos mesmos marcos básicos da Lei Rouanet (Lei nº. 8.313/1991) e Lei do Audiovisual (Lei nº. 8.685/1993). Teoricamente visando a democratização e acesso ao direito ao esporte no país, na verdade, é direcionada rumo aos interesses mercantis do grande empresariado em consonância direta à desresponsabilização do Estado na garantia do direito, característica central do neoliberalismo.

A partir de dedução de imposto devido de até 1% para pessoas jurídicas e até 6% para pessoas físicas em sua versão original⁴, além de financiamento para gestão de projetos, sua aplicação revela forte aspecto de interesse lucrativo e reforço das desigualdades no acesso. Podemos perceber tal questão com os seguintes dados observados por MATIAS ET AL (2015) no período compreendido de 2007 a 2013, que vai desde a participação hegemônica das empresas até o direcionamento de recursos concentrados no esporte de alto rendimento.

No período aqui estudado, as contribuições são realizadas quase que exclusivamente pelas empresas. Em 2012, por exemplo – único ano em que o número de contribuições individuais (1.090) foi maior que o número de empresas que doaram (1.077) – as pessoas físicas investiram R\$ 4,3 milhões e as pessoas jurídicas renunciaram o montante de R\$ 207,3 milhões (MATIAS ET AL., 2015, p. 6).

⁴ Houve aprovação na comissão de finanças da câmara dos deputados de aumento para até 4% de isenção para pessoas jurídicas se a doação for destinada a projetos sociais e inclusão. Caso não ocorra esse direcionamento passa de 1% para 2% e de 6% para 7% para pessoa física. A proposta até a data de 09/10/2019 tramitava em caráter de urgência aguardando as votações previstas para sua efetivação. (BRASIL, 2019b)

Característica emblemática é a forte presença de três setores fundamentais à estrutura econômica brasileira, como podemos perceber abaixo. Entre elas, a privatizada Vale, responsável por diferentes tragédias humanitárias e ambientais em período recente no país que deixaram centenas de mortos, cidades inabitáveis e danos naturais irreversíveis. Observar tal participação é relevante por se dar em diálogo contraditório com o tópico 12 do preâmbulo da Carta Internacional que versa sobre a relação entre a Educação Física, o esporte e a preservação ambiental, reforçando assim a incapacidade conciliadora de garantia de dignidade, quando submetida aos interesses lucrativos do grande empresariado.

Ao analisar o conjunto de empresas que doaram por meio da LIE, percebe-se a hegemonia dos setores financeiros, petrolíferos e minerador. As três principais corporações doadoras são, respectivamente: Bradesco (R\$ 88,8 milhões), Petrobrás (R\$ 87,5 milhões) e Vale (R\$74,7 milhões) (MATIAS et al., 2015, p. 7).

Outro fator fundamental que deve ser levado em consideração é a imensa maioria de projetos destinados ao esporte de alto rendimento. Um dado trazido sobre a Lei é que a decisão final de aplicação dos recursos em projeto é da própria empresa, o que se articula novamente à garantia de seus próprios interesses que se afastam da real democratização de acesso. Podemos observar tais aspectos no seguinte trecho:

Vale ressaltar que, no conjunto das políticas esportivas, a LIE amplia os recursos para o setor, todavia, tal mecanismo fornece um caráter mercantil à temática esportiva quando deixa para o mercado (normalmente o setor de *marketing* das empresas) definir o projeto que deverá receber o financiamento.

Destaca-se que o crescimento do volume de recursos se deu conjuntamente com o aumento do número de projetos aprovados. No período de 2007 a 2013, identificaram-se 442 propostas para o desenvolvimento do esporte educacional (ED), 391 propostas para o esporte participação (EP) e 1.187 propostas para o esporte de rendimento (ER) (...)

(...) Nota-se a hegemonia de propostas para o ER, o que se observa também no volume de recursos aprovados e captados. Enquanto os projetos para o ED e EP captaram juntos R\$ 320,8 milhões, os projetos do ER somaram o total de R\$ 647,5 milhões. Em outras palavras, mais de 50% dos recursos captados por meio da LIE foi destinado à manifestação esportiva de mais visibilidade perante o público (MATIAS ET AL., 2015, p. 7-8);

Esse direcionamento deixa claro o afastamento da democratização ao privilegiar a modalidade com menor participação ativa direta de pessoas, associado profundamente com a lógica de um esporte dentro dos marcos político-econômicos da sociedade capitalista e ao projeto neoliberal em suas mais variadas frentes.

Para finalizar a exemplificação da Lei de Incentivo ao Esporte que demonstra os limites da real emancipação, democratização e possibilidade de auxílio do campo da Educação Física para a dignidade dentro da ordem dominante, é possível perceber também profunda desigualdade dos recursos captados por região geográfica com o sudeste concentrando 82% dos recursos, seguido de 10% para a Região Sul, enquanto a Região Norte figura com 2%, Nordeste com 3% e Centro-Oeste também com 3%. Além disso, se mostram diversas quebras e confrontos legais de concentração dos recursos das mais variadas formas, inclusive para grandes entidades do campo com alto valor financeiro (MATIAS ET AL., 2015).

É importante ressaltar que a ONU, no documento: “Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: informativo da ONU no Brasil” (2016), encaminha a continuidade e aperfeiçoamento da Lei de Incentivo ao Esporte, no país, reivindicando a parceria do Estado com o setor privado e a importância do mesmo para a materialização das políticas esportivas, contraditoriamente ao mesmo tempo que fala da democratização destas práticas (p. 2).

Sendo assim, para dar prosseguimento à análise dos artigos propriamente ditos, podemos ver grande distanciamento material das proposições de real dignidade e acesso às práticas corporais variadas na estrutura política do sistema capitalista em sua face neoliberal. Penna (2011) reflete sobre a impossibilidade de emancipação humana usando o esporte contemporâneo nestes marcos:

O esporte contemporâneo encontra-se subordinado ao controle monopolista da divisão mundial do trabalho, na qual o mercado global comanda o ritmo de sua reprodução. Enquanto mercadoria, o modelo de esporte dominante é funcional à ideologia que propaga um mundo que se desenvolve sob a pacífica colaboração das classes. Sua superação só será possível no interior de uma totalidade na qual deverá conter o programa político de ruptura com a dominação burguesa. Ao contrário, o esporte, na forma de mercadoria, continuará sendo mais um elemento de sustentação do modo de produção capitalista, mascarando assim o acirramento da “questão social”. (PENNA, 2011, p. 159)

É importante considerar que tais aspectos relatados na citação acima podem se traduzir também em diversos outros elementos da Cultura Corporal, como as

danças, brincadeiras, jogos, lutas, e todas as possibilidades criativas humanas pelo movimento e corpo se direcionadas aos aspectos pedagógicos e de materialização de políticas da ordem dominante a partir dos interesses da classe dominante. Sendo assim, urge a necessidade de ampliação do entendimento da contextualização das práticas corporais e instrumentalização dos seus mais variados significados e complexidades, entendendo-os também como potentes à avanços articulados ao questionamento da ordem social estabelecida. O esporte é apenas um exemplo imediato de mobilização em massa trazido que ocupa papel de destaque nas produções.

Partindo à análise do artigo 1, intitulado “A prática da educação física, da atividade física e do esporte é um direito fundamental de todos”, observamos a presença de 7 tópicos numerados de 1.1 a 1.7.

Tal artigo tem como síntese de seus tópicos a preocupação com o caráter do que considerem como “inclusivo” das práticas associadas à Educação Física para os mais variados grupos sociais. Entre eles, aparecem as mulheres, os povos indígenas e as mais variadas minorias políticas, além da discussão sobre a diversidade do patrimônio cultural, reafirmando um pequeno avanço, embora ainda disperso epistemologicamente, sobre o entendimento da Educação Física para além somente das práticas esportivas ou de exercícios físicos sistematizados para a saúde.

É necessário, contudo, que façamos com cautela tal análise, pois, como já discutimos, são também formas de apropriação e uso de todos os outros elementos da Cultura Corporal para a materialização do projeto político dominante em suas mais variadas frentes, sejam elas diretamente político-econômicas, sejam ideologicamente. Podemos observar tal afirmação no tópico 1.5 do artigo:

A diversidade da educação física, da atividade física e do esporte é uma característica fundamental do seu valor e atração. Jogos, danças e esportes, tradicionais e indígenas, também em suas formas modernas e emergentes, demonstram o rico patrimônio cultural do mundo e devem ser protegidos e promovidos (UNESCO, 2015a, p. 3).

Apesar da óbvia constatação da necessidade de entendimento da riqueza de práticas corporais produzidas ao longo da história com as suas mais variadas complexidades, apesar da frágil conceituação e separação entre Educação Física, atividade física e esporte e dispersão do lugar dos outros elementos, é possível

observar também o apontamento para proteção e promoção direcionadas às práticas corporais de povos originários.

Em confronto com a realidade e levando em consideração os interesses de classe, podemos constatar que tal promoção se dá objetivamente pelas relações de mercantilização, esportivização e se articulam à estrutura neoliberal e suas contradições em relação a estes povos. Como exemplo material de tal afirmação, é possível citar os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (JMI), ação que tem, inclusive, a ONU como protagonista, em concretude exemplar destas orientações que estamos discutindo.

O JMI, em sua primeira versão (2015), reuniu mais de cinco mil participantes de 23 países e enfrentou forte resistência e protestos de algumas etnias brasileiras no meio do ciclo de megaeventos que o Brasil sediou.

Duas etnias do Tocantins que haviam sido convidadas para o evento, os Krahô e os Apinajé, decidiram não participar e divulgaram notas com críticas ao governo e ao Congresso Nacional.

Os Guarani-Kaiowá estão divididos: haverá uma delegação da etnia, mas algumas lideranças também criticaram o evento em uma carta.

Em entrevistas à BBC Brasil, Antônio Apinajé e Renato Krahô disseram que "esse não é o momento de festejar", já que povos indígenas vêm enfrentando "um momento difícil", com a demora na demarcação de terras, conflitos violentos com fazendeiros e invasões de territórios já homologados por madeireiros e garimpeiros

Eles reclamam ainda do sucateamento da Fundação Nacional do Índio (Funai) e acusam o governo de usar os Jogos para desviar o foco desses problemas.

"Os povos indígenas estão vivendo alguns problemas graves. O volume de dinheiro que está sendo gasto (com os Jogos) podia estar sendo investido em saúde, na demarcação de terras, no monitoramento (dos territórios demarcados), pois tem muita terra sendo invadida. Aí o governo inventa um evento desse, usando a imagem dos índios para dizer que está tudo bem", critica Apinajé.

Para ele, os Jogos não trarão benefícios para os povos indígenas e são "um circo para turista ver". Krahô reclama que os povos do Tocantins não teriam sido convidados para participar da organização do evento e diz que o objetivo principal é movimentar a economia de Palmas (SCHREIBER, 2015).

Em reportagem, em outro canal de comunicação, é possível verificar ainda maior direcionamento de denúncias às políticas de genocídio dos povos indígenas vindas do governo federal à época e sua relação com o grande empresariado do setor do agronegócio:

O documento ainda responsabiliza o governo federal por "promover" o "genocídio" da comunidade Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Os caciques Krahô também se negam a participar de evento que recebe o apoio da ministra da

Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, por considerá-la “uma das principais responsáveis pelo avanço do movimento anti-indígena” no Brasil. “Não podemos permitir que nosso povo e nossas tradições sirvam de vitrine para esse governo mostrar à sociedade uma parceira que na verdade não existe na prática”, afirma o ofício, que acrescenta: “Nós não pintamos nossos corpos para sairmos bonitos na foto, pintamos para representar nossa história, conquistas e tradições. Portanto, quem quiser fazer fotos dos Krahô, venham participar de nossos jogos tradicionais. Desta forma, qualquer cidadão do mundo poderá conhecer nossa cultura”. Por fim, os caciques da etnia Krahô pedem que imagens e o nome da tribo não sejam utilizados em materiais que sirvam para promoção dos Jogos Mundiais Indígenas. (O PROGRESSO, 2015) <http://oprogressonet.com/tocantins/etnia-kraho-se-recusa-participar-dos-jogos-mundiais-indigenas/61299.html>

Chama atenção a repulsa destes povos à ação e evidenciam as contradições dos apontamentos da UNESCO e sua articulação direta ao projeto neoliberal e apropriação das discussões inclusivas, que não são, de fato, radicalmente consequentes com os interesses dos povos indígenas, ficando na esfera do discurso “progressista” falseado dentro da ordem dominante.

O posicionamento do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) traz ainda algumas informações que colocam em contradição tais jogos. Entre eles, apontam os principais problemas com as perguntas “para quê?” e “para quem?” levantando seus principais problemas, como podemos observar abaixo:

Gastos não prioritários – Em 2014, a Funai recebeu apenas R\$ 10 milhões para regulamentar as cerca de 700 terras indígenas em todo país (de acordo com o próprio órgão indigenista), além de ter seu quadro de servidores bastante reduzido por falta de recursos. Por outro lado, o orçamento previsto para a realização do I Jogos Mundiais está estimado em mais de R\$ 100 milhões (segundo a Secretaria Municipal Extraordinária dos Jogos Indígenas);

Distorção da realidade – oferecer diversão e divulgar amplamente um evento “bonito” para aparentar que os povos indígenas vivem bem no Brasil e têm seus direitos respeitados; além de tirar o foco das denúncias de corrupção e da atual crise política e econômica; Baixa participação – dos 305 povos indígenas do Brasil, apenas 26 estarão participando dos Jogos; dos dez povos que vivem em Tocantins somente quatro participarão;

Folclorização – jogos e atividades tradicionais, que compõem a própria organização social, realizados fora do território indígena, para exibição, sempre carregam em si a ameaça de uma transformação da própria cultura em folclore e a reafirmação da condição de que os indígenas são “exóticos”; Capitalização – brincadeiras, atividades lúdicas e jogos tradicionais, alguns realizados dentro de rituais sagrados, são desvinculados dos seus propósitos originais e inseridos em um ambiente de competição vinculada à comercialização, característica do sistema capitalista;

Longe de ser prioridade – a realização dos Jogos Mundiais não é uma demanda do movimento indígena e nem está vinculada a ele (CIMI, 2015. p. 5).

Tais questões demonstram as reais contradições do campo da Educação Física e do discurso inclusivo e de sua tentativa pacificadora em utilização política nos marcos neoliberais, deixando clara e óbvia sua não neutralidade e essencialidade positiva como parece figurar em diversos momentos no documento.

Chama atenção também a seriedade de discussão feita no posicionamento anterior sobre as práticas corporais e seu processo de mercantilização e diminuição dos significados culturais e político-históricos de forma muito mais avançada que o tratamento geral dado pela UNESCO, abrindo margem para que o apontamento de “promoção” das práticas corporais destes povos sejam, na verdade, sequestradas pela lógica capitalista.

O tópico 1.6 versa sobre as oportunidades de alcance pleno por parte de todos os seres humanos a níveis de realização de práticas corporais que correspondam a seus interesses, como podemos observar no trecho seguir: “Todos os seres humanos devem ter oportunidades plenas de alcançar um nível de realização que corresponda a suas capacidades e a seus interesses, por meio da educação física, da atividade física e do esporte.” (p. 3).

Além das discussões já feitas que se relacionam a diversos marcadores sociais tomando a Lei de Incentivo ao Esporte como exemplo, é possível refletirmos também sobre os fatos reais de condições da classe trabalhadora neste acesso, em especial no processo de uberização e acirramento do desemprego como elemento da crise estrutural.

As reais oportunidades de alcance de níveis de realização de exercícios, na verdade, não correspondem ao sentido da saúde, do lazer, da autonomia corporal ou da apropriação da própria história pela realização de alguma prática. A realização do exercício na contemporaneidade capitalista por grande parcela da população corresponde a níveis de necessidade concreta da garantia das condições materiais de existência.

É possível observar o nível de exaustão, de distância e tempo dignas de pesados treinamentos naturalizados, na maratona diária, em busca da próxima refeição, como podemos identificar nos trechos da reportagem abaixo:

(...) Já o entregador que usa bicicleta, por sua vez, vive uma espécie de paradoxo: por mais que a tecnologia faça a roda do delivery girar, o

trabalho dele depende essencialmente da força física. Quanto mais ele pedalar, quanto mais quilômetros percorrer pela cidade, maior será sua remuneração.

Por isso, os ciclistas ouvidos pela reportagem relataram fazer jornadas de mais de 12 horas diárias, trabalhar muitas vezes sem folgas e até dormir na rua para emendar um horário de pico no outro, sem voltar para casa. (...)

Um deles é Carlos Henrique Lima, de 18 anos, de Cotia, cidade da Grande São Paulo. Todos os dias, ele pedala os 30 km que separam sua casa do bairro de Pinheiros. "Isso é só na ida, parça", afirma. Contando ida, volta e entregas, ele percorre por volta de 80 km diários, diz.

Sai de casa às 9h, pedalando pela rodovia Raposo Tavares até chegar à capital, às 10h30. Como a maioria, ele não usa - e as empresas não fornecem - equipamentos de segurança, como capacetes.

Depois, Carlos participa de um programa do iFood conhecido como "OL" - os entregadores chamam de "onda". Das 11h às 13h, ele trabalha para apenas um restaurante. Ganha R\$ 20 por esse período e mais R\$ 1,50 por refeição entregue. Também recebe uma marmita para almoçar (...) (MACHADO, 2019).

Sendo assim, é esse o acesso concreto a partir do interesse imediato de sobreviver. Pedalar não se torna prazeroso ou sistematizado para qualquer objetivo que vá para além de correr atrás do próprio prato a partir do levar o prato de outros nas costas.

Seguindo ao artigo 2, intitulado "A educação física, a atividade física e o esporte podem proporcionar uma ampla gama de benefícios às pessoas, às comunidades e à sociedade em geral", identifica-se um caráter de análise da Educação Física e das práticas corporais pelas suas potencialidades pedagógicas comportamentais, relacionados à saúde de variadas ordens, às habilidades motoras e a questões sociais de forma mais direta. O artigo conta com 6 tópicos de 2.1 a 2.6.

Dois emergem. São eles:

2.3 A educação física, a atividade física e o esporte podem melhorar a saúde mental, o bem-estar e a capacidade psicológica, ao aumentar a confiança corporal, a autoestima e a função cognitiva, ao diminuir o estresse, a ansiedade e a depressão, e ao desenvolver uma ampla gama de habilidades e qualidades, como a cooperação, a comunicação, a liderança, a disciplina, o trabalho em equipe, todos os quais contribuem para o êxito durante a participação, o aprendizado e em outros aspectos da vida

2.6 Para a sociedade em geral, a educação física, a atividade física e o esporte podem trazer importantes benefícios de saúde, sociais e econômicos. Um estilo de vida ativo ajuda na prevenção de doenças cardíacas, diabetes, câncer e obesidade, bem como na redução de mortes prematuras. Além disso, eles reduzem custos relacionados à saúde, aumentam a produtividade e fortalecem o engajamento cívico e a coesão social (p. 3-4).

Nos dois trechos acima, a visão da educação física em seu aspecto não problematizador da realidade retorna. Palavras como "habilidades", "qualidades",

“liderança”, “disciplina”, “engajamento cívico” e “coesão social” se repetem em variados contextos. Típicas da estruturação neoliberal e dos apontamentos que versamos até aqui, tal tópico demonstra a afirmação material no documento da utilização da EF dentro destes marcos.

Em diálogo com outro documento de mesmo ano da Carta (2015), as “Diretrizes em Educação Física de Qualidade: para gestores de políticas” (UNESCO, 2015b) que orienta concretamente com exemplos, perguntas e respostas chaves na estruturação de políticas públicas para o campo, identificamos também forte apelo deste entendimento em relação intrínseca ao neoliberalismo, citando diretamente o século XXI e as supostas habilidades a serem formadas neste momento que a EF poderia contribuir.

Em resposta para a pergunta “por que investir?” (referindo-se ao investimento nas políticas associadas à EF) neste documento citado, há a seguinte sustentação:

Instrução física e engajamento cívico – a educação física, como a única disciplina curricular cujo foco combina o corpo e a competência física com a aprendizagem e a comunicação baseada em valores, fornece uma porta de entrada de aprendizagem para aumentar as habilidades necessárias para o sucesso no século XXI (UNESCO, 2015b, p. 6).

Também já na apresentação, a visão da educação física é direta, como podemos observar: “A nossa visão é clara: o esporte e a educação física são essenciais para a juventude, para vidas saudáveis, para sociedades resilientes e para combater a violência” (UNESCO, 2015b. p.4).

Tais críticas aqui colocadas aos aspectos comportamentais e a função da EF não significa menosprezar e negar a dimensão valorativa, mas entendê-la política sem mecanicismo e em funcionamento articulada a determinada base material (neste caso, o capitalismo em sua face neoliberal). Entendendo assim os valores e a ética como parte da sociabilidade humana e necessárias também para a orientação para o próprio processo de emancipação. Valores solidários, coletivos, no apontamento para um novo ser humano em rompimento com o individualismo, tendo responsabilidade para compreender o marxismo em sua complexidade que não nega a construção de valores, mas os entende associados a determinada sociedade que expressa a luta de classes também através da significação dos valores (IASI, 2020)

Sendo assim, o uso do caráter de colaboração e de aspectos amplos nas passagens dos documentos se mostra na perspectiva de normalização de seu caráter

político e uso nos marcos desta sociedade. O uso da disciplina curricular EF para aumento das habilidades específicas necessárias para o indivíduo alcançar o suposto “sucesso” no século XXI chama também bastante atenção. Ora, se entendemos que tais habilidades são materialmente a incorporação da resiliência exposta na passagem anterior como naturalização da intensa precariedade de diferentes formas, do passar por cima de todas as adversidades e de individualizar problemas sociais estruturais, a EF incorpora como campo, novamente, a função de ser mais um potente instrumento de tentativa da pacificação da luta de classes e do encobrimento desta sociedade contraditória e expropriadora.

Se o papel da EF se consolida ao aspecto do treinamento de habilidades para o século XXI, entenderemos que o projeto de corpo/indivíduo a ser formado é aquele que pedalará por mais de 12h por dia em busca de seus salários e repetirá para si mesmo em lógica empreendedora, em aumento da velocidade nos pedais, sem direitos trabalhistas, que tais esforços se fazem necessários para um dia alcançar condições melhores que só dependem de sua própria exaustão. Logo: corpos resilientes na barbárie das mais variadas formas.

Dando prosseguimento ao documento da Carta Internacional, temos o artigo 3 intitulado: “Todas as partes interessadas devem participar da criação de uma visão estratégica que identifique as opções e as prioridades políticas” com mais 6 tópicos numerado de 3.1 a 3.6.

O tópico 3.4 traz o encaminhamento sobre o fortalecimento ao voluntariado nas estratégias e políticas para o campo da Educação Física, como em tela no trecho abaixo:

3.4 As estratégias e políticas relativas à educação física, à atividade física e ao esporte devem prestar apoio especial ao voluntariado, para assegurar sua participação e desenvolvimento contínuos, para fortalecer o respeito pela liberdade de associação e para reconhecer sua contribuição para uma cultura democrática (UNESCO, 2015a, p. 4).

Melo (2011) reflete sobre a questão do voluntariado associado ao campo das políticas do lazer e megaeventos. É importante entender a questão da redução de gastos, do avanço do entendimento de uma suposta crença em ajuda coletiva, a partir do próprio trabalho não remunerado, ou de positivar a própria imagem no mercado de trabalho, potencializar o currículo ou adquirir vivências. Ao grande empresariado materialmente o que significa é a exploração direta sem nenhum tipo de retorno da

força de trabalho de jovens e de pessoas de outras faixas etárias que se sentem importantes na contribuição social. Tal encaminhamento, portanto, também é pedagógico. Diz o autor:

A consecução de um novo modo de ser e de apreender a realidade, compatível com um ordenamento social produtor de um amplo desemprego, diminuição paulatina das políticas sociais e da própria atuação estatal nesse sentido, demanda uma intensificação da ação pedagógica dos intelectuais orgânicos do capital. Sem acreditar na tese de falseamento da realidade para lograr a manutenção da dominação de classe, é preferível a tese de que ações como voluntariado, responsabilidade social empresarial, a difusão de uma atuação em organismos na sociedade civil prestando serviços sociais financiados seletivamente pelo Estado permitem uma entrada de diversos segmentos da classe trabalhadora nas bases do projeto neoliberal por dois mecanismos. Primeiro na condição de trabalhador desses organismos, permitindo, momentaneamente não estar no exército industrial de reserva, malgrado a grande possibilidade de estar numa relação precarizada no mundo do trabalho, como é peculiar dos chamados projetos sociais em diversos campos. Segundo, o próprio fato de ser atendido nesses programas, e em muitos casos isso se configurar como única possibilidade de resolução de questões prementes no campo da saúde, educação, assistência, esporte/lazer configura campo favorável para a educação do consenso (MELO, 2011, p. 145).

A desresponsabilização da garantia de direitos pelo Estado e o repasse aos caminhos individuais em flerte com heroísmo e filantropia cristã na autossatisfação por um suposto bem maior social é extremamente presente na Educação Física. A diminuição dos custos adquirido pelo trabalho voluntário é inclusive expresso como aconselhamento a partir de tais políticas, mesmo que por outro lado as grandes empresas lucrem profundamente com tais ações. Melo (2011) identifica estas questões já em documentos produzidos anteriormente pela ONU, como é possível visualizar na seguinte citação:

Para além dessa dimensão política, o relatório da ONU reconhece explicitamente como os governos podem economizar recursos na execução das políticas sociais de esporte com a atuação dos chamados voluntários. Isso se explicita no exemplo britânico de que a “contribuição feita ao esporte por voluntários é estimada como sendo maior do que o financiamento do governo e da loteria juntos. Voluntários são recurso-chave no esporte para os programas de desenvolvimento (...)” (ONU-FORÇA TAREFA..., 2003, p. 25). Nesse caso, é notório o alerta a outros líderes burgueses como o incentivo do trabalho voluntário altera até o mesmo o financiamento das políticas de esporte (MELO, 2011, p. 190).

Os quase 10 anos passados do trabalho de Melo (2011) mostram que os organismos internacionais atualizam seus encaminhamentos em consonância com as

estratégias político-econômicas e a demanda capitalista, mantendo aspectos centrais de sua atuação ético-política no âmbito da Educação Física.

Para materialmente vermos os números de lucro dos megaeventos que contam com forte discurso de sustentação do voluntariado, podemos citar a Copa do Mundo de 2014, evento de cifras históricas para a Fifa, sem contar todos os outros setores e empresas envolvidas no evento que também se beneficiaram de diferentes formas. De acordo com Capelo (2015):

A Copa do Mundo realizada no Brasil foi, por muito, a mais lucrativa da história da Fifa. A entidade faturou US\$ 5,7 bilhões entre 2011 e 2014, equivalentes no câmbio atual a R\$ 18,6 bilhões, segundo **balanço financeiro** publicado na manhã desta sexta-feira. A receita é 37% maior do que a obtida com a África do Sul, de 2007 a 2010, quando a Fifa arrecadou US\$ 4,1 bilhões. Também corresponde a mais do que o dobro da Alemanha, entre 2003 e 2006, quando a receita bateu US\$ 2,5 bilhões, e mais de três vezes o valor que foi levantado no ciclo de Japão e Coreia do Sul, entre 1999 e 2002, que somou US\$ 1,8 bilhões (CAPELO, 2015).

A presença do voluntariado nesta Carta analisada, portanto, é concretamente lucro a partir do discurso difundido de responsabilidade social, “solidariedade” nos marcos valorativos do capital e falseamento de benefícios coletivos e individuais, que, caso existam em específicas situações, é de longe o real interesse destas grandes entidades e corporações burguesas, muito menos fim destas ações.

No tópico 3.6 temos o seguinte direcionamento associando a ampliação do acesso à Cultura Corporal e ao lazer com os eventos esportivos de forma integrada, como exposto abaixo:

3.6 Estados e municípios que considerarem sediar grandes eventos esportivos devem integrar essa opção à sua estratégia de longo prazo para a educação física, para a atividade física e para o esporte, a fim de apoiar e ampliar a participação na atividade física, bem como ajudar a aprimorar a coesão social (p. 5).

Tal direção é fundamental, porém as políticas públicas de democratização do lazer, enquanto direito, aparecem na concretude submissas aos eventos esportivos esporádicos ou seus calendários, sendo, na verdade, fundamental à classe trabalhadora a estruturação de uma política de lazer permanente, fato que os grandes ou megaeventos demonstram afastar significativamente da realidade, submetendo o acesso democrático do lazer aos interesses financeiros de grandes corporações.

Tomaremos como exemplo a ampliação da retirada de espaços públicos de lazer, de programas, projetos e até mesmo locais de socialização em comunidades com o ciclo de megaeventos no Brasil, indo na contramão do trecho citado do documento, ampliando assim negados ao invés de legados com o aumento da violência estatal de diferentes formas.

O caso do fim do estádio de atletismo Célio de Barros com projetos de demolição junto ao parque aquático Julio de Lamare no complexo do Maracanã são marcantes. Esses espaços que eram utilizados por moradores em seu entorno, através de variados projetos, se dobraram aos interesses capitalistas deste ciclo que consolidou o fortalecimento das políticas neoliberais, na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil, a partir de formas brutais.

O estádio histórico para a modalidade virou um grande estacionamento com a presença patética de uma arquibancada que acompanhava vazia o entusiasmante entra e sai de caminhões e carros. Esse espaço também foi transformado em local para sediar shows variados com altos valores de ingresso. No trecho de reportagem abaixo, fica em evidência os interesses privados no complexo do Maracanã:

No ano de 2013 a pista de atletismo foi totalmente soterrada e deixou de existir. Após os torneios Fifa, o local também passou a ser usado como estacionamento pelo consórcio (formado na época por Odebrecht, IMX e AEG) que assumiu a administração do Maracanã, e também pela Suderj e pela Secretaria estadual.

"Implodiram a torre de controle, que tinha um relógio que custou R\$ 120 milhões, quebraram e deixaram totalmente inutilizada a gaiola de provas, com custo de 25 mil dólares [R\$ 95 mil], além de outros equipamentos que foram adquiridos ou construídos durante os Jogos Pan-Americanos de 2007", disse Carlos Alberto Lancetta para a reportagem.

Ele foi ex-presidente da Federação de Atletismo do Rio de Janeiro por quatro mandatos, renunciando ao cargo em agosto de 2016

Lancetta saiu desgastado após anos tentando evitar que o Célio de Barros fosse totalmente destruído.

"Queriam fazer um shopping. Tinham programado a demolição das arquibancadas, com dinamite. Já não tinha restado muito, mas se fizessem isso seria o fim definitivo de um local histórico para o atletismo do Brasil. **Conseguí uma liminar por meio da Defensoria Pública da União** e é ela que até hoje que assegura a existência do Célio de Barros", disse.

Lancetta afirma que no período em que foi "resistência" sofreu diversas ameaças e ofertas nada éticas para retirar a liminar. "Não cedi e só minha família sabe o que passei. Mas veja só onde estão os ex-governadores do Rio?", disse, lembrando da prisão de Sergio Cabral e Luiz Fernando Pezão, ex-governadores do Estado (VALENTE, 2019).

Além dos espaços citados se faz fundamental lembrar dos processos de remoção vividos, em especial pelas favelas próximas às áreas de jogos dos eventos

sediados. No Rio de Janeiro, destacaram-se a Metrô-Mangureira e a Vila Autódromo, localizadas na região do Maracanã e Parque Olímpico, respectivamente.

A comunidade da Vila Autódromo, uma das únicas no Rio de Janeiro sem presença ou controle pelo tráfico ou milícia, foi emblemática na luta pela moradia, na denúncia à especulação imobiliária e sofreu diferentes tipos de violência por parte da prefeitura do Rio de Janeiro, à época, personalizada por Eduardo Paes (PMDB).

Além de agressões físicas pela guarda municipal à idosos, mulheres, crianças, constante vigília e barulhos feitos pelas máquinas da prefeitura durante a madrugada propositalmente, derrubada das casas com móveis em seu interior, houve também demolição de espaços de convivência e lazer construídos pelos moradores, como o caso do parquinho para crianças e campo de futebol. Portanto, indo, como não surpreendente, no caminho inverso ao tópico 3.6, além do óbvio não direito de acesso aos ginásios e estádios construídos no entorno aos remanescentes desta luta durante ou após a realização dos eventos.

Sobre o processo de remoção, identificamos em tela abaixo algumas questões e desabafos relatados pelos moradores:

“Por que eu preciso sair da minha casa para um evento que vai durar 18 dias se eu vivo aqui há 20 anos e a comunidade existe há 40? É muito injusto, e sabemos que o motivo real não é a Olimpíada”, afirma a jovem Nathalia Silva manifestando o absurdo dos que a obrigam a abandonar o lugar em que cresceu sob o pretexto do grande evento esportivo (...)
 (...) Um total de 20 famílias de uma comunidade que somente dois anos atrás possuía quase 600 (com 3.000 pessoas) conseguiram permanecer na favela, vizinha ao Parque Olímpico e objeto de uma forte especulação imobiliária (...) (SASTRE, 2016).

Dona Maria da Penha foi uma ilustre personagem na luta pela permanência e reurbanização das casas das poucas famílias que restaram no território original da comunidade. Sofreu duras agressões de diferentes formas, mas se manteve de punho erguido na defesa da sua própria história e de seus vizinhos. Sobre o processo, podemos identificar sua visão na citação abaixo seguida de sua filha Nathalia:

(...) “As pessoas às vezes pensam no pobre como lixo para ser removido. Não somos lixo, somos pessoas com direitos que precisam ser respeitados. Eu lutei para demonstrar que temos voz e que existe uma solução, só é preciso que o povo lute com dignidade”, explica Maria da Penha, mãe de Nathalia e símbolo de resistência da sempre ameaçada Vila Autódromo. Fiel aos seus pensamentos, nunca aceitou indenização e se mudar ao complexo urbanístico Parque Carioca – projeto de recolocação dentro do programa

estatal Minha Casa Minha Vida – até mesmo quando sua casa foi demolida e precisou buscar abrigo na igreja local. (...)

(...) “Sua principal estratégia foi *dividir para ocupar*. Dividiram até famílias: o esposo queria sair, a esposa não; um filho sim, o outro irmão não... a desarmonia foi total”, lembra Nathalia. As negociações passaram a ser individuais, as chamadas nas portas das casas contínuas e até violência física foi utilizada. Uma data não sai de sua cabeça: 3 de junho de 2015. Nesse dia, junto com outros moradores, sua mãe foi agredida pela Tropa de Choque ao tentar impedir a retirada por ordem judicial de uma família da comunidade. O despejo foi evitado graças à criação de um cordão humano e a transmissão ao vivo por parte de alguns veículos da imprensa (...) (SASTRE, 2016).

Por fim, a observação que fica por parte de uma das moradoras sobre o acesso às práticas corporais, colocando em xeque o “legado olímpico” é a seguinte:

Além disso, são muitos os moradores da favela que também se queixam do escasso *legado social* que esse tipo de evento dá como retorno quando acaba. Por exemplo, no Parque Olímpico estão o Centro Aquático Maria Lenk e o ginásio Rio Arena, ambos herança dos Jogos Pan-americanos de 2007. “Mas não existe uma só criança de nossa comunidade que vá nadar lá”, se lamenta Dalva Chrispino (SASTRE, 2016).

Caminhando à análise do artigo 4 intitulado: “Os programas de educação física, atividade física e esporte devem estimular a participação ao longo da vida” contando com 4 tópicos listados de 4.1 até 4.4. Seus tópicos versam sobre a oferta das práticas corporais para estímulo e familiarização dos indivíduos com as formas de vivenciá-las levando em consideração sua sistemática, regras e comportamento nestes espaços, além da preocupação com a qualidade nas ofertas e possibilidades de avaliação da efetividade das políticas de atendimento aos beneficiários.

Um dos tópicos versa diretamente sobre a EF enquanto componente curricular obrigatório, reivindicando a importância de sua presença nas grades curriculares na educação básica, como podemos visualizar no trecho seguinte:

4.3 Por ser a única área dos currículos escolares dedicada ao desenvolvimento da competência e da confiança dos alunos no esporte e na atividade física, a educação física oferece uma via de acesso para o desenvolvimento de habilidades, atitudes e conhecimento necessários para a prática da atividade física e do esporte ao longo da vida; portanto, aulas de educação física inclusivas e de qualidade, ministradas por professores de educação física qualificados, devem ser obrigatórias em todas as séries e em todos os níveis de educação (UNESCO, 2015a, p. 5).

Apesar da importante reafirmação sobre a obrigatoriedade da disciplina nas escolas, é possível perceber novamente pela separação a evidência que é dada a um dos elementos da Cultura Corporal (o esporte), assim como ocorre em todo o documento (embora inicie considerando a EF de forma mais ampla, como apontamos já nesta análise). Algumas contradições fundamentais sobre o aspecto inclusivo que é citado no tópico são possíveis de serem colocadas e, apesar de não estar posto diretamente, a clareza no posicionamento político-pedagógico no campo pelo caráter central do esporte e sua apropriação pelo projeto histórico capitalista se faz presente.

O clássico livro “Metodologia do Ensino da Educação Física” (1992) traz algumas reflexões que ilustram a articulação entre os aspectos políticos da prática pedagógica. Podemos as utilizar como base de reflexão para desvelar alguns sentidos da Educação Física e dos encaminhamentos trazidos no documento:

(...) Sendo a Educação Física uma prática pedagógica podemos afirmar que ela surge de necessidades sociais concretas que, identificadas em diferentes momentos históricos, dão origem a diferentes entendimentos do que dela conhecemos.

No âmbito da escola, os exercícios físicos na forma cultural de jogos, ginástica, dança, equitação surgem na Europa no final do século XVIII e início do século XIX. Esse é o tempo e o espaço da formação dos sistemas nacionais de ensino característicos da sociedade burguesa daquele período. Esse tempo e espaço, ou seja, a Europa de fins do século XVIII e início do século XIX constitui-se em palco da construção e consolidação de uma nova sociedade - a sociedade capitalista - onde os exercícios físicos terão um papel destacado.

Para essa nova sociedade, tornava-se necessário "construir" um novo homem: mais forte, mais ágil, mais empreendedor.

Como a riqueza produzida por essa nova sociedade "pertencia" a poucos, a miséria como seu avesso "pertencia" a muitos: exatamente àqueles que produziam a riqueza exaurindo as forças de seu próprio corpo.

Isso mesmo, a força física, a energia física, transformava-se em força de trabalho e era vendida como mais uma mercadoria, pois era a única coisa que o trabalhador dispunha para oferecer no "mercado" dessa chamada "sociedade livre" (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 34).

O livro também traz à luz o processo de relação humana, apropriação individual, coletiva e intencionalidade com a Cultura Corporal, terminando com a necessidade de entendimento dialético entre os interesses individuais e da sociedade no trato escolar deste conteúdo, como é possível observar no seguinte trecho:

O homem se apropria da cultura corporal dispondo sua intencionalidade para o lúdico, o artístico, o agonístico, o estético ou outros, que são representações, idéias, conceitos produzidos pela consciência social e que chamaremos de "significações objetivas". Em face delas, ele desenvolve um "sentido pessoal" que exprime sua subjetividade e relaciona as significações

objetivas com a realidade da sua própria vida, do seu mundo e das suas motivações. Segundo Leontiev (1981), as significações não são eleitas pelo homem, elas penetram as relações com as pessoas que formam sua esfera de comunicações reais (...)

Por essas considerações podemos dizer que os temas da cultura corporal, tratados na escola, expressam um sentido significado onde se interpenetram, dialeticamente, a intencionalidade/objetivos do homem e as intenções objetivas da sociedade (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 41-42).

Sendo assim, entendendo que, na prática pedagógica, não há dissociação das intencionalidades de determinado modo de produção e, conseqüentemente, da sociedade em que a mesma está inserida, podemos avançar para a análise das apropriações das práticas corporais com fins educativos para o capital e, em especial, sobre a ampla reafirmação em um elemento específico (o esporte). A focalização no esporte é discutida por Penna (2011), enquanto potente difusor ideológico da sociedade burguesa. Seu papel de destaque no documento evidencia tal questão diretamente ou nas entrelinhas. Reflete a autora sobre este elemento da Cultura Corporal:

O esporte vem contribuindo para a satisfação de antigas necessidades que, ao serem contempladas, logo desenvolvem outras e infinitas novas “falsas necessidades”. Este é, entre outros, um dos aspectos que contribuem para a perpetuação do ciclo vital à evolução histórica do capital, pois trata-se das condições para a sua produção, reprodução e expansão continuadas.

A condição acima justifica o lugar de destaque do esporte junto aos mecanismos que servem à ideologia dominante. Nesta posição, em esporte se lança em prol da construção de um novo cenário no qual, supostamente, se produza a universalização da paz burguesa entre os povos do planeta. Esta busca por consenso demonstra a necessidade de produção de medidas que deem conta de subsidiar, pelo maior tempo possível, com o máximo de eficiência, a aparente vitalidade do sentimento de tolerância frente àquelas questões que, ao contrário da forma como têm sido manipuladas, trazem em suas origens as marcas da relação entre cultura e história. Relação que, apesar de guardar muito de suas especificidades, próprias de cada região do planeta, tem assimilado historicamente as influências materiais e ideológicas do modo de produção capitalista (PENNA, 2011, p. 71).

Assim como noutros tempos capitalistas, os elementos da Cultura Corporal foram adequados de modo a fortalecer e educar a classe trabalhadora, a partir de seu caráter pedagógico para o consenso, ou, diretamente, para a preparação física necessária ao modo de produção em sua determinada fase histórica. Atualmente, no neoliberalismo, não é diferente.

O papel da escola se faz central para esta consolidação e o esporte tem sido elemento principal no campo da Educação Física. Para dar materialidade a essa

afirmação, é possível encontrar diversas matérias e ações que relacionam a formação empreendedora, logo, a naturalização das condições precárias com a ausência dos direitos básicos responsabilidades do Estado, com o esporte. É o caso da produção em sítio virtual chamada: “Como o esporte pode levar empreendedorismo à sala de aula” por parte do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em sua sessão “Centro de Referência em Educação Empreendedora”. Visualizemos abaixo:

Embora haja rivalidade durante campeonatos, algo é consenso entre os amantes de esporte: ele une e engrandece. Muitas empresas convidam atletas para fazerem palestras às suas equipes ou treinam sua liderança com base nos preceitos esportivos por reconhecerem a proximidade que o esporte tem do empreendedorismo.

Também é unanimidade que o esporte é uma paixão das crianças e jovens. Por que não juntar os dois mundos e promover verdadeiras aulas de empreendedorismo enquanto seus alunos se divertem? (...)

(...) Transformar imprevistos em oportunidades

Quando o juiz apita ou a partida tem início, tudo, dali para frente, é inesperado. Por mais que a equipe treine jogadas ensaiadas e estude a fundo o perfil do oponente, é impossível prever o resultado final. Por isso, todo atleta deve estar preparado para lidar com as situações mais diversas que aparecerem no caminho. Isso inclui chuva, vento, lesões, expulsões ou, simplesmente, um adversário que apresenta uma performance melhor do que a esperada. Assim também é na vida e no mundo dos negócios.

Que tal criar uma competição entre os estudantes? No meio da partida, você pode inserir elementos inesperados e deixar a criatividade rolar solta. Retire um jogador, acrescente um obstáculo, dê vantagens ao time adversário e, depois da partida, converse sobre como eles se sentiram e quais maneiras usaram para driblar os imprevistos (SEBRAE).

É substancial o diálogo dessa ação vinda de um braço do empresariado nacional com os apontamentos do documento da UNESCO, que estamos analisando nesta parte do trabalho, em especial sobre a apropriação do esporte como educativo nos marcos do empreendedorismo pela internalização da uberização já nas escolas. Em intencionalidade direta de atendimento às indicações específicas ou pelo posicionamento da entidade, se tornam claras as relações, do ponto de vista político-pedagógico, da apropriação da Educação Física e das práticas corporais pela lógica neoliberal.

A valorização do atleta como figura que personifica os valores e habilidades ideais para o sucesso nos marcos dominantes, o uso do caráter mobilizador dos esportes e sua influência nos jovens e crianças, e, principalmente, a ressignificação

dos imprevistos em oportunidades com a simulação de um jogo injusto, não para desvelar a essência deste jogo e o questionar, mas sim para pensar em soluções de o transpor respeitando as regras evidentemente erradas, são extremamente palpáveis para entendimento do funcionamento social e do uso oportunista da EF na educação básica em contribuição para difundir a postura pacífica e individualizante na formação dos indivíduos.

Dando prosseguimento à análise, temos no artigo 5 do documento o título: “Todas as partes interessadas devem assegurar que suas atividades sejam sustentáveis, nos planos econômico, social e ambiental” com tópicos de 5.1 a 5.4 versando sobre a necessidade da atenção que as ações relacionadas ao campo da EF precisam ter com a sustentabilidade em diferentes prismas, como deixa claro o título. Porém há uma maior centralidade na preocupação com o meio ambiente.

Nesse artigo, destacamos o seguinte tópico:

5.2 Considerando que o aumento do consumo de produtos esportivos pode ter impactos positivos na economia global, as indústrias devem se responsabilizar pelo desenvolvimento e pela incorporação de práticas benéficas à sociedade e ao meio ambiente (UNESCO, 2015a, p. 5-6).

No tópico 5.2, há uma afirmação sobre os supostos “impactos positivos” no aumento do consumo de produtos da indústria esportiva para a economia mundial. De fato, a indústria esportiva movimenta cifras consideráveis com a dominância dos grandes monopólios que atuam em seu setor. Em estudo realizado em 2019, por uma empresa do setor, anualmente, somente em dias de jogos, há a movimentação de 50 bilhões de dólares, o que é um número reduzido, considerando ter sido apenas em análise aos chamados “matchday”, como podemos observar abaixo:

O mercado esportivo mundial movimenta US\$ 50 bilhões (R\$ 191 bilhões) anualmente com o chamado “matchday” – a receita gerada com bilheteria, naming rights, shows, eventos, camarotes, restaurantes, projetos de sócio-torcedor – em estádios, arenas e complexos esportivos. É o que aponta um estudo realizado pela empresa Sports Value (ESTADÃO, 2019).

Tal dado de relevância é também expresso na reportagem abaixo que traz dados sobre o impacto do setor esportivo na economia de alguns países em 2014:

Na União Europeia, o esporte já é mais importante para a economia do que a agricultura, respondendo por algo entre 1,13% e 1,76% do PIB, dependendo da definição.

(...) Na Áustria, a participação no PIB está entre 2% e 4%, enquanto a Alemanha é a campeã no mercado de trabalho, com um em cada quatro empregados do setor na UE, o equivalente a 1,1 milhão de postos (CALEIRO, 2014).

Dentre as maiores marcas da indústria esportiva, figura a famosa Nike, empresa com maior valor do mundo no ramo de vestuário, atingindo o valor de 47,4 bilhões de dólares em 2019 com alta de 23% se comparado ao ano de 2018. Chama atenção sua gritante diferença de valor para a segunda colocada no ramo, conforme observamos no seguinte trecho:

A Nike marca de artigos esportivos, é a empresa de vestuário mais valiosa do mundo, de acordo com pesquisa da consultoria Kantar (...) Ela atingiu este ano um valor de US\$ 47,4 bilhões, 23% superior ao registrado em 2018. É o segundo ano consecutivo que a Nike lidera a lista (...) 1 Nike – US\$ 47,4 bilhões 2 Zara – US\$ 22,6 bilhões 3. Adidas – US\$ 13,3 bilhões 4. Uniqlo – Us\$ 9,8 bilhões (DIAS, 2019).

Constatada a relevância econômica do setor esportivo, o tópico 5.2 orienta a importância de práticas benéficas para a sociedade e meio ambiente vindas da grande indústria. É possível visualizar diferentes ações em sentido inverso, apesar de ser possível nos depararmos com divulgações em marketing de práticas de preservação. Em 2011 o Greenpeace denunciou diversas empresas ligadas ao campo esportivo por poluírem águas chinesas lançando diversos produtos químicos. Visualizemos no trecho de reportagem abaixo:

A poluição de rios e cursos de água é um problema ambiental de longa data na China e sem previsão de solução no curto prazo. Entre os grandes responsáveis pela mazela ambiental estão a emissão de esgoto nas cidades, a poluição do setor agrícola e, segundo pesquisa recente do Greenpeace, as indústrias de vestuários – o país é o maior produtor mundial de tecidos.

Em relatório intitulado “Dirty Laundry” (Roupa Suja, em tradução livre), a ONG ambientalista acusa megaempresas do setor têxtil de manterem relações comerciais com empresas terceirizadas cujas fábricas estariam lançando um “coquetel de produtos químicos perigosos” nas águas chinesas. Na lista aparecem gigantes do esporte como Nike, Adidas, Puma e outras como Lacoste, Calvin Klein e a inglesa de fast fashion H&M – empresas que têm muitos de seus produtos “made in China”, diz o levantamento (BARBOSA, 2011).

Além da característica de uso da força de trabalho com intensa precariedade, compartimentando mundialmente em diferentes territórios a produção de seus produtos, o trecho demonstra a real face da indústria esportiva que, por óbvio, tem

como principal intenção seu próprio lucro, gerado através da intensa exploração da classe trabalhadora, em funcionamento essencial ao modo de produção capitalista que também explora o meio ambiente de forma intrínseca às suas engrenagens. A consideração por parte da UNESCO com afago inicial sobre a relevância do setor para a economia mundial não se dobra à realidade prática dos interesses de classe, muito menos encaminha orientações para contenção destas ações.

O artigo 6, com o título: “A pesquisa, as evidências e a avaliação são aspectos indispensáveis para o desenvolvimento da educação física, da atividade física e do esporte”, apresenta 5 tópicos presentes, listados de 6.1 a 6.5. O artigo versa, em geral, sobre orientações, ética na pesquisa e a necessidade de coleta de dados e incentivo às análises informativas para avaliação e proposição de políticas públicas no campo, sendo estas bases fundamentais para as ações governamentais. O papel da mídia também é citado como forma de difusão dos valores éticos e dos dados e informações em pesquisa no campo para a população (UNESCO, 2015a. p. 6).

O artigo 7 “O ensino, o treinamento e a administração da educação física, da atividade física e do esporte devem ser realizados por pessoal qualificado” divide-se em tópicos de 7.1 até 7.4. Esse artigo versa sobre a necessidade de formação, reconhecimento dos professores ou outros profissionais do campo em relação às suas funções. Além disso, aborda a necessidade de continuidade e atualização na formação e a garantia inclusiva de tais processos (UNESCO, 2015a. p. 6-7). Ressaltamos o seguinte tópico:

7.3 Devem ser oferecidas a formação e a supervisão adequadas para treinadores, funcionários e pessoal de apoio que trabalhem em caráter voluntário, uma vez que fornecem uma contribuição valiosa para o setor, realizam funções essenciais e promovem a participação da população, de modo a garantir o desenvolvimento e a segurança dos participantes e incentivar a ampliação da participação nos processos democráticos e na vida da comunidade (UNESCO, 2015a, p. 7).

A questão do voluntariado aparece, novamente, reafirmando sua centralidade também no caso da formação e treinamento.

O artigo 8, denominado: “Espaços, instalações e equipamentos adequados e seguros são indispensáveis para a prática da educação física, da atividade física e do esporte de qualidade”, tem tópicos listados de 8.1 a 8.5.

Nesse artigo, há uma amplitude de encaminhamentos sobre a questão dos espaços de lazer e práticas corporais. Os tópicos versam desde a necessidade de garantia de acesso até a disponibilização em locais de trabalho público e privado, para realização de exercícios por parte dos trabalhadores, a partir do retorno em bem-estar e produtividade (UNESCO, 2015a. p. 7)

Ressaltamos o seguinte tópico que aponta para a necessidade de ação pelas autoridades públicas para integração do acesso ao lazer com outras políticas essenciais:

8.4 A fim de apoiar, desenvolver e manter um estilo de vida saudável e ativo para os cidadãos, as autoridades públicas devem integrar oportunidades de atividade física e esporte em todo planejamento urbano, rural e de transporte (p. 7).

Retomando a discussão das condições concretas de vida da maioria da população que esbarram em diversas barreiras em seu cotidiano para acesso à atividade física, podemos considerar como um dos elementos de alta relevância a existência de locais para lazer ou exercícios físicos independente de seus objetivos. O tópico se faz fundamental, porém podemos constatar realidades distantes destas reais ações, também sendo possível perceber expressões da desigualdade estrutural e os motivos político-econômicos nas mais variadas frentes.

Melo e Peres (2005) levantaram alguns dados sobre a cidade do Rio de Janeiro, no que diz respeito à distribuição dos equipamentos culturais, incluindo parques e outros espaços possíveis de vivência das práticas corporais. Nesse estudo, é possível identificar que a área de planejamento - citada como AP no trecho- referente à região mais nobre da cidade (zona sul) acumulava 42% dos equipamentos, enquanto áreas com maior densidade populacional e área tinham pífia porcentagem. Escrevem os autores:

A distribuição dos equipamentos pela cidade revela uma expressiva desigualdade, na medida que 23,9% do total estão localizados na AP1, 42% na AP2 e 15,9% na AP4, enquanto que 13,6% estão situados na AP3 e apenas 4,5% na AP5 (MELO e PERES, 2005. p, 137).

Os autores refletem também sobre um elemento fundamental, entendendo o acesso e interesse como política continuada, não desprezando a importância central dos equipamentos materialmente, mas também de outros processos de incentivo ao seu uso. Eles consideram as condições financeiras reais da população, a intervenção

pedagógica e a busca da responsabilidade pelo ter significado o espaço e sua programação como parte da formação humana e do direito em seu sentido completo, não sendo somente na perspectiva da construção de espaços sem sentido que aponta para a desresponsabilização do Estado na garantia de real concretude do direito:

Podemos elencar pelo menos três dimensões de grande importância no que se refere ao acesso aos equipamentos e bens da cidade: o aspecto físico (se há equipamento propriamente dito); o aspecto financeiro (se o valor cobrado e os gastos adicionais são acessíveis) e o aspecto relacionado à formação/disposição (se há estímulo e intervenção pedagógica, mediação, que possibilite a compreensão dos significados das diversas manifestações culturais). Neste sentido, não adianta, a cidade possuir uma infinidade de equipamentos públicos se as pessoas não são estimuladas a frequentá-los ou se apenas certos estratos sociais são estimulados a acessar tais equipamentos (MELO, ALVES, 2003). Afinal, acreditamos que há uma forte articulação entre a possibilidade de acessar o que tem sido socialmente produzido e o estímulo para que cada indivíduo se perceba como capaz de também produzir criativamente. Trata-se, na verdade, de uma questão que entrelaça o campo da educação e da política. Não podemos concordar, por exemplo, com a compreensão de produção cultural como oferecimento de eventos esporádicos (sob a égide da espetacularização da política pública). É necessário que se invista em um projeto pedagógico contínuo e prolongado que procure compreender os indivíduos enquanto agentes do processo cultural. Acreditamos que em uma sociedade democrática, deve-se criar condições para que as pessoas tenham o direito sine qua non da escolha (e não naturalizar tal escolha sob o axioma do “dom” ou do “gosto pessoal”). Devemos pensar, assim, em um processo de mediação cultural capaz de estimular as pessoas a encontrarem novas formas de comunicação e de ocupação do espaço público (p. 134).

Sendo assim, podemos perceber, com base nos dados apresentados, forte relação entre os equipamentos culturais e a especulação de locais da cidade que já contam com as melhores condições de vida e valorização mercadológica espacial. Dessa forma, se articula a oferta dos equipamentos culturais a esses condicionantes para atendimento de determinada classe e não à garantia da democratização real para aqueles que são maioria e dormem distantes das possibilidades humanas em variadas frentes, necessitando se reinventarem em seu próprio espaço e criando sua própria cultura e acesso. Porém é preciso que não se deixe o horizonte de dignidade pela justificativa romântica da autoexistência e reinvenção, pois naturaliza o profundo ataque diário às garantias mínimas de humanização e acesso real aos variados conhecimentos produzidos ou apoio ao lazer e a cultura local.

A esfera da luta política e da denúncia às desigualdades se faz fundamental em qualquer direcionamento para relacionar planejamento urbano e acesso às

práticas corporais. Não há, nesta sociedade, intenção por parte do capitalismo em garantia concreta dos direitos fundamentais a não ser para atender sua própria dinâmica lucrativa.

O artigo 9 “Segurança e gestão de risco são condições necessárias para uma oferta de qualidade” conta com 4 tópicos listados de 4.1 a 4.4. Ele versa sobre variadas questões associadas aos riscos no campo da EF para diferentes grupos minoritários e proteção às crianças, além do ponto de vista das estruturas e responsabilidades em espaços onde se materializam as variadas práticas corporais. Entre estes tópicos, ressaltaremos o primeiro:

9.1 A educação física, a atividade física e o esporte devem ser praticados em um ambiente seguro que proteja a dignidade, os direitos e a saúde de todos os participantes. As práticas e os eventos que coloquem em perigo a segurança ou que envolvam riscos desnecessários são incompatíveis com os valores e com os benefícios potenciais da educação física, da atividade física e do esporte e, assim, exigem uma resposta firme e imediata (p. 8).

Conforme viemos debatendo aqui, as práticas corporais, em sua dinâmica altamente mercantilizada, operam no sentido mais radical nos marcos lucrativos empresariais. Sendo assim, é comum que os riscos, a dignidade e a segurança fiquem à margem das prioridades centrais quando se associam diretamente à redução de custos.

O tópico anterior fala sobre a incompatibilidade das práticas e eventos que coloquem em perigo a segurança com os valores potenciais da “educação física, da atividade física e do esporte”. Porém não seriam esses valores justamente opostos à dinâmica capitalista real?

Para ilustrar com apenas um fato material, entre diversos outros possíveis, lembremos o caso do incêndio no centro de treinamentos do Clube de Regatas do Flamengo em 2 de fevereiro de 2019, vitimando diversos jovens das suas categorias de base que dormiam em contêineres. Posteriormente, foi revelado que não possuíam alvará de liberação para uso do espaço.

Sobre o caso, abaixo identificamos a cobertura do acontecimento com os dados exatos das vítimas no momento do incêndio:

Um incêndio de grandes proporções atingiu o Ninho do Urubu, centro de treinamento do Flamengo em Vargem Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro, na madrugada desta sexta-feira. O Corpo de Bombeiros foi chamado às 5h17 e informou que 10 pessoas morreram, todos jogadores da base do clube entre

14 e 16 anos. Três jovens entre 14 e 15 anos também estão feridos, um deles em estado grave. No momento do incêndio, havia 26 garotos no alojamento (GLOBO ESPORTE, 2019).

O fato acima revela diversas violências e negligências, após a tragédia, por parte da diretoria do clube liderada por Rodolfo Landim, deixando de mãos atadas os familiares das vítimas e, quando muito, retratando o caso nas ações de marketing com poucas respostas efetivas sobre suas responsabilidades. Após um ano do acontecimento, o caso ainda se estende com variadas negativas, de acordo pela diretoria do clube, como é possível observar a seguir no trecho de reportagem:

Ainda em fevereiro de 2019, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Rio mediarão conversas entre o clube e os familiares. O defensor público Eduardo Chow participou dos encontros e contou a VEJA que, logo no início, o Flamengo se mostrou interessado em ajudar. “Nas duas primeiras semanas tivemos reuniões quase diárias, e eles diziam dispostos a achar uma solução. No final, quando chegou o momento do pagamento das indenizações, veio o impasse”, relata Chow. Eram pedidos um milhão de reais, mais uma pensão mensal de 10 000 reais, para cada família, mas o time não concordou. Decidiu pagar 5 000 reais mensais e recorreu aos tribunais. Em outubro, a Justiça do Trabalho indeferiu o pedido de Tutela de Urgência do MP para penhora de 100 milhões de reais para garantir o pagamento das indenizações. O juiz, no entanto, extinguiu o processo, indicando que o tema seria resolvido na área cível.

Há dois meses, por decisão do Tribunal de Justiça, o Flamengo foi obrigado a dobrar a pensão para 10 000 reais – isso até que se chegue a uma determinação judicial definitiva. Respondendo por danos individuais causados pelo acidente, o clube tinha a guarda dos adolescentes. “Nossa esperança é que o Flamengo volte a negociar. Nós sabemos que não é um problema de dinheiro para eles, é de vontade política”, falou o Chow. De acordo com o defensor público, é possível que alguns dirigentes ainda venham a ser acusados criminosamente pelo incêndio. “É importante comprovar a responsabilidade dessa situação”, enfatiza Chow.

A única a entrar na Justiça até agora foi Rosana de Souza, mãe de Rykelmo, que morreu aos 16 anos. Está pedindo 6,9 milhões de reais. Os outros pais ainda aguardam negociação com o clube, embora reconhecem que não há diálogo em curso (MOTTA, 2020).

No final do tópico 4.1 do documento da UNESCO em análise, é possível identificar o apontamento para exigência de uma resposta firme e imediata a casos que comprometam a segurança e desvirtuem os supostos valores intrínsecos benéficos da educação física. Porém quais são os marcos destas exigências e respostas nesta sociedade, entendendo as relações corporativistas e de intenso poder do empresariado e dos interesses capitalistas nesta dinâmica com o Estado?

Ao mesmo tempo em que ocorre a ausência de respostas efetivas para o caso, o clube divulgou em balanço, no mesmo ano da tragédia, aumento significativo de seus lucros e arrecadação, como podemos observar em seguida:

A base para análise é o balancete do terceiro trimestre de 2019, divulgado pelo clube carioca na quinta-feira, com os dados que compreendem de janeiro a setembro. Neste período, **o Flamengo arrecadou R\$ 652 milhões, seguramente o maior faturamento do futebol brasileiro**. Apesar de não haver transparência nos dados de outros clubes, sabemos que o Palmeiras, único que compete de igual para igual no dinheiro, terminou agosto com R\$ 411 milhões.

E o mais impressionante é que **o Flamengo chegou ao término do terceiro trimestre de 2019 com lucro de R\$ 75 milhões**.

Isso significa que as despesas com salários de atletas, o pagamento das parcelas de jogadores comprados, além de todos os outros custos relacionados a futebol, esportes amadores e atividades sociais, foram pagos com sobras (CAPELO, 2019).

Das variadas violências ocorridas, é possível citar de forma emblemática a não autorização do clube para que os familiares pudessem ter acesso às dependências do clube para homenagem um ano após o ocorrido. Em reportagem, é possível visualizar o tratamento dado aos responsáveis dos jovens vitimados:

É um sábado de emoção no Ninho do Urubu. Um ano após o incêndio que matou 10 garotos no CT do Flamengo, familiares das vítimas foram ao local prestar homenagens. No entanto, apenas os parentes de Pablo Henrique conseguiram entrar no local, com flores e velas. Eles foram acompanhados por um segurança do clube para certificar que não fariam qualquer tipo de registro.

A família do ex-goleiro Christian Esmério foi a primeira a chegar. O pai do ex-goleiro afirmou não ter coragem de entrar no local da tragédia. Depois foi convencido por outros familiares e mudou de ideia. No entanto, como não havia solicitado autorização prévia, foi barrado na portaria

- Infelizmente, temos que ficar aqui aguardando um diretor voltar para liberar. Já não basta a humilhação que estamos passando? Todo mundo está vendo que o Flamengo não respeita - disse o pai de Christian.

A tia de Jorge Eduardo passou por situação semelhante e também ficou revoltada com funcionários do Flamengo. A reportagem tentou contato com o Flamengo por um posicionamento, mas ainda não teve resposta.

Depois de 1h30 sem resposta do Flamengo, as famílias de Christian e Jorge Eduardo foram embora sem conseguir entrar no CT. A tia de Jorge Eduardo acendeu e prestou sua homenagem do lado de fora das dependências rubro-negras (KESTELMAN e JUSTO, 2020).

Apesar da proporção que o fato relatado tomou, não é de exclusividade desse clube apenas a realização de tais práticas, sequer exclusividade do futebol ou do esporte. É possível observar práticas próximas generalizadas com pouco apreço à infância, direitos e diretamente associadas aos mais variados riscos individuais e

coletivos, em nome das imensas margens lucrativas pela dinâmica da mercantilização das práticas corporais, com destaque para o alto rendimento. Como é o caso da condenação do Clube Atlético Mineiro (MG) e investigação de outros como o Clube de Regatas Vasco da Gama (RJ) por exploração de menores. (SOUZA, 2012)

O artigo 10 intitulado “A proteção e a promoção da integridade e de valores éticos da educação física, da atividade física e do esporte devem ser uma preocupação constante para todos” é o que conta com a maior quantidade de tópicos do documento, numerados de 10.1 até 10.10.

Nesse artigo, há uma gama de temáticas relacionadas às questões éticas, de transparência, direitos humanos e papel da mídia, com foco na proteção da integridade da Educação Física, atentando-se principalmente para questões como *dopping*, *fair play*, apostas, transparência financeira e conscientização dos trabalhadores e gestores do campo.

O tópico 10.5 versa sobre a responsabilidade dos empregadores para com seus funcionários e atletas, articulando-a com as convenções internacionais sobre trabalho e direitos humanos, como podemos visualizar abaixo:

10.5 Todos os empregadores nos campos da educação física, da atividade física e do esporte, ou em áreas afins, devem prestar a devida atenção à saúde psicológica e física dos seus funcionários, bem como dos atletas profissionais. As convenções internacionais sobre trabalho e sobre direitos humanos fundamentais devem ser respeitadas, especialmente para prevenir o trabalho infantil e o tráfico de pessoas (UNESCO, 2015a, p. 9).

O final do trecho ressalta, especialmente, que estas medidas se atentem às questões do trabalho infantil (fatos que já ilustramos em exemplos anteriores com alguns dados), mas também sobre o tráfico de pessoas associadas à Educação Física. O combate a tais práticas se torna fundamental em qualquer circunstância. Para ilustrarmos, é possível perceber que tal realidade não é incomum no mundo esportivo, como consta em parte da reportagem abaixo:

Em meio a casos de jogadores que se frustram diante de falsas promessas na Europa, relatos de tráfico de atletas preocupam o mundo do futebol. O descumprimento dos contratos de trabalho a que são submetidos alguns atletas no exterior ganha contornos mais graves quando os clubes e/ou empresários retêm os documentos dos jogadores, principalmente os passaportes, para que eles não possam sair do país. Essa é uma das principais características do tráfico de atletas, uma modalidade do tráfico de pessoas (ESTADÃO, 2019).

O esporte, em sua face mercantilizada, como suposto meio de ascensão social e, em diversos casos, umas das poucas ou única possibilidade de melhora das condições de vida concreta pela intensa precariedade na vida de jovens, vira também campo de barbárie, como relatado.

O capital colocou e coloca com maestria, por diferentes métodos, as relações sociais, objetos e os próprios seres humanos em submissão à lógica da mercadoria (MARX e ENGELS, 2017). Segundo estudos da própria ONU, o tráfico de pessoas cresceu, nos últimos anos, em números registrados, tendo como origem a melhor eficácia no monitoramento ou de fato o aumento dos números de casos reais, segundo a organização.

O mais recente Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas, divulgado na terça-feira (29) pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) na sede da ONU, em Nova Iorque, mostra um número recorde de casos detectados em 2016, mas também a maior taxa já registrada de condenação de traficantes. (...)

(...) De acordo com números mais recentes compilados pelo UNODC, as taxas recordes de condenação e detecção podem ser um sinal de que países reforçaram suas capacidades para identificar vítimas – como através de legislações específicas, coordenação intensificada entre entidades da aplicação da lei e melhores serviços de proteção às vítimas – ou que o número de casos reais de tráfico aumentou.

Enquanto em 2003 menos de 20 mil casos foram registrados, o número subiu para mais de 25 mil em 2016 (ONU, 2019).

É importante ressaltar também que estes casos têm direcionamentos de marcadores sociais tais como: sexo, etnia e idade. Abaixo, podemos perceber algumas dessas correlações citadas:

O Relatório Global sobre Tráfico Humano 2018, apresentado hoje em Viena, na Áustria, analisa cerca de 24 mil casos documentados em 2016 em 142 países, e a exploração sexual (59%) continua sendo o crime mais frequente desta escravidão “do século XXI”, seguido pelo trabalho forçado (34%).

(...) Segundo o estudo, mais de 70% das vítimas globais de tráfico humano são do sexo feminino (...)

(...) Quase metade das vítimas totais são mulheres adultas (49%), enquanto as menores de idade representam 23% e seu número está crescendo.

Os homens representam 21% das vítimas documentadas e os meninos 7%. Enquanto a maioria das vítimas de exploração sexual são do sexo feminino, os homens formam o maior grupo nos casos de trabalho forçado. Apesar de a forma mais conhecida de tráfico humano ser a exploração sexual, milhares de vítimas também trabalham em condições de escravidão em serviços domésticos e em setores como mineração, pesca e, até mesmo, são utilizadas para a mendicância infantil e o tráfico de órgãos humanos (EFE, 2019).

Outro elemento que a reportagem aborda é a condição em que as vítimas se encontram, geralmente em situação de miséria e de conflitos territoriais nos locais de origem, características geralmente indissociáveis. É possível observar o histórico dessas regiões ligadas a um intenso processo histórico de precarização e exploração, ocupando hoje papel de submissão na divisão internacional do trabalho.

O cenário apresentado parece se repetir também no campo do esporte. Podemos ter como exemplo o futebol, conforme trecho abaixo, indicando fluxo de tráfico humano da África e América Latina para o continente europeu. Vejamos a seguir:

O futebol está sendo usado como mecanismo para o "tráfico de seres humanos" na União Européia e tem como vítimas jovens pobres da América do Sul e da África, atraídos por promessas de contratos milionários, segundo um estudo feito pelo Parlamento Europeu e que será apresentado ao plenário em Bruxelas no final de março. De acordo com deputados europeus, o Brasil e os países africanos são os maiores alvos para essa prática devido à qualidade dos futebolistas e ao elevado nível de pobreza em que vivem. (...) "Esses falsos agentes se oferecem para providenciar transporte e contratos na Europa a garotos que creem que poderão ter bons resultados no futebol europeu e ser vendidos a algum clube por uma boa soma de dinheiro", explica Jean-Claude Mbvoumin, ex-jogador da República de Camarões. "Os que não cumprem com as expectativas ou não conseguem um contrato são deixados de lado pelo agente, acabam perdendo o visto de residência e não querem voltar a seu país porque têm vergonha de ter fracassado." Segundo Mbvoumin, muitas equipes europeias admitem receber frequentemente "ofertas de traficantes que tentam vender, como se fossem mercadorias, garotos de 13 e 14 anos" (AGENCIA ESTADO, 2007).

Sendo assim, a intrínseca relação entre tais dados e a dinâmica capitalista é central para qualquer análise comprometida radicalmente com o fim da exploração humana. Em momento de crise, a barbárie e o caminho oposto aos indicados no tópico 10.5 parecem se intensificar. Em meio à crise do coronavírus, diversos clubes anunciaram a demissão, suspensão de contratos ou redução de salário de seus funcionários. Entre eles, podemos citar a emblemática demissão de Leônidas da Silva, ídolo histórico do Botafogo de Futebol e Regatas, tendo declaração da diretoria do clube associando a crise ao projeto anterior já sendo desenvolvido de otimização do quadro de funcionários, conforme podemos observar abaixo:

Sebastião Leônidas, de 82 anos, está entre os 45 demitidos pelo Botafogo na última segunda-feira. A demissão não repercutiu bem entre os torcedores, que criticaram a decisão do clube nas redes sociais. O ex-zagueiro atuou em 246 partidas pelo Alvinegro na década de 60 e estava trabalhando na observação de atletas para as categorias de base.

Leônidas foi bicampeão carioca (1967 e 1968) e participou do título brasileiro de 1968. Como treinador, comandou tanto o time profissional quanto os juniores do Botafogo em várias oportunidades. O ex-jogador estava no comando do time na histórica goleada do Alvinegro sobre o Flamengo por 6 a 0, em 1972.

Ao GloboEsporte.com, o presidente Nelson Mufarrej disse que "a otimização do quadro de funcionários era um projeto em desenvolvimento pelo RH há meses e se tornou inadiável com os efeitos perversos da pandemia (GLOBOESPORTE, 2020).

Fatos semelhantes se estenderam a outros clubes empregadores brasileiros também, como o caso do Internacional, expressivo clube do Rio Grande do Sul:

A manhã de quarta-feira foi agitada pelos lados do Internacional. Com a intenção de amenizar o prejuízo durante o período sem futebol, a diretoria do Colorado demitiu 40 pessoas do quadro de funcionários. Além disso, uma parte dos trabalhadores terão redução na jornada de trabalho e redução de 25% dos vencimentos (LANCER!, 2020).

Neste momento de pandemia em que se agrava, em larga escala, a crise estrutural capitalista, mas também noutros anteriores, é possível perceber que, apesar das indicações, é justamente a dinâmica da luta de classes e dos interesses da classe hegemônica que dita as regras do jogo nesta sociedade, com oscilações a depender de suas preocupações com as próprias margens de lucro. Evidenciam, assim, o processo de expropriação e de relações de trabalho precárias também no campo da EF em compasso ao projeto neoliberal.

Dando prosseguimento à análise do documento, o próximo artigo tem como título: "A educação física, a atividade física e o esporte podem desempenhar um papel importante na realização de objetivos relacionados ao desenvolvimento, à paz e a situações de pós-conflito ou pós-desastre" e apresenta tópicos numerados de 11.1 a 11.3. Em síntese, versa sobre o papel da EF na pacificação e na sua contribuição às situações de calamidade.

Destacamos o artigo a seguir:

11.2 Iniciativas que promovam o esporte para o desenvolvimento e a paz devem ser realizadas e utilizadas para apoiar a prevenção de conflitos e intervenções em situações de pós-conflito ou pós-desastre, para fortalecer as comunidades, a união nacional e outros esforços que contribuam para o bom funcionamento da sociedade civil e para os objetivos internacionais de desenvolvimento (UNESCO, 2015a, p. 10).

É possível perceber intensa expressão do papel pacificador do esporte utilizado para apoio a situações de intensas problemáticas humanitárias. Como expresso neste

documento, a associação aos objetivos de desenvolvimento sustentável, documento da ONU também lançado em 2015 é significativa. Como tópico do primeiro objetivo de desenvolvimento sustentável (erradicação da pobreza), chama atenção a temática sobre situações de pós desastre ou pós conflito. Vejamos abaixo:

1.5 até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais (ONU, 2015).

É possível delinear relação entre o artigo 11 e esse tópico do documento da ONU com o uso das práticas corporais, em especial do esporte, para a construção do processo de “bom funcionamento” social. Objetivamente, dialoga com a construção da resiliência dos pobres, termo difundido como parte fundamental do empreendedorismo, da desresponsabilização do Estado e da naturalização de condições sociais e de trabalho precárias.

Sendo assim, ambos caminham para a naturalização, e, conseqüentemente, a intensificação da barbárie pelo propósito da não reflexão às características fundantes da sociedade capitalista. Em composição a estes apontamentos da construção socioeducativa a partir de programas que materializem estas intenções, temos a articulação às parcerias público-privadas. Para demonstração objetiva desta afirmação, podemos a partir do documento “Esportes para o desenvolvimento e a paz. Informativo da ONU no Brasil” (2016) que reúne diversas ações da ONU-UNESCO no país apresentando seus objetivos e composições observar a concretização das parcerias e do entendimento de oferta do direito ao lazer e ao esporte, bem como o papel do Estado.

Neste trecho, é possível perceber as conjunções entre as grandes empresas de diversos ramos, o Estado e a UNESCO, no campo das práticas corporais:

(...) Além desse programa bem-sucedido, a UNESCO tem explorado o importante potencial socioeducacional que o esporte permite em projetos diversos com governos, sociedade civil, setor privado e demais agências da ONU. No Brasil, vale registrar o apoio técnico dado pela UNESCO ao Programa Brasil Vale Ouro, da Fundação Vale, às ações esportivas previstas no âmbito do Programa Criança Esperança, um projeto da Rede Globo em parceria com a UNESCO, e outras ações já realizadas com o Ministério do Esporte, entre elas a cooperação técnica ao Programa Segundo Tempo (UNESCO, 2016, p. 22).

Com tais elementos, é possível perceber que o treinamento dos corpos para internalização da barbárie neoliberal se dá em reafirmação das vias dos processos de privatização e desresponsabilização do Estado da própria sociedade neoliberal. Sendo assim, demonstra a complexa cadeia em que o campo da Educação Física se insere e é adequado, expressando as diferentes faces da estratégia econômica citada no capitalismo.

Para finalizar, o artigo 12 tem como título: “A cooperação internacional é um pré-requisito para ampliar o alcance e os efeitos da educação física, da atividade física e do esporte” e conta com tópicos de 12.1 a 12.3. Destacamos o seguinte:

12.3 São essenciais a cooperação e as parcerias internacionais entre autoridades públicas, organizações esportivas e outras organizações não governamentais, para a redução das disparidades existentes entre e dentro dos países com relação ao oferecimento da educação física, da atividade física e do esporte. Isso pode ser alcançado por meio do intercâmbio de boas práticas, dos programas educativos, do desenvolvimento de capacidades, assim como de indicadores e outros instrumentos de monitoramento e avaliação, que tenham como base os princípios universais estabelecidos na presente Carta (UNESCO, 2015a, p. 11).

A Carta finaliza encaminhando a reivindicação dos princípios contidos nela mesma para redução das disparidades entre os países e dentro dos próprios no campo da Educação Física. Porém podemos constatar orientações, que, na verdade, se distanciam da materialidade prática, pois colocam à margem os interesses de classe na dinâmica capitalista, apontando para um processo de pacificação da luta de classes e da consolidação das características neoliberais, tendo como um dos instrumentos a Educação Física.

É possível perceber ao longo do documento os apontamentos de desresponsabilização do Estado, encaminhamentos para parcerias público-privadas, as ações que claramente marcam posicionamento no campo específico, e, conseqüentemente, a imaterialidade da redução efetiva das desigualdades e da democratização da Cultura Corporal, no máximo, com o uso da mesma para naturalizar o processo de intensa precarização que se dá, sobretudo, no corpo.

3.2 VI Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários da Educação Física e Esportes (VI MINEPS) (2017):

A VI Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários responsáveis pela Educação Física e Esportes realizada em Kazan, na Rússia (único país candidato), de 13 a 15 de julho de 2017, foi sistematizada em documento com o total de 62 páginas. Esse documento está dividido em “AGRADECIMENTOS”, “VISÃO DO CONJUNTO”, “PRINCIPAIS PONTOS DE DEBATE”, e, finalmente, as cláusulas encaminhadas na conferência. Constam também três anexos. São eles: “PLANO DE AÇÃO”; relatoria, falas e programação intitulada “ORDEM DO DIA ANOTADA” e “LISTA DE PARTICIPANTES”.

Estiveram presentes 97 Estados membros, 1 Estado não membro, 7 organizações intergovernamentais e 53 organizações não governamentais. É possível identificar, no último anexo do documento, empresas e instituições, como Nike, confederações esportivas nacionais, universidades privadas, grandes organizações associadas a projetos sociais, além de federações internacionais esportivas como a Federação Internacional de Futebol (FIFA), a Federação Internacional de Natação (FINA), entre outras representadas por altos funcionários e gestores (p. 53-57).

A conferência foi presidida por Pavel Kolobkov, Ministro dos Esportes da Rússia, indicado na abertura por ser representante anfitrião e eleito por voto na aprovação do regulamento da conferência junto a cinco vice-presidentes, um relator da conferência e a constituição de um grupo de redação formado pelas nações.

Cada uma das principais sessões teve como metodologia uma apresentação inicial e as intervenções dos Estados membros, sintetizando, ao final, as principais questões levantadas para encaminhamento.

Houve também a abertura comum geral para todos os presentes com uma mesa redonda intitulada “El deporte como catalizador: alianzas para cumplir las promesas de la Agenda 2030”, além de falas do presidente russo Vladimir Putin, da diretora geral da UNESCO, à época, Irina Bokova (Bulgária) e outros representantes locais e de organismos ligados ao campo da Educação Física.

Nos agradecimentos, é possível identificar relações institucionais com atribuição ao sucesso do evento à organização, ao país que sediou, além de extensão dos agradecimentos aos voluntários, participantes dos grupos de trabalho, e, em especial, ao CIGEPS e seu presidente, Gert C. Oosthuizen.

Já em “Visão de Conjunto”, chama bastante atenção os três primeiros tópicos. Em seu primeiro tópico, há uma breve explicação sobre a organização da conferência.

Nele, é explanado que, no primeiro dia, houve reunião entre setores da sociedade civil e agentes governamentais para definir os pontos centrais das discussões que iriam permear toda a conferência.

No segundo tópico, é possível perceber a indissociabilidade entre os documentos produzidos no recorte deste trabalho. Sendo assim, está expresso que a VI MINEPS teve como centralidade a análise e os apontamentos para materialização dos encaminhamentos realizados na V MINEPS e pela Carta Internacional da Educação Física, como é possível identificar abaixo:

MINEPS VI se centró en la aplicación de la Declaración de Berlín, que se aprobó en MINEPS V, celebrada en Berlín (Alemania) en 2013, y de la Carta Internacional de la Educación Física, la Actividad Física y el Deporte. La Conferencia tenía cuatro objetivos principales:

- i) reconocer el marco de seguimiento de las políticas de deporte de MINEPS como un instrumento útil de carácter voluntario para propiciar la convergencia y la cooperación internacionales en la evaluación de los avances alcanzados en la formulación de políticas deportivas;
- ii) reconocer la información concreta recopilada por los grupos de trabajo en la que se basará el marco;
- iii) comprometerse a reforzar los vínculos entre la formulación de políticas deportivas y los Objetivos de Desarrollo Sostenible; y
- iv) comprometerse a cooperar a escala internacional en iniciativas específicas.

Estos objetivos sirvieron de base para la aprobación del Plan de Acción de Kazán (UNESCO, 2017, p.4).

Vale, então, ressaltar os objetivos centrais elencados no documento no tópico citado.

No item I, o norteamento de reconhecimento das proposições da MINEPS, como instrumento para propiciar a convergência nas políticas ditas como “esportivas”, revela a preocupação de ancoragem comum para o desenvolvimento das políticas do campo nos países, expressando, assim, a posição de se ter um projeto de difusão das mesmas com um determinado direcionamento.

No item III, a citação aos objetivos de desenvolvimento sustentável aparece mais uma vez, assim como na Carta Internacional analisada anteriormente, demonstrando a importância de se fortalecer a articulação das ações variadas dos encaminhamentos da conferência com o documento geral da ONU, articulando o campo da Educação Física como auxiliar para o cumprimento destes objetivos. São

eles: 1- erradicação da pobreza; 2- fome zero; 3- boa saúde e bem-estar; 4- educação de qualidade; 5- igualdade de gênero; 6- água limpa e saneamento; 7- energia acessível e limpa; 8- emprego digno e crescimento econômico; 9- indústria, inovação e infraestrutura; 10- redução das desigualdades; 11- cidades e comunidades sustentáveis; 12- consumo e produção responsáveis; 13- combate às alterações climáticas; 14- vida debaixo d'água; 15- vida sobre a terra; 16- paz, justiça e instituições fortes; 17- parcerias em prol das metas (ONU, 2016).

Podemos visualizar, em Melo (2011), que os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (ONU, 2000), nos anos 1990, totalizavam oito. É possível perceber um crescimento deste quantitativo de objetivos, a repetição fundamental da totalidade dos problemas indicados e o adiamento constante de metas anteriores junto a elaboração de novas metas em novas agendas e programas.

No site da conferência, é possível perceber novamente a centralidade dessas relações, conforme podemos observar no trecho abaixo, desdobrando em demais ações futuras compromissadas com a relação entre Educação Física e tais documentos gerais da ONU. Vejamos:

Como a UNESCO está comprometida em alinhar seus programas e atividades com a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o MINEPS VI fornecerá uma plataforma para discutir educação física, atividade física e esporte, à luz de sua contribuição para alcançar os ODS.

(..) Os seguintes ODS são particularmente relevantes:

- 3: Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- 4: Garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- 8: Promover crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- 10: Reduzir a desigualdade dentro e entre países;
- 11: Tornar cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; assim como
- 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, fornecer acesso à justiça para todos e construir instituições efetivas, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Antes e durante o MINEPS VI, os Estados Membros e os movimentos esportivos serão convidados a compartilhar exemplos de boas práticas.

(...) Essa intenção de vincular as atividades esportivas à Agenda 2030 reconhece a necessidade de um impacto positivo dos investimentos no esporte no desenvolvimento. Portanto, será importante que uma estrutura para os formuladores de políticas contenha indicadores mensuráveis e um

compromisso de todas as partes interessadas em operacionalizar intenções de desenvolvimento ao planejar programas, projetos e eventos (UNESCO, 2017).

O processo citado, no final do trecho acima, também dialoga com apontamentos de sistematização dos dados para as formulações das políticas, indicando de forma ainda mais profunda o interesse de articulação desses dados com a efetivação dos objetivos de documentos gerais do sistema ONU-UNESCO.

Tal questão se confirma, mais adiante, no próprio documento final da conferência, conforme podemos observar abaixo:

El CIGEPS decidió que MINEPS VI se centraría en hacer una llamada a la acción para llevar a la práctica los compromisos de los ministros asumidos en la Declaración de Berlín y las expectativas y normas consagradas en la Carta Internacional de la Educación Física, la Actividad Física y el Deporte en el marco de los Objetivos de Desarrollo Sostenible y la Agenda 2030. Por lo tanto, pareció oportuno adoptar un nuevo marco para vincular los tres documentos (UNESCO, 2017, p. 12).

Ainda em “VISÃO DE CONJUNTO”, no terceiro tópico, são expressos os temas principais que darão norte ao plano de ação da conferência. Os grupos de trabalho foram criados e divididos de acordo com os seguintes temas:

MINEPS VI se centró en los tres temas principales, que corresponden a las tres esferas principales en materia de políticas del Plan de Acción de Kazán:

Tema I – Elaborar una visión integradora del acceso inclusivo de todos al deporte, la educación física y la actividad física.

Tema II – Potenciar al máximo la contribución del deporte al desarrollo sostenible y la paz.

Tema III – Proteger la integridad del deporte (UNESCO, 2017, p. 4).

Mais adiante, no texto, é possível perceber a indicação de ações para a concretização destes e outros objetivos. Na referida parte, encontramos com mais ênfase questões a serem aprofundadas e discutidas relacionadas diretamente aos processos de naturalização das contradições do capitalismo, como indicações que acirram as políticas de reformas que vêm sendo tocadas como solução para a crise (em especial para países periféricos); o caráter educativo da Educação Física dentro dos marcos hegemônicos e de pacificação da luta de classes como solucionadora de conflitos e para uma cultura de paz a partir do ensino de valores socialmente aceitos; o direcionamento para a ação da sociedade civil como garantidora dos direitos públicos (inclusive como parceiras das escolas); o incentivo das relações público-

privadas; a forte visão salvacionista em relação as práticas corporais; e a ausência da análise pela totalidade com grande confronto entre discurso e materialidade, especialmente quando fazem a análise dos megaeventos e seus legados.

Abaixo, podemos observar norteamentos que serão desdobrados, posteriormente, no documento e que vão demonstrar de forma mais concreta as questões colocadas anteriormente:

II. Potenciar al máximo la contribución del deporte al desarrollo sostenible y la paz

II.1 Mejorar la salud y el bienestar de todos a cualquier edad

II.2 Lograr que las ciudades y los asentamientos sean inclusivos, seguros, resilientes y sostenibles

II.3 Brindar una educación de calidad y promover el aprendizaje permanente para todos y la adquisición de competencias a través del deporte

II.4 Construir sociedades pacíficas, inclusivas y equitativas

II.5 Facilitar el crecimiento económico y el empleo pleno y productivo y el trabajo para todos

II.6 Promover la igualdad entre hombres y mujeres y empoderar a las mujeres y a las niñas

II.7 Garantizar modalidades de consumo y producción sostenibles y adoptar medidas urgentes para combatir el cambio climático y sus efectos

II.8 Construir a todos los niveles instituciones eficaces e inclusivas que rindan cuentas (UNESCO, 2017, p. 13).

No trecho que levanta a percepção relacionada ao tema das contribuições da Educação Física para o “desenvolvimento econômico, o emprego pleno e produtivo e o trabalho para todos” (citado no tópico II.5 da citação anterior), podemos constatar a superficialidade em relação ao conceito de emprego e trabalho. Assim, indicando a naturalização da flexibilidade, do voluntariado e de uma educação relacionada aos marcos empreendedores/empresariais, sendo estes apontamentos para atingir o que chamarão de “emprego pleno” e “aumento da produtividade”, se estreitando aos apontamentos realizados anteriormente que analisam os aspectos da uberização do trabalho. O trecho abaixo, que analisa a conjuntura para as ações relacionados a essa problemática, expressa este direcionamento:

El atractivo del deporte para los jóvenes hace de este un marco valioso para iniciativas de empleabilidad (meta 4.4), como por ejemplo de formación empresarial (metas 8.5 y 8.6). El voluntariado también contribuye de forma importante. Puede cosecharse más beneficio económico de las políticas deliberadas destinadas a incrementar las contribuciones voluntarias de funcionarios, orientadores, padres y otros grupos que aportan beneficios sociales y de salud mediante el apoyo a programas de actividades físicas y deportivas eficaces en función de los costes (UNESCO, 2017, p. 17).

Vale ressaltar que as metas referenciadas no trecho destacado acima, assim como ao longo de todo o documento, estão em diálogo com as metas de desenvolvimento sustentável da agenda 2030. Estas diretamente citadas, articulando-as com as ações do campo da Educação Física, são as seguintes:

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo

8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação (ONU, 2015).

O tópico 4.4 é emblemático na categorização e no apontamento de uma educação que se associa diretamente à crise no mercado de trabalho, sobretudo no que diz respeito aos jovens. As chamadas “habilidades relevantes” acompanhadas ao empreendedorismo demarcam o posicionamento de forma clara, no sentido educativo da juventude para naturalização dessas condições de trabalho.

Uma meta que chama atenção é a 8.6. A realidade demonstra uma intensa falha em seu alcance. Dados do IBGE expostos na reportagem abaixo demonstram o sentido contrário da meta citada, como podemos observar no trecho:

A taxa de desemprego entre os jovens de 18 a 24 anos de idade brasileiros ficou em 27,1% no primeiro trimestre de 2020, bem acima da média geral de 12,2% do país no período. Este comportamento foi verificado nas cinco grandes regiões, com destaque para o Nordeste, onde a estimativa foi de 34,1% de desempregados nesta faixa etária (ABDALA, 2020).

O movimento do desemprego e da precarização do trabalho é também mundial, conforme observamos no capítulo I. Em 2020, ano de suposto cumprimento da meta estabelecida, um relatório da OIT demonstra o compasso inverso, expressando que a população jovem é um dos principais grupos atingidos pelo desemprego ou pela precarização do trabalho, e, conseqüentemente, das condições de vida. É possível observar essa afirmação com os expressos dados abaixo:

A quantidade de pessoas desempregadas no mundo deve aumentar este ano para 190,5 milhões, mostrou um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicado nesta segunda-feira (20). (...) (...) O número de desempregados deve aumentar em 2,5 milhões em 2020 porque, enquanto a força de trabalho aumenta, não estão sendo criados

empregos suficientes para absorver os recém-chegados ao mercado de trabalho. (...)

(...) Ao incluir as pessoas subempregadas ou que não estão procurando mais trabalho, o número chega a 470 milhões, adicionando 165 milhões de pessoas que têm emprego, mas gostariam de trabalhar mais e 120 milhões que abandonaram a busca ativa ou não têm acesso ao mercado de trabalho. (...) (FRANCE PRESSE, 2020).

Em toda a América Latina, não é diferente:

(...) a taxa de desocupação juvenil cresceu 0,3 ponto percentual em 2019, chegando a 19,8%, o triplo da média da população adulta (em outras palavras: 1 em cada 5 menores de 24 anos que procuram trabalho não encontra) e o máximo desde 2000, quando os dados agregados começaram a ser divulgados. Além disso, a maioria dos que estão contratados enfrenta condições precárias: informalidade, salários baixos em relação ao custo de vida, escassa estabilidade no emprego e quase nula oferta de programas de formação por parte dos empregadores (FARIZA, 2019).

Também o movimento da entrada na informalidade como alternativa do desemprego deixa como questionamento uma duplicidade perversa nos apontamentos das metas de desenvolvimento citadas pelo trecho da VI MINEPS trazido. Aponta-se para o pleno emprego, ao mesmo tempo em que se indica o empreendedorismo e a construção de habilidades necessárias para a contemporaneidade. Há uma contradição entre informalidade e emprego digno na vida material do trabalhador, como podemos observar no capítulo I com os diferentes relatos e reportagens. Sendo assim, notamos que o trecho citado é contraditório, mas, ao mesmo tempo, naturaliza a resiliência para a precariedade, através dos sentidos pedagógicos da Educação Física e seu campo econômico. Tais dados que demonstram sentido inversos às metas, revelam também a intrínseca relação entre a pauperização, acirramento da desigualdade e da exploração com o capitalismo, sendo estes condicionantes fundamentais de seu *modus operandis* (NETTO, 2016).

Chama atenção também no trecho do documento citado a forte presença do voluntariado. Esta questão é reforçada nas produções desta década já vindo em apontamento desde as produções anteriores, revelando assim ser um ponto caro ao projeto estruturado pela UNESCO no campo, conforme já podemos observar em Melo (2011) e Penna (2011). Melo ressalta, à época:

Questões como contingenciamento de recursos, focalização das políticas, atuação sob a lógica das chamadas parcerias com organismos na sociedade civil na execução das políticas, a difusão do chamado trabalho voluntário, a promoção da chamada Responsabilidade Social empresarial encontram nas

ações esportivas um rico campo de atuação. Junto a esses elementos caros ao projeto de dominação contemporâneo, são atualizadas e mantidas as premissas que orientam as políticas de esportes e Educação Física há tempos (MELO, 2011, p. 161).

Na parte do documento intitulado “Principais Pontos de Debate”, a sessão referente ao tema I “Elaborar una visión integradora del acceso inclusivo de todos al deporte, la educación física y la actividad física” inicia em seu primeiro tópico da transcrição dos debates com um importante ponto: um dos oradores reivindica um termo que orienta para uma maior amplitude no entendimento do campo da Educação Física e do objeto de ação que a conferência se debruça, levando em consideração outros elementos da Cultura Corporal, conforme podemos observar abaixo em relato:

Uno de los oradores principales sugirió el uso del término “cultura física” para englobar la educación física, la actividad física y el deporte, con el objetivo de reflejar la variedad de prácticas en todo el mundo. Esta noción incluía la práctica inclusiva y ofrecía una visión integradora de la educación física, la actividad física y el deporte que encaja mejor en la Agenda 2030 (UNESCO, 2017, p. 6).

Tal reivindicação expressa um movimento importante por parte da entidade de entendimento da amplitude das práticas corporais para além do esporte. Este entendimento não era tão expresso desta forma em produções anteriores, conforme constatado por Candal (2017). Na V MINEPS, a centralidade no elemento esporte é fundamental sem reivindicações de termos abrangentes, apesar de em alguns momentos versar sobre outros elementos da Cultura Corporal.

Essa ampliação, no entanto, vem acompanhada de posicionamento político. Sendo assim, a localização no campo da cultura e o aumento do entendimento do objeto tratado pela Educação Física ainda assim, apesar de importante, não descentraliza o esporte, e, ao se preocupar com outros elementos, o faz na lógica dentro dos marcos hegemônicos, associando-os ao processo de mercantilização, de projetos articulados às parcerias públicas privadas e à Agenda 2030 de objetivos de desenvolvimento sustentável, como podemos observar no trecho destacado acima.

Adiante nessa mesma parte do documento, há a presença relatada de debates acerca da importância da inclusão de minorias historicamente marginalizadas, e também de se referenciar com mais frequência convenções internacionais relacionadas à temática, do entendimento da Educação Física na perspectiva inclusiva, da preocupação em estabelecer ações para o acesso de pessoas com

deficiência, além da necessidade de enfrentamento na disparidade das desigualdades de gênero e de sexo, além de apontamento de estreitamento de parcerias entre organizações esportivas e programas geridos pelas comunidades com as escolas (UNESCO, 2017, p. 6).

O segundo tema “Potenciar al máximo la contribución del deporte al desarrollo sostenible y la paz” contou com debates da articulação direta entre o esporte e os objetivos, em especial traçando princípios.

(...) El ponente principal destacó cuatro principios que deberían guiar la articulación de las políticas. En primer lugar, una política dirigida a potenciar al máximo la contribución del deporte debería reflejar datos e investigaciones, basándose en una teoría del cambio. En segundo lugar, para potenciar al máximo su impacto, el deporte debería integrarse en las políticas y los programas en toda una serie de ámbitos políticos. En tercer lugar, las contribuciones pueden realizarse a través del deporte y en el deporte. En cuarto lugar, es importante determinar con atención los ODS a los que puede contribuir el deporte, en lugar de considerarlo como un catalizador general (UNESCO, 2017, p- 6.7).

O quarto princípio demonstra uma maior preocupação com a sistematização que relacione especificamente os objetivos e metas de desenvolvimento sustentável com o esporte, superando a visão de que o mesmo seria um catalizador geral independente do objetivo. Tal questão expressa algumas diferenças das produções anteriores, conforme Melo (2011) e Candal (2017) constatam no caráter salvacionista do esporte de forma geral nas produções da organização. Assim, esse movimento acaba elevando, de certa forma, o acúmulo, a objetividade e a profundidade dos encaminhamentos para o campo, revelando uma maior preocupação na efetiva implementação do projeto hegemônico de forma mais qualitativa no campo. Tal questão também pode ser observada no primeiro princípio do trecho, em que se conduz a necessidade no investimento da pesquisa e dos dados para as ações políticas, conforme foi também encaminhado na Carta Internacional (2015).

Outro elemento que reforça tal análise de aprofundamento é o ponto de debate principal seguinte desta mesma temática, conforme podemos observar abaixo:

Varios representantes de Estados Miembros se refirieron al hecho de que la capacidad que tiene el deporte de contribuir a la consolidación de la paz no conduce al cese de los conflictos y del uso de armas de fuego durante competiciones deportivas. En cambio, la guerra y los conflictos son un obstáculo para los programas de deportes, educación física y actividad física. Se propuso la formación de un grupo de trabajo internacional que examine

cómo el deporte puede contribuir verdaderamente a la paz (UNESCO, 2017, p. 7).

Sendo assim, há de forma intrínseca um posicionamento contrário ao esporte como fim em si mesmo e capaz de cessar verdadeiramente conflitos, reconhecendo, apesar de episódios históricos que ficam apenas na margem do simbolismo não conseqüente com a realidade da população que vivencia os conflitos diariamente, que o conflito bélico é, na verdade, um obstáculo para os programas associados à Educação Física. Ao mesmo tempo, é proposta a criação de um grupo de trabalho para acumular sobre as possibilidades de o esporte contribuir para a paz.

Os pontos principais de debate do tema III “Proteger la integridad del deporte” têm como síntese a preocupação com as transferências internacionais de atletas e seus direitos (em diálogo com o documento da Carta que já analisamos), o enfrentamento à dopagem que contou com apontamentos de representantes de pequenos países acusando a impossibilidade de adotar medidas por suas características econômicas, além da questão da indústria de apostas ilegais (debate também realizado anteriormente na V MINEPS) e a manipulação do esporte, questões que atingem a confiança e a integridade do mesmo. Como encaminhamento, foram propostas ações educativas aos atletas, “regulação para boa governança”, além de implementação das resoluções da conferência, entre outras ações.

Mais adiante, o documento traz algumas cláusulas da conferência com citação direta a apontamentos de alguns estados membros. Nessas cláusulas, aparecem a reafirmação do compromisso, do entendimento do plano de ação posterior como base para as políticas mundiais do campo adaptando-as aos contextos regionais e culturais, da necessidade da criação de redes de compartilhamento de experiências, dados e informações de implementação, além do comprometimento do “movimento desportivo” em visualizar tais encaminhamentos como oportunidade de dar um passo para além das análises de desenvolvimento das políticas e efetivar materialmente políticas e programas no campo da Educação Física (UNESCO, 2017, p. 8).

Chama atenção as aberturas principais dos grupos realizadas por potências do capitalismo, centradas especialmente na Europa e América do Norte. Apesar de fazerem parte os países periféricos, estes parecem assumir papéis secundarizados na conferência, como o caso de Cuba, fazendo parte apenas do grupo da redação com mais 11 países listados (p. 5). Como papel principal nos três temas, é possível

observar também, em sua maioria, representantes de entidades públicas e privadas americanas ou europeias (p. 37).

Sendo assim, se abre o anexo I, parte central de todo o documento, o Plano de Ação de Kazán. Inicialmente, nos 23 primeiros tópicos há definições de termos, destaques, agradecimento e recordações que traduzem os norteamentos centrais do plano de ação.

Começamos destacando a definição do termo “esporte”, a partir da seguinte passagem:

1. *Tomando nota* de que, a los presentes efectos y salvo disposición en contrario, el término “deporte” se utiliza como término genérico que incluye el deporte para todos, el juego físico, el ocio, el baile y los deportes y juegos organizados, improvisados, competitivos, tradicionales y autóctonos en sus diferentes manifestaciones (UNESCO, 2017, p. 9).

Apesar de termos, como citado anteriormente, a definição da EF como campo de estudo para além do esporte, a afirmativa acima de conceituação demonstra que o entendimento esportivizante, inclusive sobre outras práticas corporais, continua sendo o cerne da organização, reforçando a lógica da padronização dessas produções, além da hipervalorização dos marcos esportivos como definidor das outras práticas. Essa visão também demonstra indícios de uma visão euro centrada sobre a EF, sobre o corpo e a produção cultural das práticas corporais, não rompendo com a centralidade dos olhares esportivizantes (conscientes ou não) para as expressões culturais variadas pelo mundo e construídas em marcos que não se referenciam e vão para além do esporte, quando esses olhares acontecem. É o que podemos ver, por exemplo, com os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas já mencionados, com os megaeventos e suas influências na forma de se relacionar com as práticas corporais, na localidade em que ocorreram, ou outras ações articuladas a missões de paz em que o organismo esteja ligado ou seja vanguarda em diversos países periféricos.

Outro ponto de destaque é o retorno à articulação com a agenda 2030, a partir, principalmente, de dois tópicos. Um se referindo à presença do esporte no preâmbulo do documento de metas e o seguinte, reivindicando a citação direta do campo da EF, expressando “preocupação” com a ausência da presença do campo diretamente nas metas e objetivos da agenda. Isso pode ser observado em:

4 Destacando que en el preámbulo de la Agenda 2030 se reconoce que el deporte es un importante facilitador del desarrollo sostenible y la paz,

5. Expresando nuestra preocupación por que, salvo el reconocimiento general del deporte como facilitador, no se haga mención alguna de la educación física, la actividad física o el deporte en ninguno de los objetivos y metas de la Agenda 2030. (UNESCO, 2017, p. 9).

No tópico 16, é possível identificar novamente a função do campo esportivo para a consolidação da operação nos marcos dominantes da potência de formação valorativa do esporte, articulando-o, inclusive, com a facilitação da transição entre escola e trabalho.

Reconociendo la importante función que desempeñan los jóvenes para potenciar al máximo la contribución del deporte al desarrollo sostenible y la paz, así como la fuerza positiva que puede tener el deporte para conseguir que los niños vayan a la escuela, apoyar las posibilidades de empleo de los jóvenes y facilitar la transición de la escuela al trabajo. (UNESCO, 2017, p. 10).

Tal trecho aponta para o reconhecimento do papel ideológico para o trabalho na formação com o uso do esporte, corroborando, assim, passagens anteriores discutidas no sentido da modelagem do cidadão nos marcos de funcionamento social dominante e podendo se articular às características contemporâneas do capitalismo em intensa precariedade das condições de vida e trabalho.

Mais adiante, no documento, se organiza a divisão intitulada “Marco de Seguimiento de las Políticas de Deporte de MINEPS”, como norteamento para o trabalho dos grupos de trabalho e encaminhamento de entendimentos políticos centrais da conferência e da UNESCO. Nesta estão presentes cinco partes listadas de A a E. São elas: “Antecedentes”, trazendo informações e sínteses do processo de construção da VI MINEPS listando alguns passos e norteamentos fundamentais para contextualização do documento e direcionamento das ações; “Estructura y definición de las esferas políticas principales y específicas” listando os direcionamentos políticos principais das políticas de esporte da MINEPS divididas em 3 esferas principais (Elaborar una visión integradora del acceso inclusivo de todos al deporte, la educación física y la actividad física, Potenciar al máximo la contribución del deporte al desarrollo sostenible y la paz e Proteger la integridad del deporte) e 20 específicas organizadas e pertencentes às esferas principais; “Redacción de las esferas políticas principales y

específicas” descrevendo as esferas uma por uma apresentadas no tópico anterior; “Parámetros de seguimiento”, sistematizando referências de ações, documentos e o processo para elaboração e avanço das políticas no campo. Dentre estes parâmetros que são bases para as materializações e para análise das ações anteriores, existem cinco divisões para orientação com a devida explicação em seguida. São elas: Normas, Recursos, Supervisión y evaluación, Actividades de Promoción e Investigación; E, por fim, “Espacio de trabajo virtual” orientando aos participantes disponibilizando login e senha para consulta virtual de qualquer informação necessária ao longo do trabalho, além de orientação sobre a organização do site. (UNESCO, 2017. p. 23)

Ressaltaremos a parte “Redacción de las esferas políticas principales y específicas” por sintetizar as visões de forma mais evidente sobre as principais esferas políticas, revelando com maior clareza os posicionamentos que norteiam a organização e os trabalhos da VI MINEPS, desnudando também os encaminhamentos anteriores analisados.

Primeiramente, podemos citar a descrição da primeira esfera política principal, conforme podemos visualizar abaixo:

Establecer alianzas entre múltiples interesados

La gran diversidad de formas y contextos de la educación física, la actividad física y el deporte sugiere que gran parte de la importancia que revisten para la sociedad civil reside en su variedad y adaptabilidad. A fin de materializar por completo su potencial, es necesaria la cooperación entre sectores públicos, como la sanidad, la educación, el desarrollo urbano, las infraestructuras y el transporte, e interesados del sector privado, para elaborar y aplicar legislación, reglamentos y planes de acción nacionales. Estas medidas, llevadas a cabo en sinergia, promueven la continuidad de la práctica y el acceso a la actividad física a cualquier edad. Su objetivo es promover la autonomía, en un contexto tanto individual como colectivo, y evitar que se abandone la práctica (debido, por ejemplo, a la edad, a circunstancias de la vida, a condiciones sociales y de salud, a la discriminación). Es necesario definir, desarrollar y compartir conjuntos de herramientas y otros mecanismos de apoyo en pro de esta colaboración intersectorial. (p. 14)

Essa descrição demonstra norteamento claro de apontamentos para as políticas, a partir dos processos de parcerias público-privadas entre Estado e o setor privado com foco em direitos básicos fundamentais, como o caso da saúde, da educação, desenvolvimento urbano, transporte e infraestrutura. Tal direcionamento para materializar estes direitos que se tornam serviços na lógica privada, teoricamente

consolidaria a possibilidade de acesso à atividade física, aumentando a autonomia e diminuindo a evasão destas práticas por conta da idade e condições materiais da vida.

Conforme foi possível observar anteriormente, há forte relação entre a idade de trabalho e a evasão das práticas corporais (BRASIL, 2015). Tal afirmativa, no trecho citado, é universalizante para um mundo profundamente desigual e cada vez mais precário em condições básicas de vida e de direitos, justamente pelo processo de intensificação neoliberal, de enxugamento do Estado e de forte relação entre o mesmo e as grandes empresas do setor privado, além da sua intensa desresponsabilização nos mais variados setores. Sendo assim, o trecho corrobora o projeto neoliberal, em sua essência, e inverte o movimento do real como véu para a justificativa dele mesmo e da solução da precariedade com mais precariedade, pela solução do capitalismo com mais capitalismo e pela solução da exploração com mais exploração.

Mais adiante, ainda nas descrições, especificamente na linha cinco da segunda esfera política principal denominada “POTENCIAR AL MÁXIMO LA CONTRIBUCIÓN DEL DEPORTE AL DESARROLLO SOSTENIBLE Y LA PAZ”, é possível perceber a relação base encaminhada pela MINEPS entre educação física, emprego, produção e trabalho, conforme podemos observar abaixo:

II.5 Facilitar el crecimiento económico y el empleo pleno y productivo y el trabajo para todos

Puede constatarse en diversos contextos la contribución de la educación física, la actividad física y el deporte al crecimiento económico, el aumento de la productividad y el empleo. Se calcula que la industria del deporte contribuye con hasta el 1% del producto interno bruto mundial y estimular el desarrollo del sector puede generar más beneficios. Potenciar al máximo el turismo deportivo de eventos y el turismo activo de ocio, en particular, puede ser de ayuda en este empeño (meta 8.2). El atractivo del deporte para los jóvenes hace de este un marco valioso para iniciativas de empleabilidad (meta 4.4), como por ejemplo de formación empresarial (metas 8.5 y 8.6). El voluntariado también contribuye de forma importante. Puede cosecharse más beneficio económico de las políticas deliberadas destinadas a incrementar las contribuciones voluntarias de funcionarios, orientadores, padres y otros grupos que aportan beneficios sociales y de salud mediante el apoyo a programas de actividades físicas y deportivas eficaces en función de los costes (meta 8.3) (p. 17).

Chama atenção o trecho no qual se associa o atrativo dos jovens para o esporte à oportunidade de formação empresarial (em citação às metas 8.5 e 8.6 da agenda 2030). Tal relação reforça o entendimento de que há, no esporte, as possibilidades de difusão de valores empreendedores e a utilização do mesmo como instrumento de difusão destes. Logo, em sequência, novamente, aparece a

reafirmação da contribuição do voluntariado para os benefícios econômicos, além de finalizar articulando a EF e os benefícios sociais e de saúde com as possibilidades de parcerias também no sentido voluntarista com diferentes grupos sociais.

Para finalizar, se apontam cinco linhas de atuação definidas no plano de ação de Kazan. São elas:

- 1- “Elaborar una herramienta de promoción que incluya argumentos con base empírica en favor de la inversión en educación física, actividad física y deporte”;
- 2- “Formular indicadores comunes para medir la contribución de la educación física, la actividad física y el deporte a los ODS y las metas prioritarios”;
- 3- Unificar y continuar elaborando normas internacionales en apoyo de las acciones de los ministros encargados del deporte en el ámbito de la integridad del deporte (en consonancia con la Convención Internacional contra el Dopaje en el Deporte);
- 4- Realizar un estudio de viabilidad sobre la creación de un observatorio mundial de la mujer, el deporte, la educación física y la actividad física; e por fim,
- 5- “Crear un mecanismo de intercambio de información de acuerdo con el marco de seguimiento de las políticas de deporte elaborado para MINEPS VI”. (UNESCO, 2017, p. 24).

Todas essas ações aparecem condicionadas aos seguintes critérios avaliados, para que exista êxito:

- i) otros interesados intergubernamentales, gubernamentales y no gubernamentales comparten esta responsabilidad;
- ii) los Estados Miembros determinan y financian actividades específicas del Plan de Acción que tengan importancia nacional;
- iii) los Estados Miembros promueven la aplicación del Plan de Acción en los planos regional y continental (UNESCO, 2017, p. 24).

Um dos critérios fundamentais, novamente, é o compartilhamento de responsabilidade com interessados não governamentais. Além dessas condições, as cinco linhas de ação listadas são organizadas e descritas, posteriormente, em contexto e justificativa; objetivos; atividades principais; por fim, possível associados chaves.

Tais atividades principais e objetivos dialogam com as resoluções e encaminhamentos anteriores, tendo norteamento específico por ação principal. Também podemos ressaltar os possíveis associados chaves para materialização das ações indicados, como bancos de desenvolvimento, a indústria esportiva,

universidades, blocos político-econômicos como União Europeia, organismos como a OIT, INTERPOL, OCDE, além de federações, confederações e o Comitê Olímpico Internacional.

O documento, em seguida, apresenta breve resumo das ordens do dia dos espaços do evento anotados em relatoria e encerra com a nominata de participantes da VI MINEPS e membros da UNESCO, terminando sua paginação.

CONCLUSÃO:

Para concluirmos, retomamos as perguntas iniciais de pesquisa com as respostas, em sequência imediata às mesmas. São elas:

- 1- É possível identificar apontamentos nos documentos da ONU-UNESCO para o campo da EF que se relacionem com a estruturação neoliberal atual, em especial questões como reforma do Estado, as novas configurações do mundo do trabalho, a flexibilização e as ações de tentativa de naturalização da precariedade?

Ao longo dos documentos analisados e de outras produções em diálogo, foi possível observar as inúmeras citações ao que chamaram de “valores e habilidades intrínsecos à sociedade do século XXI”, a resiliência como objetivo a ser buscado pelas populações vítimas de intensa precariedade ou de situações de calamidade ambientais e político-econômicas realizadas pelo capital. Além disso, verificamos forte uso ideológico, através do campo para as escolas e outros espaços da educação não formal, em que a EF possa estar inserida, em especial em projetos sociais, difundindo o discurso do empreendedorismo e, conseqüentemente, a romantização do trabalho precário.

Foi possível observar também a materialização de algumas ações do setor privado, não necessariamente em diálogo direto às produções analisadas, mas com claro estreitamento, a partir da utilização do esporte como parâmetro para a educação nos marcos neoliberais, explorando suas características de superação, meritocracia etc. Sendo assim, demonstra como as novas configurações de um mundo do trabalho uberizado, flexível e o aprofundamento da crise estrutural têm também a EF como braço de tentativa de pacificação da luta de classes para a coparticipação dos trabalhadores ao sistema que os oprime diariamente.

Outro elemento marcante são as inúmeras indicações que aparecem de forma central nos documentos para as parcerias público-privadas com a sociedade civil através de ONGs, mas também com empresas internacionais de diversos ramos para a efetivação, com sucesso, de todas as indicações e políticas presentes nos

documentos, direcionando assim à desresponsabilização do Estado para com os direitos fundamentais construídos em luta pelos (as) trabalhadores (as) ao longo de toda a história, transformando estes direitos em serviços e colocando-os na lógica privada.

- 2- Há mudanças significativas na atualização dos documentos em relação ao conteúdo e intensificação de produções? Se sim, quais são as mudanças e os possíveis motivos para tal? Há mudanças significativas do ponto de vista qualitativo e de organização dos documentos, em atualização de aprofundamento dos marcos neoliberais atuais.

É possível perceber a permanência e fortalecimento das indicações para as parcerias público-privadas, além da continuidade da exaltação do trabalho voluntário apontando diferentes benefícios nesse investimento.

Nesses documentos, foi possível observar também grande centralidade na preocupação com a “integridade do esporte” intensificada na última década, levantando um paradigma entre o processo de intensa mercantilização e relação econômica das práticas corporais e a corrupção em diversas entidades ligadas à EF, provocada por uma sociedade que tem, em seus marcos centrais, os interesses individuais lucrativos e da manutenção da minoria burguesa no poder.

O elemento da crise estrutural do capital acirrou-se, sobretudo a partir de 2008, e evidenciou ser um possível motivo para a intensificação de produção no campo neste momento, adequando-o às novas demandas e consolidando-o dentro dos marcos da mundialização das relações sociais capitalistas, agindo, em especial, nos prismas contraditórios desta sociedade e na naturalização da precariedade. O mundo do trabalho, o desemprego e os dados de avanço da pauperização extrema parecem se articular diretamente como possíveis marcadores da intensificação das produções.

É possível observar também um avanço qualitativo nas produções no que diz respeito à estrutura dos documentos e seus encaminhamentos, em especial através da preocupação da análise contínua das ações, do fortalecimento de diagnósticos das políticas e da criação de acompanhamento internacional para as materializações encaminhadas, em especial pela VI MINEPS.

Os avanços qualitativos se expressam também nos debates específicos do campo, ampliando seu entendimento para além dos esportes de forma clara e objetiva, porém salvaguardando a centralidade do esporte e da lógica esportivizante em relação às outras práticas corporais. Lógica que, de certa forma, também aponta para uma visão nos marcos esportivos hegemônicos para práticas corporais de diversos países que não assumem esta característica originalmente. Sendo assim, demonstra apropriação destas de maneira descontextualizada e para fins associados aos interesses do capital, seja qual for o elemento da Cultura Corporal pertencente à prática corporal.

É possível identificar também uma mudança no entendimento salvacionista da EF e das práticas corporais, embora esta característica ainda apareça frequentemente, é questionada em alguns momentos (encaminhamento que não aparecia com destaque nas produções anteriores). Tal questão parece indiciar também relação com o avanço qualitativo dos acúmulos por parte destes documentos.

3- A partir de qual entendimento de EF estão estruturados os documentos?

Ao longo das reflexões, foi possível perceber uma EF voltada à difusão de valores nos marcos do capital, em especial com características de associação às demandas estruturais neoliberais pelo alto desemprego e informalidade. A tentativa de construção do imaginário empreendedor pelos valores da EF perpassa, com destaque, todos os documentos da segunda década do século XXI, citados ao longo deste trabalho.

Apesar do reconhecimento da EF tematizar outras produções culturais, são os esportes e os exercícios físicos para a “saúde e bem estar” que balizam fundamentalmente todos os documentos, não tendo concretamente políticas de fortalecimento da Cultura Corporal local. Quando acontece, se dão em sentidos da mercantilização e apagamento de potenciais críticos que possam romper com a estrutura social capitalista.

Outra característica que podemos perceber é a reivindicação de uma EF inclusiva, mas sem se articular à concretude destas possibilidades, pois não rompe com a exclusão intrínseca ao capital, só a reforça ao longo de todas as formulações de diferentes formas, sendo construído estes documentos também por atores de

interesses privados. Sendo assim, o discurso da inclusão nestas linhas, estão a serviço da ordem dominante, apesar de também serem elementos da pressão do movimento do real.

A partir desses entendimentos, podemos afirmar que a EF é também parte de um projeto de classe e atua para sua consolidação, a nível mundial, sendo articulada e atualizada junto às demandas contemporâneas do capital.

As práticas corporais historicamente forjadas na luta de classes atravessada por diversos elementos étnicos, de gênero, sexo, nacionalidade expressam a formação social, a divisão internacional do trabalho e os projetos de dominação e de resistência/construção de um novo amanhã. É materialidade de existência, como o caso da capoeira, do jongo, do huka-huka, dos sambas, do funk, cirandas, brincadeiras e do próprio futebol. É reinvenção e ressignificação do sofrimento em poesia de movimento pelo corpo. Poesia gingada não em romantização da exploração, mas de enfrentamento às injustiças. Todas elas podem também servir ao sentido contrário, por isso é campo da luta de classes. As citadas, porém, expressam em potência de ancestralidade e da sua própria história a criatividade humana de modificar o tempo, de tomar para si e para seus/suas camaradas suas próprias existências. E as outras distantes da nossa história de reinvenção e luta, também não escapam da nossa reinvenção e luta, apesar de todas as barreiras diárias.

São nesses aprendizados que se finca a luta diária. É no vislumbre da democratização, do acesso, das vivências sem exceção social do próprio corpo e do elo que trazem as práticas corporais com a nossa própria história que temos nosso norte. Apontamos aqui pela ampliação da Cultura Corporal dos(as) trabalhadores(as) como direito. Do “erudito” ao “popular”. Nas escolas, nas praças, nos campos, nas cidades. No fortalecimento daquilo que já é quando se sorri nas quadras de escolas de samba ou nas rodas pelas cidades. Ampliação de forma refletida, em busca da emancipação humana, e, conseqüentemente, da superação da sociedade capitalista.

Hoje, nos marcos do capital, tentam nos tirar todos os dias as possibilidades de nosso próprio corpo, inclusive o sorriso liberto que, mesmo assim, teima em aparecer nas frestas. De se poder conhecer a si mesmo para conhecer também a força coletiva e/ou pela força coletiva se conhecer em processo dialético. Fazem de nossos corpos máquina de trabalho, máquina de lucro. Força de trabalho que se vende pelo movimento ou ausência dele, mas fundamentalmente pelo corpo que grita diariamente

para romper seus grilhões, romper a si mesmo enclausurado pela violência de diversas ordens.

Nas ruas, montados em bicicletas pedalando contra o tempo, não praticam ciclismo. Carregando nas costas caixas pesadas nos trens lotados que balançam, não praticam crossfit, halterofilismo ou ironman (embora sejam), mas andam na corda bamba. Nos sinais, correndo para recolher os doces deixados, pendurados nos retrovisores, não praticam atletismo.

O capital sobrevive pela desumanização, pelo trabalho que nos tira o prazer do mesmo ato e mesmo movimento que poderia o ser essencialmente. Resta a nós a imprescindível tarefa de humanizar em coletividade, luta organizada e incêndios revolucionários o mundo.

Para finalizar, apontamos aqui a necessidade de avanço para análises aprofundadas das outras produções no campo da EF nesta década, em especial documentos como: “Diretrizes em Educação Física de Qualidade. Para gestores de políticas” (UNESCO, 2015c), além do acompanhamento dos desdobramentos das indicações da VI MINEPS, a já marcada VII MINEPS e documentos que analisam a materialização das ações da UNESCO fincadas nestes documentos bases nos países, em especial no Brasil, como o documento “Esporte para o Desenvolvimento e a paz. Informativo da ONU no Brasil” (ONU, 2016). Em especial pela possibilidade de novas formulações pós-pandemia de COVID-19 e seus possíveis impactos no campo e no próprio capital de maneira geral pelo momento de acirramento das contradições e da luta de classes, o acompanhamento das ações e produções se fazem fundamentais.

REFERÊNCIAS:

ABDALA, Vitor. IBGE: taxa de desemprego de jovens atinge 27,1% no primeiro trimestre. Agência Brasil. Brasília. 15/05/20. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/ibge-taxa-de-desemprego-de-jovens-atinge-271-no-primeiro-trimestre>. Acesso em: 09/07/2020

AFP. Desigualdades crescem no mundo, principalmente nos Estados Unidos. Exame. 14/12/17. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/desigualdades-crescem-no-mundo-principalmente-nos-estados-unidos/>. Acesso em: 08/07/2020

AGENCIA ESTADO. Futebol é usado para tráfico humano na Europa, diz estudo. 15/03/2007. Disponível em: <https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,futebol-e-usado-para-trafico-humano-na-europa-diz-estudo,20070315p6411>. Acesso em: 09/07/2020

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 5ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARBOSA, Vanessa. Greenpeace relaciona Nike, Puma, Adidas e outras gigantes à poluição na China. Exame. 08/08/11. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/em-relatorio-intitulado-ong-acusa-megaempresas-da-industria-textil-de-contaminar-rios-chineses-com-um-coquetel-de-produtos-quimicos-perigosos/>. Acesso em: 09/07/2020

BERTÃO, Naiara. Uber dos personal trainers chega ao Brasil e abre 2 mil vagas para profissionais de educação física. Valor investe. São Paulo. 07/06/2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/empreenda-se/noticia/2020/06/07/uber-dos-personal-trainers-chega-ao-brasil-e-abre-2-mil-vagas-para-profissionais-de-educacao-fisica.ghtml>. Acesso em:08/07/2020

BRASIL. Diagnóstico Nacional do Esporte. DIESPORTE. 06/2015. Disponível em: http://arquivo.esporte.gov.br/diesporte/diesporte_grafica.pdf. Acesso em: 09/07/2020

BRASIL. Finanças aprova isenção maior de imposto de renda para patrocínio do esporte. Agência câmara de notícias. 2019b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/597032-financas-aprova-isencao-maior-de-imposto-de-renda-para-patrocinio-do-esporte/>. Acesso em:09/07/2020

BRASIL. Primeiros Passos do Brasil em Movimento. 2019a. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45994-primeiros-passos-do-brasil-em-movimento> Acesso em: 08/07/2020

CALEIRO, João Pedro. Qual é o tamanho do esporte na economia?. Exame. 26/06/14. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/qual-e-o-tamanho-da-importancia-do-esporte-na-economia/>. Acesso em: 09/07/2020

CANDAL, Emanuel Borges. O Projeto Neoliberal e a Educação Física Esportivizante no Alto do Pódio: os planos de governos dos candidatos a prefeito do Rio de Janeiro e sua relação com a V MINEPS (UNESCO). Trabalho de Conclusão de Curso. Escola de Educação Física e Desportos. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

CAPELO, Rodrigo. Com receita recorde e lucro, tudo indica que o Flamengo fechará 2019 com as contas no azul. Globoesporte. São Paulo. 01/11/2019. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/blogs/blog-do-rodrigo-capelo/post/2019/11/01/com-receita-recorde-e-lucro-tudo-indica-que-o-flamengo-fechara-2019-com-as-contas-no-azul.ghtml>. Acesso em: 09/07/2020

CAPELO, Rodrigo. Mais lucrativa da história, Copa do Mundo de 2014 gera R\$ 18 bilhões para a Fifa. Globoesporte.com. 20/03/15. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/blogs/especial-blog/dinheiro-em-jogo/post/mais-lucrativa-da-historia-copa-do-mundo-de-2014-gera-r-18-bilhoes-para-fifa.html>. Acesso em: 08/07/2020

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIA. I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. Quem ganha? Quem perde?. CIMI. 2015. Disponível em: https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Folder-JMPI_pt.pdf. Acesso em: 10/07/2020

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DA OLÍMPIADA RJ. Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro. Dossiê do comitê popular da copa e olimpíadas do Rio de Janeiro 2015. Olimpíadas Rio 2016, os jogos da exclusão. Rio de Janeiro, 2015.

DIAS, Maria Clara. Nike é a marca de vestuário mais valiosa do mundo pelo segundo ano consecutivo. Época Negócios. 05/07/2019. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Marketing/noticia/2019/07/nike-e-marca-de-vestuario-mais-valiosa-do-mundo-pelo-segundo-ano-consecutivo.html>. Acesso em: 09/07/2020

EDUARDO PERET. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desocupação cai para 12,3% no ano com recorde de pessoas na informalidade. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23652-desocupacao-cai-para-12-3-no-ano-com-recorde-de-pessoas-na-informalidade>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

EFE. ONU: 70% das vítimas globais de tráfico humano são mulheres. Exame. 07/01/2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/onu-zonas-de-guerra-tem-aumento-do-trafico-humano-e-da-escravidao-sexual/>. Acesso em: 09/07/2020.

ENDEAVOR BRASIL. Resiliência: 6 aprendizados de quem empreende há mais de 40 anos: Ter um propósito e questionar as próprias certezas tornam o empreendedor mais resistente a adversidades. Época: Negócios. Brasil, p. 1-1. 13 dez. 2016. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empreendedorismo/noticia/2016/12/resiliencia-6-aprendizados-de-quem-empreende-ha-mais-de-40-anos.html>. Acesso em: 17 fev. 2019.

ESTADÃO. Mercado esportivo mundial movimentou R\$ 191 bilhões com o 'matchday'. Istoé. 21/03/19, Disponível em: <https://istoe.com.br/mercado-esportivo-mundial-movimentou-r-191-bilhoes-com-o-matchday/>. Acesso em: 09/07/2020

ESTADÃO. Tráfico de jogadores preocupa mundo do futebol. Istoé. 01/09/19. Disponível em: <https://istoe.com.br/trafico-de-jogadores-preocupa-mundo-do-futebol/>. Acesso em: 09/07/2020

EVANGELISTA, Olinda. APONTAMENTOS PARA O TRABALHO COM DOCUMENTOS DE POLÍTICA EDUCACIONAL. In: Ronaldo M. L. Araújo; Doriedson S. Rodrigues. (Org). A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais. 1 ed. Campinas-SP; Alínea, 2012, v.1, p.52-71.

FARIZA, Ignácio. Estagnação na América Latina leva desemprego de jovens ao maior nível em 20 anos. El País. Madri. 29/01/2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-01-29/estagnacao-na-america-latina-leva-desemprego-de-jovens-ao-seu-maior-nivel-em-20-anos.html>. Acesso em: 09/07/2020

FONTES, Virgínia. Capitalismo, exclusões e inclusão forçada. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1996.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. KALLAIKIA – Revista de Estudos Galegos, nº 2, 2017.

FRANCE PRESSE. Número de desempregados no mundo deve alcançar 190,5 milhões neste ano, diz OIT. G1. 20/01/20. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/20/numero-de-desempregados-no-mundo-deve-alcancar-1905-milhoes-neste-ano-diz-oit.ghtml>. Acesso em: 09/07/2020

FUTEMA, Fabiana. Um ano depois, reforma trabalhista não gera empregos esperados: Por outro lado, medida elevou a contratação de temporários, terceirizados e intermitentes, enfraqueceu sindicatos e fez cair o número de ações na Justiça. Veja. Brasil, p. 1-1. 10 nov. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/um-ano-depois-reforma-trabalhista-nao-gera-empregos-esperados/>. Acesso em: 02 abr. 2019.

GLOBOESPORTE. Demissão de Leônidas repercute mal nas redes sociais e torcida critica decisão do Botafogo. Globoesporte. Rio de Janeiro. 06/05/20. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/times/botafogo/noticia/demissao-de-leonidas-repercute-mal-nas-redes-sociais-e-torcida-critica-decisao-do-botafogo.ghtml>. Acesso em: 09/07/2020

GLOBOESPORTE. Flamengo de luto: incêndio deixa 10 mortos no Ninho do Urubu. Globoesporte. Rio de Janeiro. 08/02/2019. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/bombeiros-dizem-que-10-pessoas-morreram-em-incendio-no-ninho-do-urubu.ghtml>. Acesso em: 09/07/2020

GRUPO BANCO MUNDIAL. Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Brasil, 2017. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

IASI, Mauro. CRISE, queda da taxa de LUCRO e contra tendência do CAPITAL.: Teoria e Práxis, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PyfE-mkaK8o&t=727s>>. Acesso em: 28/06/2019.

IASI, Mauro. Café Bolchevique: os valores do marxista revolucionário. TV Boi Tempo, 2020. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=9iwNIRn9tVE>>. Acesso em: 08/06/2020.

ICSSPE. Parcerias Internacionais. Disponível em: <https://www.icsspe.org/about/international-partnerships>. Acesso em: 08/07/2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD CONTÍNUA). 2019. Disponível em:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/8ff41004968ad36306430c82eece3173.pdf. Acesso em: 01/03/2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). PNAD Contínua: 10% da população concentravam quase metade da massa de rendimentos do país em 2017. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20843-pnad-continua-10-da-populacao-concentravam-quase-metade-da-massa-de-rendimentos-do-pais-em-2017>>. Acesso em: 20/01/2019

KESTELMAN, Amanda; JUSTO, Fred. Familiares de vítimas vão ao Ninho prestar homenagens; parentes de Christian e Jorge Eduardo são barrados. Globoesporte. Rio de Janeiro. 08/02/20 <https://globoesporte.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/familiares-de-vitimas-do-ninho-vao-ao-ct-do-flamengo-prestar-homenagens.ghtml>. Acesso em: 09/07/2020

LANCE. Sem futebol, Internacional oficializa a demissão de 40 funcionários. 06/05/20. Disponível em: <https://www.lance.com.br/internacional/sem-futebol-internacional-oficializa-demissao-funcionarios.html>. Acesso em: 09/07/2020.

LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Outubro, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

LEHER, Roberto. Unesco, Banco Mundial e educação dos países periféricos. Universidade e Sociedade: Fazer política hoje, v. 24, p.45-54, 25 dez. 2001.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração lucrativa. Caderno Especial, n. 30, 2006.

LUCIANNE CARNEIRO (Brasil). O Globo. Desigualdade entre países avançou no mundo entre 1820 e 2010, diz OCDE: Relatório inédito aponta avanço desigual de renda entre os países. 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/desigualdade-entre-paises-avancou-no-mundo-entre-1820-2010-diz-ocde-14108429>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

MACHADO, Leandro. Dormir na rua e pedalar 12 horas por dia: a rotina dos entregadores de aplicativos. BBC News Brasil. São Paulo. 22/05/19. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48304340>. Acesso em: 10/07/2020

MAIA, Dhiego. Entregador do Rappi passa mal, é ignorado por empresa, Uber e Samu e morre em SP. Folha de São Paulo. São Paulo. 11/06/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/entregador-do-rappi-passa-mal-e-ignorado-por-empresa-uber-e-samu-e-morre-em-sp.shtml>. Acesso em: 08/07/2020

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. 10. ed. (1 ed. 1973). México: Era, 1990.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. O capital: Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATIAS, Wagner Barbosa; ATHAYDE, Pedro Fernando; HÚNGARO, Edson Marcelo; MASCARENHAS, Fernando. A LEI DE INCENTIVO FISCAL E O (NÃO) DIREITO AO ESPORTE NO BRASIL. Movimento, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 95-110, jan./mar. de 2015

MELO, Marcelo Paula de Melo. Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje. Tese (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Farias. A cidade e o lazer: as desigualdades sócio-espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas. Movimento, Porto Alegre, v. 11, p.127-151, dez. 2005.

MOREIRA, Rene. Prefeitura de Ribeirão Preto planeja criar 'Uber do Professor': Proposta, ainda em fase de elaboração, é chamar substituto por aplicativo quando docente faltar; categoria é contrária. Estadão. Brasil. 22 jul. 2017. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,prefeitura-de-ribeirao-preto-planeja-criar-uber-doprofessor,70001899946?fbclid=IwAR1wvf1Lx9a5KIA3XQvazeaVICvJPt07XuRHTJ5n2Ocz7GiboNX4PUK4Vw8>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MOTTA, Bruna. Ninho do Urubu: famílias ainda aguardam indenização. Veja. 05/02/20. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/placar/ninho-do-urubu-familias-ainda-aguardam-indenizacao/>). Acesso em: 09/07/2020.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. 5o Seminário Anual de Serviço Social: Crise do capital, particularidades da questão social no Brasil e a organização dos trabalhadores em seu estágio atual. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

NETTO, Jose Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

NAIME, Laura. Desemprego sobe para 12,4% em fevereiro, diz IBGE: População subutilizada é a maior da série do instituto, iniciada em 2012. Dados trazem série de recordes negativos. G1. Brasil. 29 mar. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/29/desemprego-sobe-para-124percent-em-fevereiro-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

OCDE, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico. Relatórios Económicos OCDE Brasil: Fevereiro 2018. Brasil: Ocde, 2018. 60 p. Disponível em: <<https://www.oecd.org/eco/surveys/Brazil-2018-OECD-economic-survey-overview-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

ONU. Número de casos de tráfico de pessoas atinge recorde em 13 anos, indica relatório. 01/01/19. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/numero-de-casos-de-trafico-de-pessoas-atinge-recorde-em-13-anos-indica-relatorio/>. Acesso em: 09/07/2020

ONU. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 09/07/2020

ONU-UNESCO. Brasil x Haiti faz parte da década da cultura de paz da Unesco 2004. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/41717-brasilxhaiti-faz-> acesso em: 08/07/2020

ONU-UNESCO. Carta Internacional da Educação Física e do Esporte. 2. Ed (1 ed 1978). 2015a. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/singleview/news/unesco_publishes_portuguese_version_of_the_new_international/>. Acesso em: 02 fev. 2018.

ONU-UNESCO. Comitê Intergovernamental de Educação Física e Esporte (CIGEPS). Disponível em: <https://en.unesco.org/themes/sport-and-anti-doping/cigeps>. Acesso em: 08/07/2020

ONU-UNESCO. Declaração da V Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários Responsáveis pela Educação Física e o Esporte. (MINEPS V). Berlim, Alemanha; UNESCO, 2013.

ONU-UNESCO. Declaração da VI Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários Responsáveis pela Educação Física e o Esporte. (MINEPS VI). Kazan, Rússia; UNESCO, 2017.

ONU-UNESCO. DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE QUALIDADE: para gestores de políticas. Brasília. 2015b. Disponível em: <http://cvre.org.br/wp-content/uploads/2015/03/231963POR.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2019.

ONU-UNESCO. Esporte para o desenvolvimento e a paz. Informativo da ONU no Brasil. Brasil. ONU 2016. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002443/244329POR.pdf> Acesso em: 30/08/2017.

ONU-UNESCO. MINEPS VI - Cazã 2017. Ligações com os ODS. Disponível em: <https://en.unesco.org/mineps6/sdgs>. Acesso em: 09/07/2020

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. OIT. Quase dois terços da força de trabalho global estão na economia informal: Novo relatório da OIT mostra que 2 bilhões de pessoas estão no trabalho informal, a maioria em países emergentes e em desenvolvimento.. 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_627643/lang--pt/index.htm. Acesso em: 09 fev. 2019.

OSTRY, Jonathan; LOUNGANI, Prakash; FURCERI, Davide. Neoliberalism: Oversold? Fundo Monetário Internacional (FMI), 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/pdf/ostry.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2018.

PENNA, Adriana Machado. Esporte contemporâneo: um novo templo do capital monopolista. Tese (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

RUMMERT, Sonia Maria; ALGEBAILLE, Eveline; VENTURA, Jaqueline. Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. Revista Brasileira de Educação. v. 18 n. 54 . p. 717-798. jul.-set. 2013

SAFATLE, Claudia; GRANER, Fabio. Governo quer sistema sem aporte patronal. Valor Econômico. Brasil. 03 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/6195007/governo-quer-sistema-sem-aporte-patronal>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

SASTRE, Patrícia Martínez. Vila Autódromo, a comunidade que venceu os Jogos Olímpicos. El País. Rio de Janeiro. 26/06/2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/25/politica/1469450857_996933.html. Acesso em: 08/07/2020

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. 112p (Coleção Educação Contemporânea).

SEBRAE. Como o esporte pode levar empreendedorismo à sala de aula. Disponível em: <https://cer.sebrae.com.br/esporte/>. Acesso em: 08/07/2020

SOUZA, Roberto Pereira Justiça condena Atlético-MG por exploração de jogadores infantis; outros clubes estão na mira. UOL. São Paulo. 15/05/12. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2012/05/15/justica-condena-atletico-mineiro-por-explorar-jogadores-das-categorias-de-base.htm>. Acesso em: 09/07/2020

SCHREIBER, Mariana. Jogos Mundiais Indígenas enfrentam boicote em protesto contra governo. BBC Brasil. Brasília. 16/10/15. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151015_jogos_mundiais_indigenas_boicote_ms_rb. Acesso em: 10/07/2020

SILVEIRA, Daniel. Crise levou 4,5 milhões a mais à extrema pobreza e fez desigualdade atingir nível recorde no Brasil, diz IBGE. G1. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/11/06/crise-levou-45-milhoes-a-mais-a-extrema-pobreza-e-fez-desigualdade-atingir-nivel-recorde-no-brasil-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 08/07/2020

SIMAS, Luiz Antonio. O corpo encantado das ruas. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019.

VALENTE, Rafael. Canteiro de obras, parque e estacionamento na Copa América: futuro do Célio de Barros volta a ser discutido. ESPN. Rio de Janeiro. 21/06/2019. Disponível em: https://www.espn.com.br/futebol/artigo/_id/5755109/canteiro-de-obras-parque-e-estacionamento-na-copa-america-futuro-do-celio-de-barros-volta-a-ser-discutido. Acesso em: 08/07/2020

YARNOZ, Carlos. Primeiro protesto de motoristas do Uber na França faz Governo mediar o conflito. El País. Paris. 20/12/2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/19/economia/1482164970_634000.html. Acesso em: 08/07/2020